

SEGUNDO CICLO DE ESTUDOS

CRIMINOLOGIA

Cárcere e vitimação: O papel da Infrahumanização e da *Social Dominance Orientation* na perceção da violência contra reclusos.

Carolina de Brito Emílio e Fernandes

M

2022

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Criminologia, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Pedro Manuel Rocha Almeida



O texto que aqui se publica comporta correções introduzidas posteriormente à realização das
provas públicas.

Resumo

A literatura científica aponta para o fato de que nem sempre o estatuto de vítima é atribuído de forma igual às pessoas que sofrem um ato de violência. No caso de indivíduos encarcerados após a condenação pela prática de um crime, o que se observa é uma tolerância e até mesmo celebração do vasto repertório de agressões físicas, psicológicas e materiais que extrapolam os limites autorizados do sofrimento como decorrência da pena. A presente investigação, centrada na violência extrapenal contra os reclusos, pretendeu articular o fenômeno da infrahumanização (tanto em sua dimensão emocional quanto léxica) e as medidas individuais de *Social Dominance Orientation* (SDO) como processos subjacentes à negação do estatuto da vítima a estas pessoas.

Conforme previsto nas hipóteses, os resultados da investigação experimental conduzida com 521 estudantes da Universidade do Porto, Portugal, revelaram, que a infrahumanização desempenha um papel de mediador nos dois modelos propostos, que tratam da relação entre, de um lado, o estatuto da pessoa vitimada (se recluso ou não recluso) ou a gravidade do crime por cuja prática o recluso foi condenado (dano, tráfico, corrupção, roubo, homicídio e pedofilia), e, de outro lado, o grau percebido da gravidade da agressão direcionada aos indivíduos encarcerados. Embora não tenha sido possível confirmar a hipótese relativa ao efeito moderador da SDO na direção ou intensidade da relação entre as variáveis dos modelos propostos, também foi possível verificar que as diferenças individuais quanto a esta medida sócio-atitudinal mostraram-se preditoras da gravidade da violência endereçada a reclusos, em uma relação sobre a qual a infrahumanização também exerce um efeito mediador.

Palavras-chave: Cárcere, reclusos, violência, vitimação, infrahumanização, Dominância Social.

Abstract

Scientific literature points to the fact that the status of victim is not always equally attributed to people who suffer an act of violence. In the case of convicted offenders, what is observed is a tolerance and even celebration of the vast range of physical, psychological and material aggressions that goes beyond the authorized limits of suffering as a result of criminal punishment.

The present research, focused on the extra-penal violence against inmates, intended to articulate the infrahumanization phenomena (both in its emotional and lexical dimensions) and the individual measures of Social Dominance Orientation (SDO) as processes underlying the denial of victim's status to incarcerated offenders. As predicted, the results of the experimental study conducted with 521 students from the University of Porto, Portugal, revealed the infrahumanization plays a mediating role in the two proposed conceptual models on the relationship between, on the one hand, the status of the victim (whether inmate or not) or the severity of the crime for which the inmate was convicted (damage to property, drug trafficking, corruption, robbery, murder and pedophilia), and, on the other hand, the perceived degree of harshness in the aggression committed against the inmate. Although it was not possible to confirm the moderating effect of SDO on the direction or intensity of the relationship between the variables of the proposed models, the analysis demonstrated that individual differences regarding this social-attitudinal measure predicts the perceived harshness degree of violence addressed to incarcerated individuals, in a relation also mediated by infrahumanization.

Keywords: Incarceration, Inmates, Violence, Victimization, Infrahumanization, Social Dominance Orientation.

Agradecimentos

Ao Professor Pedro Almeida, pela generosidade com que abraçou meu tema quando ele era apenas uma crua interrogação, por me encorajar a desbravar terrenos desconhecidos e por me guiar em todos os muitos momentos de dúvida.

À Professora Catarina Carvalho, pela atenção gentil e por autorizar a utilização da versão portuguesa da escala de SDO7.

À minha mãe, que, além de ter sido pai e mãe, dedicou sua vida, seu tempo e recursos para que aprendêssemos o valor da educação e para que confiássemos no nosso potencial. Por ensinar que, quando nada mais resta, fica aquilo que aprendemos. Todas as minhas vitórias são suas.

Ao Adilson, meu melhor amigo, meu maior incentivador, companheiro de vida e de aventuras. Obrigada por ser os braços que me acolhem nos momentos de desespero e que me convidam para crescer e para dançar. Obrigada por compartilhar comigo essa caminhada tão bonita.

Ao meu irmão, pela cumplicidade que nos une mais do que o próprio sangue.

À Zaffa, pelo amor tão desinteressado e tão correspondido.

Ao Dindo e à Mi, pelo abrigo, compreensão e carinho em um período tão turbulento.

Aos meus amigos-família Mila, Suzi, Carol, Vasco, Marcos, Mari, David, Gabs, Marc, Dani, Bigode, Ju e Re, por compreenderem minha ausência e por oferecerem sua amizade, mesmo quando a resposta às mensagens levava... *dias* (o mestrado ensinou-me a arte do eufemismo).

Às minhas queridas amigas Bárbara e Martinha, por toda a ajuda e por dividirem comigo não apenas a angústia deste processo, mas um estoque infinito de figurinhas (*kkkrying*).

Meu sincero agradecimento a todos aqueles que, com sua ajuda, tornaram este percurso um pouco mais leve, em especial ao Professor Jorge Quintas, por ter sido meu primeiro “sim” durante a recolha de dados, disponibilizando tempo de suas aulas; à Professora Elda Oliveira Marques, da Faculdade de Economia; à Sra. Isabel Guimarães, Coordenadora do Serviço de Gestão Académica e de Expediente da Faculdade de Farmácia; e à Sra. Raquel Graça, da Unidade de Apoio à Gestão da Faculdade de Letras.

Por fim, a todos os estudantes que disponibilizaram seu tempo para que este estudo fosse possível. E mesmo àqueles que, independentemente do motivo, não quiseram participar, porque também eles fizeram parte desta jornada.

Sumário

Resumo	3
<i>Abstract</i>	4
Agradecimentos	5
Índice de figuras, gráficos e tabelas	8
 INTRODUÇÃO	 9
PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	12
1. Reclusão, violência e vitimização: um breve enquadramento	12
2. Infrahumanização	16
2.1. <i>Identidade social, Humanidade e Desumanização</i>	16
2.2. <i>Infrahumanização</i>	20
3. Social Dominance Orientation	24
3.1. <i>A genealogia intelectual da Teoria da Dominância Social</i>	24
<i>A Teoria da Dominância Social</i>	28
PARTE II: ESTUDO EMPÍRICO – METODOLOGIA	33
1. Objetivos e hipóteses	33
2.1. <i>Hipóteses relativas ao modelo de estatuto da pessoa vitimada</i>	33
2.2. <i>Hipóteses relativas ao modelo da gravidade percebida do crime</i>	35
2. Instrumentos	37
2.1. <i>Estatuto da pessoa e gravidade do crime cometido pelo recluso</i>	37
2.2. <i>Grau de violência percebida</i>	39
2.3. <i>Infrahumanização</i>	42
2.4. <i>SDO-Social Dominance Orientation</i>	44
2.5. <i>Projeto-piloto</i>	44
2.6. <i>Síntese do instrumento desenvolvido</i>	49
3. Procedimentos de recolha de dados	49
4. Procedimentos de análise de dados	50
4.1. <i>Procedimentos de análise estatística descritiva</i>	50
4.2. <i>Procedimentos de análise estatística inferencial</i>	51
PARTE III: ESTUDO EMPÍRICO – RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
1. Descrição da amostra	53
2. Testes de consistência interna	54

3. Testes das hipóteses	56
4. Outras análises exploratórias	63
5. Discussão dos resultados	67
CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXOS	90
ANEXO I – QUESTIONÁRIOS PROJETO-PILOTO	91
ANEXO II – QUESTIONÁRIO ESTUDO PRINCIPAL	98
ANEXO III – TABELAS DO ESTUDO PRINCIPAL	107
ANEXO IV – TABELAS: ANÁLISES EXPLORATÓRIAS.....	146

Lista de Figuras, Gráficos e Tabelas

Figura 1: Quadro conceitual do modelo do estatuto da pessoa vitimada	34
Figura 2: Quadro conceitual do modelo da gravidade percebida do crime.	36
Gráfico 1: Variância da gravidade percebida da agressão entre os cenários.	59
Gráfico 2: Variância das medidas de infrahumanização entre cenários de agressão a reclusos	61
Tabela 1: Características sociodemográficas da amostra	53
Tabela 2: Consistência interna dos instrumentos utilizados na análise dos dados.	55
Tabela 3: Modelo de Mediação relativo à hipótese (1-d)	57
Tabela 4: Modelo de Moderação relativo à hipótese (1-e)	58
Tabela 5: Médias de infrahumanização e gravidade percebida da agressão em função do crime cometido pelo recluso (hipóteses 2-a e 2-b)	60
Tabela 6: Modelo de Mediação (hipótese 1-d)	61
Tabela 7: Modelo de Moderação (hipótese 1-e)	62
Tabela 8: Modelo de Moderação (hipótese 2-e)	63
Tabela 9: Médias, desvios-padrão e correlação de Pearson para variáveis quantitativas	65
Tabela 10: Regressões <i>stepwise</i>	66
Tabela 11: Modelo de mediação	67

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, tem como objetivo central contribuir para literatura científica com uma investigação sobre os processos subjacentes à percepção da violência extrapenal cometida contra reclusos, em especial o papel desempenhado pela infrahumanização e pela medida sócio-atitudinal de orientação para a dominância social (SDO – *Social Dominance Orientation*).

A par do sofrimento inerente à pena (Christie, 1981) e da tendência, crescente desde o “nothing works” que marcou a década de 1970 (Cullen, 2005), para o alargamento do elenco de medidas punitivas integradas à pena aplicada pelo Estado enquanto detentor do monopólio oficial da resposta ao crime, a manutenção da integridade física, moral e psicológica dos presos também é posta em causa por agressões e atos de violência que, embora extrapolando as fronteiras do seu uso autorizado, são socialmente toleradas, ratificadas e até mesmo celebradas em razão de serem dirigidas a indivíduos condenados pela prática de um crime, sobretudo nos casos de crimes especialmente graves (Spencer, 2009; Pickett *et al.*, 2013).

Este contexto de negação aos reclusos do rótulo de vítima – que pode ser compreendido à luz dos contributos teóricos e empíricos que apontam para o fato de que o estatuto de vítima não é atribuído de forma igualitária a todas as pessoas sujeitas a um ato de violência (Strobl, 2004)–, para além das evidentes implicações humanitárias, assume especial relevância quando confrontada com o discurso oficial que, pretendendo afastar-se do “olho por olho, dente por dente” próprio ao retribucionismo jurídico-penal, pauta-se na ressocialização e reinserção do preso como propósito essencial no enfrentamento da questão criminal, sendo que o sucesso destas pretensões reabilitatórias depende em grande parte da forma como o meio social enxerga e se comporta em relação ao preso (Kjelsberg *et al.*, 2007).

Ao longo da revisão de literatura realizada, duas correntes teóricas da psicologia social revelaram especial pertinência na busca por pistas sobre os processos latentes à visão do recluso como alguém essencialmente diferente das demais pessoas e que, não fazendo jus ao estatuto social de vítima (mesmo quando objetivamente vitimado), poderia explicar esta espécie de naturalização da violência que lhe é endereçada.

Por um lado, as pesquisas sobre o fenómeno da infrahumanização, que se distingue do da desumanização na medida em que trata de uma atribuição reduzida (e não da absoluta supressão) dos atributos inerentes à humanidade (Leyens *et al.*, 2001) entre integrantes dos

diversos grupos em que se organiza a realidade social (Fabick, 2011), poderia indicar que os reclusos integram um grupo de indivíduos que os demais membros da sociedade identificam como um *outgroup* ao qual a humanidade não é integralmente outorgada. De outro lado, a teoria da dominância social funda-se na constatação de que existem diferenças individuais quanto à maior ou menor propensão para a adoção de ideologias, atitudes e comportamentos que reforçam a divisão social em grupos desiguais, marcada pela dominação de alguns grupos sobre os demais (Sidanius & Pratto, 2001).

As principais pesquisas empíricas que tangenciam a temática desta investigação, ora se concentram no impacto da infrahumanização sobre o apoio à violência contra indivíduos que cometeram crimes sexuais (Viki *et al.*, 2012), ora se debruçam sobre as respostas legais (como severidade e dimensão da pena) ou sobre o potencial reabilitatório do criminoso (Bastian *et al.*, 2013). Também no caso da dominância social, os estudos sobre reclusos centram-se na análise das diferenças dos níveis de SDO entre indivíduos encarcerados quando comparados à população não criminosa (Graham-Kevan, 2011) ou no papel moderador destas medidas individuais no exame de envezamentos étnicos no âmbito do sistema de justiça criminal (Green *et al.* 2009).

Assim, a fim de suprir a lacuna na investigação científica sobre a percepção da gravidade da violência extrapenal dirigida aos reclusos, foram concebidos dois modelos conceituais para examinar o impacto na gravidade da violência dirigida aos reclusos. O primeiro modelo centra-se no estatuto da pessoa vitimada, promovendo uma divisão das agressões entre pessoas reclusas e não reclusas, a fim de examinar o fenômeno de forma geral, em que reclusos são considerando como um único *outgroup*, seja de forma relacionada à gravidade do crime cometido pelos indivíduos encarcerados.

Este projeto divide-se em quatro partes, correspondendo a primeira a um breve enquadramento teórico, em que se buscará articular conceitos teóricos e resultados empíricos que ratifiquem a proposta de integração da infrahumanização e SDO como construtos capazes de responder pela percepção diferenciada da violência extrapenal direcionada a indivíduos encarcerados.

Em razão das especificidades da investigação, a segunda parte será dedicada à apresentação pormenorizada da metodologia proposta, com a identificação dos objetivos do estudo, hipóteses delineadas, amostra, instrumentos utilizados para operacionalização das variáveis e procedimentos adotados para recolha e análise dos dados.

A terceira parte , por sua vez, consistirá na análise estatística dos dados recolhidos, bem como a apresentação dos resultados obtidos. A presente dissertação será concluída com considerações sobre as potencialidades do estudo, bem como as limitações observadas, além de propostas de investigação futura.

PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Reclusão e violência: um paradoxo?

“Another rule would be: Inflict as little pain as possible.”

(Christie, 1981)

A condenação de um indivíduo a uma pena privativa de liberdade acarreta, por si só, uma série de consequências negativas para o apenado, de que a perda da liberdade de locomoção, a privação do indivíduo das suas relações interpessoais, rotulação, estigmatização e a disrupção com o “eu” que desvanece fora dos muros da prisão são apenas os exemplos mais evidentes (Baratta, 2001; Goffman, 1974; Zaffaroni, 2012).

O minimalismo penal de Nils Christie, ilustrado na epígrafe que inaugura este capítulo, ancora-se no fato de que “pena” e “dor” são conceitos unidos pela partilha da ascendência comum no vocábulo latino *pœna*. Com base nisto, Almeida e Paes-Machado (2013) questionam se não seria um contrassenso falar sobre vitimização no âmbito do sistema prisional, já que, tendo sido criada para infligir dor e sofrimento, “apesar dos argumentos civilizados de dissuasão e retribuição” (Alvarez, 2008), qualquer violência contra o recluso seria um mero desdobramento das finalidades originais da pena.

Ultrapassada a era da vingança pública e instituído o sequestro do poder punitivo pelo Estado (Zaffaroni, 2007), o tratamento endereçado ao recluso sofreu inúmeras alterações com o passar dos séculos, transitando pela perda da condição de cidadão no Império Romano (Zaffaroni, 2012), pelo pecador da Idade Média (Foucault, 2014), pelo tipo criminoso atávico lombrosiano (Cusson, 2011), até chegar à categorias da delinquência sintetizadas em 1882 por Von Liszt no Programa de Marburgo, que equiparava a um câncer destruidor da vida social a delinquência habitual dos “incorrigíveis”, atribuída a “mendigos e vagabundos, prostitutas e michês, além de alcoólatras, vigaristas e gente de origem social ambígua no sentido mais amplo do termo, degenerados morais e físicos”, para quem qualquer pretensão de correção seria absurda, de modo que a única solução viável seria o encarceramento perpétuo ou por tempo indefinido (Von Liszt, 2005).

Apesar dos breves hiatos históricos com alguma ênfase nas pautas de reabilitação e ressocialização dos reclusos, a ideia do criminoso como um inimigo a ser combatido, desenvolvida amplamente por Jakobs e Meliá (2015), de uma forma ou de outra, sobrevive até hoje em todas as suas manifestações, seja pela precipitação crescente do exercício do poder

punitivo (expressada pela produção legislativa cada vez mais frequente de crimes de perigo abstrato, em que o risco – e não a efetiva lesão – ao bem jurídico tutelado é presumido pela lei), pela gravidade desproporcional das penas previstas e aplicadas, mas, sobretudo, pela relativização – ou até mesmo supressão (Jakobs & Meliá, 2015, p. 90) – das garantias daquele que é “fisgado” pelas redes do sistema de justiça criminal (Cohen, 1979).

Une-se a este cenário as cada vez mais frequentes propostas legislativas que revelam uma pretensão latente de alargamento dos limites oficiais do uso legitimado da violência como componente intrínseco à pena. É o caso, por exemplo, do Projeto de Revisão Constitucional apresentado pelo partido político Chega, que propõe a alteração da Constituição Portuguesa para autorizar medidas sancionatórias de castração química e cirúrgico-física a condenados por crimes sexuais (descritos na exposição de motivos como “flagelo nocivo”¹). Também é o caso da previsão legal, já em vigor em vários estados dos EUA, que condiciona o desencarceramento de pedófilos à aceitação, pelo recluso, da sujeição a uma série de restrições, disponibilização de sua imagem e identificação ao público (Pickett *et al.*, 2013), bem como a processo de castração química (FindLaw, 2019), uma espécie de consumação paródica do “tratamento Ludovico” oferecido a Alex DeLarge por Anthony Burgess (1962): a violência em troca da liberdade.

Nada obstante este cenário de expansão e recrudescimento do elenco de sofrimentos que são incorporados à moldura legítima da pena, a presente pesquisa centra-se na violência extrapenal contra o recluso, ou seja, o endereçamento de comportamentos violentos que ultrapassam as fronteiras mais ou menos distendidas do seu uso autorizado.

Durante o cumprimento da pena de reclusão, a manutenção da integridade física, moral e psicológica dos presos – obrigação que ainda figura como dever estatal (Harrison & Rainey, 2009, Quaresma, 2014), ao menos sob a ótica dos estados democráticos do mundo ocidental (a exemplo dos comandos normativos insculpidos no artigo 30º, nº1, e no artigo 5º, XLIX, das cartas magnas portuguesa e brasileira, respectivamente)–, muitas vezes é desafiada por acontecimentos e circunstâncias que, em geral, seriam vistos objetivamente como violentos, mas que se desnaturalizam (ou, pelo contrário, naturalizam-se), em virtude de serem suportados por indivíduos condenados pela prática de um crime. Esta naturalização da violência contra o preso, mesmo quando ela extrapola o sofrimento inerente à própria pena, é ilustrada, por exemplo, pela maciça adesão popular a frases como “bandido bom é bandido morto” (Fórum

¹ Projeto de Revisão Constitucional nº 3/XIV, com alteração apresentada em setembro de 2020 (Assembleia da República, 2020).

Brasileiro de Segurança Pública, 2015)², ou, ainda, pela ausência de debates públicos ante a divulgação de dados sobre as taxas de morte (Cordeiro, 2015) e tortura (Henriques, 2013) no âmbito prisional, bem como sobre as condições carcerárias de superlotação e insalubridade (Agência Lusa, 2020).

Em Portugal, o “quadro circunstanciado do estado horroroso das prisões” já era objeto de reivindicações críticas no século XIX (Almeida, 1834). No caso brasileiro, a pesquisa de campo conduzida por Almeida e Paes-Machado (2013) com vistas a descortinar os padrões de vitimização na maior unidade prisional do estado brasileiro da Bahia, revelou que o índice de vitimização dos presos (seja por agressões físicas, materiais ou psicológicas) durante todo o tempo de custódia é mais do que o dobro da população em geral, sendo que mais de 30% do total das agressões foram praticadas por funcionários da instituição penitenciária, em contraposição à vitimização horizontal entre presos.

Embora a existência de tais atos de violência contra reclusos seja de conhecimento público, a literatura científica revela que o rótulo de vítima não é atribuído de forma equivalente em todos os casos de violência (Strobl, 2004). No caso de indivíduos encarcerados, o que se observa é uma espécie de aceitação social (Spencer, 2009; Even-tzur & Hadar), tolerância, ratificação ou celebração da violência a eles dirigida (Pickett *et al.*, 2013). No quadro teórico desenhado por Strobl (2004), reclusos se enquadrariam como vítimas “rejeitadas”, em razão da inexistência de reconhecimento social quanto à sua condição de vítima.

O tema da vitimação de reclusos assume especial relevância quando confrontado com o discurso oficial de legitimação da pena com base na prevenção especial positiva e seus ideais ressocialização, reinserção e reabilitação (Genders & Player, 2014; Cullen, 2005). Com as devidas reservas às fronteiras éticas desta teoria, aos perigos de doutrinamentos ou imposição de agendas axiológicas, ou de pretensões correcionais subjacentes à sua aplicação prática (Dias, 2007; Quaresma, 2014), existem evidências empíricas de que o sucesso de qualquer pretensão reabilitatória depende, em grande parte, das atitudes mantidas (e desenvolvidas) em relação aos presos, no sentido de eles sejam percebidos como “pessoas normais capazes de mudanças positivas”, em contraposição a uma retratação dos presos como “indivíduos incuravelmente desviantes” (Kjelsberg *et al.*, 2007).

Segundo estes autores, o êxito dos programas de reabilitação perpassa pelo incremento

² Conforme pesquisa publicada em 2015, exibida no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015), 50% dos residentes das grandes cidades brasileiras concordam com a ideia de que “bandido bom é bandido morto”.

das atitudes mantidas com relação aos reclusos em diversos níveis, seja no que diz respeito à autoimagem que os os presos constroem de si próprios, seja por parte do aparato pessoal das instituições penitenciárias, além da própria sociedade em que o recluso será reinserido após o cumprimento da pena.

Uma sociedade que enxerga o recluso como um inimigo incorrigível – a despeito da perspectiva desenvolvimental de Volkan (2015) quanto à necessidade humana de identificar outras pessoas como aliadas ou inimigas –, como alguém “perigoso”, “que só pensa em si próprio”, “preguiçoso demais para uma vida honesta”, “incapaz de mudar”, ou alguém de quem “não se pode esperar muito” (Melvin *et.al.*, 1985³), representa um importante obstáculo à concretização de pretensões reabilitatórias (Kjelsberg *et al.*, 2007; Brown, 1999; Reynolds *et al.*, 2013), ante a ausência do “espaço ideológico” necessário à sua implementação (Jonson *et al.*, 2013).

Assim, em buscas por pistas sobre os processos subjacentes à negação do papel de vítima (Strobl, 2004) a reclusos quando estes sofrem algum tipo de violência, ou daquilo que Almeida e Paes-Machado (2013) denominam de uma ausência de “esforço cognitivo” para vê-los como vítimas, que contraria o discurso oficial do encarceramento enquanto instrumento ressocializador do condenado, a literatura científica aponta para caminhos diversos.

No âmbito do conceito de vítima ideal desenvolvido por Nils Christie (1986), a negação do “estatuto completo e legítimo” de vítima aos reclusos decorreria do fato de que, sendo “criadores de vítimas” (Duggan, 2018), não preencheriam os atributos necessários, notadamente o da “não culpabilidade” (*blamelessness*), à atribuição social da identidade (ou “imagem pública”) de vítima (Dunn, 2010).

Uma outra possível fonte de luz sobre a questão da negação da qualidade de vítima a indivíduos encarcerados adviria da Crença no Mundo Justo - CMJ, teoria segundo a qual todas as pessoas, em maior ou menor grau, sustentam a convicção de que cada um tem aquilo que merece e merece aquilo que tem (Lerner, 1980), o que poderia conduzir a uma justificação da violência contra o recluso como uma resposta pelo seu desvio anterior (Correia *et al.*, 1007; Sebbby & Johnston, 2012).

Entrelaçando as concepções da CMJ com o difuso conceito de empatia, Lummer e Hagemann (2015) assinalam que os sentimentos negativos deflagrados com a observação do sofrimento de uma vítima normalmente levariam indivíduos com uma forte presença de CMJ a

³ Traduções livres de alguns dos itens que integram a Escala ATP – Attitudes Towards Prisoners, que constou como uma das ferramentas de operacionalização da pesquisa de Kjelsberg *et.al.* (2007).

adotar uma postura de culpabilização da vítima (Lumner & Hagemann, 2015, p. 39), procurando justificativas em quem a vítima é, ou em seus comportamentos, e que a tenham levado a merecer a vitimação, a fim de reestabelecer o equilíbrio sem a qual a CMJ não se sustenta.

Já no campo neurocientífico, por sua vez, pesquisas que articulam as respostas neurais relacionadas à empatia (enquanto habilidade de partilha de experiências afetivas alheias) com a ideia de *fairness*⁴ (Singer, 2006; Singer *et al.*, 2006), também poderiam contribuir para explicar a percepção diferenciada da violência endereçada a reclusos com base em sentidos de justiça e reciprocidade, em razão da associação feita com os crimes pelos quais estes indivíduos foram condenados.

No entanto, com um olhar mais centrado na articulação entre essencialismo, etnocentrismo, estereótipos e processos de interação e estruturação sociais, ao longo da revisão de literatura realizada, duas linhas teóricas da psicologia social revelaram especial pertinência com o propósito de compreender a percepção diferenciada da violência direcionada a reclusos: a infrahumanização e a Teoria da Dominância Social, que serão abordadas nos próximos capítulos.

2. Infrahumanização

“Any man’s death diminishes me, because I am involved in mankind”

John Donne (1624)

2.1. Identidade social, Humanidade e Desumanização

Ao contrário da máxima de John Donne, nem toda a morte ou sofrimento humanos são sentidos da mesma forma e é precisamente sobre o conceito de humanidade e sua atribuição (ou negação) aos diferentes indivíduos que se desenvolvem muitos estudos sobre o problema da violência.

Segundo Kelman (1973), um dos primeiros psicólogos sociais a se debruçar sobre o fenômeno da desumanização, o estatuto de humanidade consistiria na congregação dos conceitos de *identidade* e *comunidade*. Enquanto a identidade permite que uma pessoa seja vista como um “fim em si próprio”, um “indivíduo independente e distinguível dos outros, capaz de tomar decisões e com o poder de viver sua própria vida segundo seus próprios

⁴ Conceito de justiça que, aplicado à Teoria dos Jogos, integrou o modelo utilitarista desenvolvido por Matthew Rabin (1993).

objetivos e valores”, a *comunidade* consiste em perceber a pessoa como parte de uma rede interconectada de indivíduos que cuidam uns dos outros, que reconhecem mutuamente suas individualidade e que respeitam os direitos alheios.

A percepção de um ser humano como sendo algo *menos* do que humano, embora aparente ser um “extraordinário erro de categorização” (Haslam & Loughnan, 2014), consiste em fenômeno observado, com maior ou menor intensidade, em muitas áreas da vida em sociedade e que se articula com questões relacionadas à identidade social e à organização da nossa realidade (Shkurko, 2014).

Neste sentido, para além da identidade individual, que integraria a própria ideia de humanidade, a identificação e integração com indivíduos *percebidos* como semelhantes representa um processo inevitável, sendo uma “ferramenta cognitiva” (Tajfel & Turner, 2004, p.376) fundamental para contornar a ansiedade e confusão que surgiriam diante de eventual incapacidade de simplificar e ordenar a realidade (Fabick, 2011).

Este processo de identificação social se consolidaria por meio da ideia de grupo, que iria muito além da mera associação de indivíduos, podendo ser definido, segundo a perspectiva proposta por Rupert Brown (citado em Vala, 1997), como um conjunto de dois ou mais indivíduos que “se percebem como membros da mesma categoria social”, cuja existência é “reconhecida por pelo menos um outro exterior a esta categoria”, num processo que engloba, simultaneamente, um fator interno de *autocategorização* e um fator externo de *heterocategorização*, de modo que “um grupo existe apenas em relação a outro grupo” (Vala, 1997):

“A identidade social pode ser concebida como decorrendo da resposta que os indivíduos se dão à interrogação seguinte: «Quem sou eu?» Ora, uma vez que a percepção da realidade social se faz através da organização dos seres humanos em grupos ou categorias, é provável que uma parte da resposta a esta questão provenha de uma associação entre o eu e diversas categorias sociais.” (Vala, 1997, p.10)

Assim, a partir da reunião de desejos, necessidades e convenções historicamente situados (Haslam & Rothschild, 2000), a criação de categorias sociais (no sentido de serem artefatos destituídos de existência ontológica apriorística), que seria regida pela busca por uma “identidade social positiva” (Vala, 1997; Tajfel & Turner, 2004), teria a dupla função de, por um lado, reforçar a coesão e homogeneidade percebida⁵ entre os membros do *ingroup* – o que

⁵ Ou “entitativity”, segundo o conceito de D.T. Campbell (McGarty *et al.*, 1995).

Holtz & Wagner (2012) sustentam ser visto como desejável por representar um acréscimo de eficiência – e, por outro lado, teria a função de se distinguir dos demais (Fabick, 2011), sendo que esta “derrogação” do outro também contribuiria para a valorização da autoimagem como superior (Leyens *et al.*, 2000).

Baseando-se em contribuições linguísticas sobre as diferenças comunicativas entre categorias “naturais” e “artefatos” – cuja distinção, sobretudo retórica, residiria na existência de uma essência inerente às categorias naturais, em contraposição aos artefatos, que derivam de uma agregação arbitrária criada pelo homem – Holtz e Wagner (2012) sustentam a existência de uma estratégia de *naturalização* subjacente a todo processo de atribuição diferenciada da humanidade entre grupos.

Neste sentido, a percepção de elevados níveis de homogeneidade intragrupal e de autoidentificação com o *ingroup* ancorados na essência humana compartilhada resultaria em um processo de naturalização daquela categoria social, transformando-a de um artefato meramente organizador da realidade em um *tipo natural* (a exemplo dos “elementos químicos ou espécies biológicas” [Holtz & Wagner, 2012]). Por outro lado, a naturalização também estaria presente com relação ao *outgroup*, transformado em categoria natural com traços próprios, cuja essência difere da integralmente humana reservada ao *ingroup*. Assim, esse sistema de atribuição essencialista naturalizante consistiria em mecanismo retórico fundamental para a corporificação e materialização de diferenças sociais que não existiriam num estado natural, contribuindo não apenas para justificar, mas também para aumentar e perpetuar as rachaduras dos tecidos sociais.

A exacerbação ou radicalização desta divisão entre *ingroup* e *outgroup*, com o surgimento de uma espécie de polarização entre o “*us and them*” (Fabick, 2011), seria o produto de preconceitos e conflitos ancorados histórica, econômica e politicamente – e que se manifesta, por um lado, com a concentração da essência humana (seja ela de ordem “biológica, cultural, religiosa” [Leyens *et al.*, 2001]) nos membros do endogrupo e, por outro lado, com a projeção de características negativas apenas aos membros do exogrupo (não estando presentes nos membros do endogrupo) – e estaria na origem de uma série de ações (distanciamento, discriminação, guerras e genocídios) e de atitudes como enviezamentos, preconceitos e desumanização (Fabick, 2011).

Segundo Kelman (1973), cujos estudos focam em episódios de violência em massa, a desumanização integraria um processo de privação das vítimas de sua humanidade, criando um contexto em que a violência se concretize de forma ordenada sem maiores perturbações,

sobretudo aquelas de natureza moral. Juntamente com a autorização (que permite que o agressor imediato se envolva no evento de violência sem considerar as implicações de sua ação e sem sequer tomar efetivamente a decisão, que é atribuída à autoridade [Kelman, 1973]) e a rotinização (ou mecanização da ação, que fornece condições para minimizar que questões morais sejam suscitadas, além de permitir que o ator da agressão foque nos detalhes daquilo que faz, e não de seu significado), a desumanização de grupos de indivíduos, enquanto negação da humanidade (identidade e comunidade) em sua integralidade, figura como relevante recurso nesse sistema de enfraquecimento de repressões morais contra a violência (“*It is difficult to have compassion for those who lack identity and who are excluded from our community; their death does not move us in a personal way*” [Kelman, 1973, p.49]).

No âmbito dos estudos desenvolvidos, o autor faz uma importante distinção a respeito das fontes da desumanização. Enquanto, em situações de guerra, a desumanização do inimigo – que se origina como resposta às ameaças, provocações e ataques diretos destes últimos – exsurge como um fenômeno comum, ainda que menos veemente, nos atos de violência a que Kelman se refere como “massacres sancionados” (Kelman, 1973), a destituição da humanidade não pressupõe algo que o outro tenha feito, mas algo que o outro “é”.

Nesta manifestação radical da desumanização, nega-se a humanidade em virtude das representações sociais atribuídas ao grupo (exogrupo) em que tal indivíduo se enquadra, de modo que tão mais irrestrita será a manifestação do fenômeno quanto mais facilmente o grupo-alvo for identificável como uma categoria separada de pessoas que foram, por diversas razões, historicamente estigmatizadas, de modo que o que se observa é o indivíduo (a integralidade de sua identidade) sumariamente reduzido à essência de uma única categoria, aquela que é considerada a única categoria em que importa inseri-lo (Kelman, 1973).

A desumanização mostra-se, assim, como um fenômeno que vai além da simples negação de atributos específicos inerentes à humanidade, ou, como salienta Bar-Tal (1989), da mera atribuição de estereótipos negativos ou atitudes preconceituosas a determinado grupo de indivíduos, correspondendo a um verdadeiro “ato categórico de exclusão” de uma comunidade moral em que valores, regras e noções de justiça se aplicam (Opotow, 1990), ou de uma permanente exclusão destes indivíduos da própria sociedade (Bar-Tal, 1989).

Tal processo poderia se manifestar com uma percepção ou identificação diferenciada (reduzida) da própria violência infligida, que passa a ser vista como “aceitável, apropriada ou justa” (Opotow, 1990), já que, como salientado por Bandura (2002), a destituição da humanidade de um indivíduo (e dos “sentimentos, esperanças e preocupações” que a integram)

é ingrediente essencial para sua brutalização, num processo que o autor denomina de *moral disengagement*), de modo que os indivíduos submetidos a este processo extremo são vistos como menos dignos do ponto de vista moral, destituídos de valor pró-social, sendo marcados com os rótulos de sub-humano e demoníaco (Haslam & Loughnan, 2014).

2.2. Infrahumanização

Distanciando-se desta concepção em que a atribuição e negação da humanidade estão vinculadas a contextos de conflito, Leyens *et al.* (2001) propõem, numa perspectiva fundada no etnocentrismo, a existência de um fenômeno muito mais sutil e difuso, segundo o qual as pessoas, de forma geral e quotidiana, tenderiam a atribuir a essência da natureza humana em sua integralidade apenas aos membros do grupo a que pertencem (*ingroup*), reservando àqueles do *outgroup* “graus reduzidos de humanidade”.

Assim, não se trataria de uma completa negação da humanidade, mas da identificação de ausência, nos membros do exogrupo, de determinadas características que, apenas reunidas em sua inteireza, seriam capazes de formar indivíduos integralmente humanos, havendo um senso de incompletude que é atribuído ao outro (Leyens *et al.*, 2001).

Ancorado na ideia de que a distribuição de atributos inerentes à humanidade teria uma relevante relação com aspectos emocionais – ponto de vista também pontuado na “deslegitimação” proposta por Bal-Tal (1989) –, o estudo de Leyens *et al.* testou a hipótese de que a atribuição de emoções secundárias ocorreria em maior intensidade aos membros de seu próprio grupo, quando comparada aos membros do outro grupo.

Sem negar que aspectos como inteligência, raciocínio e linguagem também figurariam como características às quais se atribui a qualidade de *essencialmente humanas* (conforme Leyens *et al.*, 2000), a opção dos autores pelo estudo da vertente emocional da natureza humana deu-se para suprir uma lacuna quanto à possibilidade de as emoções serem atribuídas ou negadas como forma de *filtrar* (ou discriminar) aqueles indivíduos que serão considerados como membros do *ingroup* ou não (Leyens *et al.*, 2000).

O enfoque dado pelos autores às emoções secundárias é explicado em razão de a literatura científica apontar para o fato de que, inclusive em termos evolutivos, as emoções primárias seriam manifestações biológicas que também estariam presentes em primatas e outros animais, além de serem experimentadas de forma semelhante por todas as sociedades (Demoulin *et al.*, 2004), ao passo que as emoções secundárias seriam o produto de construções sociais, resultantes da associação “de definições sociais, rótulos e significados a condições

diferenciadas de interação e organização social” (Leyens *et al.*, 2000).

Assim, estes autores partem do pressuposto de que não haveria evidências de que a atribuição de emoções primárias ocorreria de forma distinta entre os membros do *ingroup* e do *outgroup* (efeito também observado em Martikainen, 2016), com a ressalva sobre a possibilidade de a valência da emoção interferir neste processo (de modo que emoções primárias positivas tenderiam a ser mais fortemente atribuídas aos membros do próprio grupo), o que não se verificaria com as emoções secundárias, já que em se tratando de emoções sociais, tanto aquelas positivas como as negativas refletiriam características exclusivamente humanas, de modo que aos grupos infrahumanizados seria negada sua presença integral (Leyens *et al.*, 2001).

Os efeitos da atribuição de emoções secundárias dentro dos parâmetros esperados para o processo de infrahumanização foram reportados em múltiplos estudos focados em relações intergrupais marcadas por questões culturais, a exemplo da pesquisa conduzida entre indivíduos das Ilhas Canárias e da Espanha continental (Leyens *et al.*, 2001), mas também em investigações focadas na relação entre infrahumanização e aspectos como nacionalismo (Demoulin *et al.*, 2004; Leyens *et al.*, 2003), similaridade entre grupos (Vaes *et al.*, 2003), religião (Tam *et al.*, 2007), estatuto social (Demoulin *et al.*, 2005) e ameaças simbólicas (Pereira *et al.*, 2009).

Com um enfoque mais direcionado para a investigação da relação emocional entre infrahumanização e violência, importa mencionar que o estudo de Delgado *et al.* (2009) confirmou que a exposição de indivíduos a contextos violentos pode desencadear respostas emocionais de infrahumanização em relação a membros de outros grupos, ainda que não haja envolvimento direto de membros do *ingroup* ou do *outgroup* na violência, circunstância que endorsa a desvinculação do construto da infrahumanização da ideia de conflito (Delgado *et al.*, 2009).

Nada obstante a desnecessidade do conflito enquanto requisito para a ativação da infrahumanização, os experimentos conduzidos por Castano & Giner-Sorolla (2006) sobre a relação com a violência (seja ela de natureza experimental ou real), apontaram para o fato de que, na presença do conflito, a infrahumanização poderia estar não apenas na causa da violência, figurando também como consequência desta última, justificando os atos violentos praticados pelos membros do *ingroup* e, de certa forma, perpetuando a visão do *outgroup* como possuidor de menos características essencialmente humanas.

Uma outra perspectiva sobre a questão consiste no modelo criado por Haslam (2006),

que pretendeu integrar os fundamentos teóricos da infrahumanização em um modelo dual da desumanização. O autor apresentou evidências empíricas no sentido de que a humanidade, em sentido amplo, poderia assumir duas dimensões qualitativamente distintas, com composição, correlações e bases conceituais próprias, cada uma das quais associando-se a processos também distintos de atribuição não igualitária de características humanas.

Partindo de uma revisão sobre estudos anteriores, este autor propõe que, de um lado, a humanidade pode ser identificada com as características que separam humanos das categorias animais, reunidas sob a designação de *exclusivamente humanas* (ou UH – *uniquely human*), reunindo atributos como civilidade, refinamento, sensibilidade moral, racionalidade, lógica e maturidade.

Assim, a negação destes atributos aos membros de um *outgroup* resultariam naquilo que denominou de “desumanização animalística”, manifestando-se pela atribuição de traços como ignorância/rudeza, amoralidade, irracionalidade, instintividade, infantilidade, falta de cultura, e que, do ponto de vista da semiótica, se refletiria na linguagem por um tratamento verticalizado do outro, que é localizado “abaixo dos demais em uma escala ordinal de desenvolvimento ou evolução” (Haslam, 2006). Esta forma de desumanização animalística, segundo o autor, seria aquela que encontraria correspondência com a teoria da infrahumanização, já que, consoante a construção delineada, os membros do *outgroup* são vistos como sub-humanos e frequentemente retratados com a utilização de metáforas de natureza animal.

No entanto, uma outra forma de enxergar a humanidade consistiria em identificá-la com atributos que são típica ou normativamente humanos, ou centrais à espécie humana, agrupados sob a rubrica de *natureza humana* (ou HN – *human nature*), e que concentraria características como responsividade emocional, calor interpessoal, abertura cognitiva, capacidade de agir (*agency* no original), individualidade, profundidade. A negação destes atributos no âmbito de relações intergrupais, por sua vez, corresponderiam àquilo que Haslam (2006) tratou como “desumanização mecanicista”, que teria lugar com a imputação de características como inércia, frieza, rigidez, passividade, fungibilidade e superficialidade, refletindo-se em termos linguísticos a comparações de cunho horizontal, baseadas em uma ausência de similaridade. Tal como explicitado pelo autor, o indivíduo que é sujeito à infrahumanização mecanicista está mais próximo de ser tratado como extra-humano do que como sub-humano, mais “distante” do que inferior (Haslam, 2006).

Afastando-se da infrahumanização, a desumanização mecanicista teria campo de materialização mais evidenciado nas áreas da tecnologia e biomedicina, em que, no lugar de o

membro do *outgroup* ser tratado de forma animalizada, ele é objetificado, numa relação que, do ponto de vista emocional, é fortemente marcada por indiferença e menosprezo, tal como nos casos ilustrativos da medicina moderna – que seria vista como desumanizadora na medida em que se centra em aspectos como padronização, eficiência instrumental, técnicas impessoais e passividade forçada – e da “desumanização tecnológica”, em que humanos são reduzidos a máquinas, numa “busca robótica por eficiência e regularidade” (Haslam, 2006).

Ancorados no modelo dual da desumanização proposto por Haslam (2006), os resultados da pesquisa conduzida Bastian *et al.* (2013) mostraram que a desumanização (englobando tanto a forma animalística quanto a mecanicista, e operacionalizada pela medida desenvolvida em Bastian & Haslam [2010]) desempenha um papel de mediação significativo na relação entre a nocividade do crime cometido pelo indivíduo – divididos entre crimes sexuais, violentos e de colarinho branco – e a severidade da punição recomendada, a qual é identificada como uma punição formal, ponto em que se distingue da presente pesquisa, que procura estudar a violência extrapenal dirigida ao recluso.

A investigação conduzida por estes autores concluiu que indivíduos que causam algum tipo de dano ou infligem alguma agressão contra outra pessoa são vistos como subhumanos e que esta circunstância responde em parte pela prescrição de formas mais severas de punição no âmbito da justiça retributiva, sendo que este efeito é independente do impacto que reações emocionais de “indignação moral” têm na relação entre os tipos de crime cometidos e a severidade da punição recomendada.

Visando explorar o fenómeno para além do viés emocional, e ancorado na ideia de que a infrahumanização também passaria por um processo cognitivo a nível social, Viki *et al.* (2006) propuseram uma ótica de investigação mais direta (em contraposição às medidas implícitas de atribuição em Leyens *et al.*, 2001) e um novo paradigma de operacionalização da infrahumanização, que se pode designar por “léxico”, eis que centrado em averiguar se existe uma atribuição diferenciada, a membros do *ingroup* e do *outgroup*, de palavras “comumente associadas a humanos e animais”.

Este paradigma foi utilizado em outro estudo (Viki *et al.*, 2012) que investigou o efeito da desumanização de criminosos sexuais sobre diversos aspectos como severidade de penas recomendadas, apoio a programas de reabilitação, exclusão social e, notadamente, o apoio a que estes criminosos recebam tratamentos violentos. Embora esta pesquisa centre-se em uma categoria específica de criminosos, os resultados do 3º estudo revelaram que a desumanização

é um preditor significativo para o apoio à violência infligida a pedófilos.

É precisamente esta gradação da humanidade que justificou a opção por investigar o papel da infrahumanização (ou desumanização animalística [Haslam, 2006]) na percepção da gravidade da violência contra reclusos, tanto quando considerados conjuntamente como *outgroup*, quanto em razão da gravidade do crime pelo qual estes reclusos foram condenados, a fim de observar se indivíduos encarcerados por crimes muito graves (como é o caso dos ofensores sexuais investigados por Viki *et al.* [2012]) estariam no topo de um escalonamento da infrahumanização (sendo mesmo desumanizados).

3. Teoria da Dominância Social (SDT)

*“One day God came down to Vladimir, a poor peasant, and said:
‘Vladimir, I will grant you one wish. Anything you want will be yours.’*

*However, God added:
‘There is one condition. Anything I give to you
will be granted to your neighbor, Ivan, twice over’.*

*Vladimir immediately answered, saying:
‘OK, take out one of my eyes’”.*

Fábula do Leste Europeu (Sidanius *et al.*, 2007)

3.1. A genealogia intelectual da Teoria da Dominância Social

Um outro construto que poderia contribuir para a compreensão dos processos subjacentes à percepção diferencial da violência infligida a reclusos, consiste na Teoria da Dominância Social (ou SDT-*Social Dominance Theory*), sintetizada por Sidanius & Pratto (2001).

A teoria da dominância social adviria do propósito de integrar aspectos como a função desempenhada por estereótipos⁶ e preconceitos na organização das estruturas sociais, e como motivações psicológicas poderiam se valer de comportamentos discriminatórios para o estabelecimento de relações entre categorias sociais, e de que forma este cenário seria capaz de explicar as desigualdades sociais (Sidanius & Pratto, 2001).

Segundo os autores, a sintetização da SDT partiu da articulação de importantes contributos científicos que foram agrupados em quadro grandes ramos de produção científica:

⁶ Considerados como uma resposta de natureza cognitiva (e, neste ponto, diferenciando-se do preconceito, que teria um cariz mais marcadamente afetivo, e da discriminação, de viés comportamental), que passa a ser percebido e identificado em razão do grupo em que se insere, em contraposição a uma percepção do *outro* com base em um exame “atributo-por-atributo”, de forma totalmente individualizada (Fiske, 1993).

teorias psicológicas, socioestruturais, bem como da psicologia social e da psicologia evolucionária.

Das teorias propriamente psicológicas centradas na tradição freudiana, Sidanius e Pratto fazem um apanhado dos estudos focados nos processos internos individuais que demonstrariam correlação empírica com os estereótipos e comportamentos discriminatórios nas relações interpessoais.

Embora refiram a teorias como a hipótese da frustração-agressão (em que comportamentos agressivos ou prejudiciais, resultantes de frustrações individuais pelo não atingimento de objetivos altamente desejados, seriam direcionados de forma deslocada a alvos disponíveis em desvantagem de poder [Berkowitz, 1998; Marcus-Newhall *et al.*, 2000]), a *Terror Management Theory* (baseada em premissas existencialistas sobre o “terror paralisante” que atinge cada indivíduo diante da consciência sobre a inevitabilidade da própria morte, de modo que reações hostis a indivíduos que detêm visões de mundo distintas, consistiriam em mecanismo de proteção, um *cultural anxiety-buffer*, contra ameaças existenciais representadas por estas diferenças de visões de mundo [Greenberg *et al.*, 1992]) ou a abordagem cognitiva dos estereótipos⁷, os autores dão destaque a duas teorias e sua influência na sintetização da SDT: a personalidade autoritária e o modelo de dois valores.

A teoria da personalidade autoritária (ATP – *Authoritarian Personality Theory*) consistiria na identificação de uma síndrome de personalidade denominada “autoritarismo” (reunindo aspectos relacionados a convicções individuais a níveis social, econômico e político), e que teria suas origens em práticas parentais caracterizadas por uma espécie de disciplina

⁷ Os estudos agrupados sob este rótulo indicariam que estereótipos sociais seriam, acima de tudo, resultado de correlações ilusórias entre traços/características negativas e membros de grupos socialmente estigmatizados (minoritários, ou não), ocorridas durante o processamento básico e normal de informações pelos indivíduos. A relevância dos estereótipos nas relações intergrupais seria explicada por uma série de atributos dos estereótipos, identificados como sendo [i] de *fácil ativação* (permitindo uma espécie de “economia de recursos mentais” [Fiske, 2000, p.307], ainda que sobrevenha a constatação de imprecisão dos estereótipos, ou o fato de que tais estereótipos causam prejuízos aos indivíduos estigmatizados); [ii] *integram o arcabouço de explicações causais* dos indivíduos para o comportamento de pessoas em razão do grupo em que se inserem; [iii] são *sensíveis a contextos* (o estudo conduzido por Erber & Fiske [1984], centrado no processo individual de construção e formação de opiniões sobre as pessoas, apontou para o fato de que o contexto em que ocorrem as interações interpessoais [“*outcome dependency*”] poderia ensejar o abandono de estereótipos preexistentes, abordados sob a ótica de “*internally consistent impressions*”, para a adoção de informações inconsistentes com estes estereótipo, que corresponderiam a uma atenção às características e atributos do outro indivíduo como base para formar sua opinião); e [iv] são *persistentes e autorrealizáveis* (no sentido que, mesmo diante de situações isoladas e excepcionais, como é o caso de “*solo status*”, ou “*Tokens*” [Taylor *et al.*, 1977], há uma tendência de reforço e fortalecimento, e não de enfraquecimento, dos estereótipos sobre o grupo do qual se distinguiria o indivíduo, circunstância capaz, inclusive de exercer influência sobre a performance futura daquele indivíduo particular em razão do fenômeno do “*stereotype threat*”, ou a ameaça psicológica de confirmação do estereótipo negativo aplicado ao grupo a que pertence [Sekaquaptewa & Thompson, 2003]).

depreciativa, percebida pela criança como “ininteligível, arbitrária, excessiva”, marcada por um alto grau de intolerância à desobediência e a desvios, sem espaço para o acolhimento de fraquezas e imaturidades (Adorno *et al.*, 1950). O indivíduo submetido a este estilo parental durante a infância teria uma maior propensão a orientar futuras relações interpessoais em razão de submissão, poder e hierarquia, manifestando padrões de “glorificação” ou valorização excessiva daqueles identificados como fortes, com os quais identifica-se positivamente, e de desprezo por indivíduos supostamente inferiores e/ou fracos (Adorno *et al.*, 1950).

Ainda fruto das pesquisas sobre esta teoria, Sidanius e Pratto (2001) sustentam a existência de um fenômeno chamado “etnocentrismo generalizado”, que se caracterizaria por uma depreciação de um amplo leque de *outgroups* (étnicos, religiosos, políticos, sexuais, etc.) e é fortemente marcado pela presença de aspectos de submissão e dominação.

A outra grande influência do ramo da psicologia sobre a SDT refere-se ao modelo de Milton Rokeach (1979), desenvolvido com a finalidade de perceber os valores que funcionam como padrões e critérios orientadores para pessoas e grupos sociais não apenas quanto às suas ações, mas sobre juízos de valor, atitudes, racionalizações e até mesmo “atribuições de causalidade”. A principal conclusão do autor, que aponta para a liberdade e igualdade como os dois valores com base nos quais seria possível classificar a quase totalidade das ideologias políticas do século XX, é a de que, enquanto a relevância atribuída pelo indivíduo ao valor de liberdade teria demonstrado pouca relação com as inclinações pessoais em termos políticos, a prioridade do valor de igualdade teria demonstrado significativa influência, não apenas em termos de adesão a ideologias políticas e preferências partidárias, mas também sobre as atitudes mantidas em relação a instituições sociais e políticas específicas, aspecto relevante quando analisado sob a ótica das relações intergrupais.

Das pesquisas da psicologia social, mais focadas na integração do indivíduo com o contexto mais alargado da sociedade, em que a absorção de normas culturais e ideológicas e os desejos pessoais de integração e aceitação no meio comunitário desempenham um papel relevante sobre a manifestação afetiva de preconceitos e de comportamentos discriminatórios, Sidanius & Pratto (2001) aludem às teorias da socialização e aprendizagem social (já que estereótipos e comportamentos discriminatórios também seriam objeto de aprendizado ainda na infância, por meio da observação e posterior aquisição de representações simbólicas que formam um “guião para performances adequadas” [Bandura, 1977]), bem como aos modelos mais recentes de exame do fenômeno do racismo (sobretudo do fenômeno do *principle-implementation gap* observado em relações interraciais marcadas pelo racismo simbólico

[Dixon *et al.*, 2007] e da teoria do conflito realístico (ou conflito grupal realista, em que as hostilidades em relações intergrupais seriam o produto de objetivos e interesses conflitantes entre grupos num contexto muitas vezes percebido como de competição de soma-zero – em que o ganho de recursos por um grupo importa em perda direta e significativa para o outro grupo [Jackson, 1993; Sherif *et al.*, 1961]).

No entanto, os autores atribuem à Teoria da Identidade Social (SIT – *Social Identity Theory*) um especial destaque na concepção da SDT. Fruto sobretudo das pesquisas de Henri Tajfel e uma das mais relevantes construções na psicologia social, centra-se na busca conceitual pela já mencionada “identidade social positiva”. Operacionalizados em termos metodológicos por experimentos em paradigma de grupo mínimo, os estudos conduzidos por Tajfel, pondo em causa as condições que os teóricos realistas dos conflitos intergrupais vinculavam a processos discriminatórios – quais sejam, a existência *real* de grupos sociais (em contraposição às categorias naturais, conforme distinção referida no subcapítulo 2.1.) e a presença de cenários de competição de soma-zero –, chegaram à conclusão de que os indivíduos frequentemente manifestavam a tendência a favorecer o *ingroup* a que foram atribuídos em detrimento do *outgroup*, mesmo quando a escolha não se mostrava como a mais racional dentre as disponíveis⁸.

Dentre as influências do socioestruturalismo, Sidanius e Pratto (2001) destacam a Teoria da Posição de Grupos – espécie de versão sociológica da teoria do realismo em conflitos de grupo (Sidanius & Pratto, 2001), segundo a qual as atitudes sociais de preconceito racial teriam origens na distribuição histórica do poder entre grupos e se manifestariam por sentimentos de superioridade dos membros do *ingroup* dominante em relação ao *outgroup* dominado, o qual é visto como intrinsecamente diferente (Blumer, 1958) – e o Marxismo, segundo o qual as ideologias possuem a função de justificar e fomentar relações intergrupais hierarquizadas (construídas com base no monopólio econômico, político, intelectual e cultural decorrente da concentração dos meios de produção pelo grupo dominante), de modo que elites dominantes controlam o conteúdo e a moldura dos discursos sociais a fim de convencer não apenas a si próprios, mas também aos dominados quanto à legitimidade do domínio e do controle exercido,

⁸ O experimento consistia, basicamente, em oferecer a cada participante, duas opções: (a) distribuir uma quantidade maior de recursos, de modo que o *outgroup* acabasse por receber uma parcela ligeiramente maior, ou (b) distribuir um total inferior de recursos, mas assegurar ao *ingroup* uma parcela maior do que a recebida pelo *outgroup*. O resultado foi que os indivíduos, mesmo não tendo vínculos preexistentes com os demais membros do *ingroup* a que tinham sido aleatoriamente atribuídos, optavam pelo cenário de distribuição de recursos mais escassos em termos absolutos, mas que favorecia o próprio grupo, fazendo, tal como argumentado por Sidanius *et al.* (2007), a “escolha de Vladimir” retratada na epígrafe deste capítulo.

gerando nestes últimos uma “falsa consciência” desta posição de inferioridade, o que contribuiria para a compreensão não apenas do conflito de classes, mas também das dinâmicas de diferenças de poder entre outros tipos de categorias sociais (Sidanius & Pratto, 2001).

Por fim, tendo como de partida a teoria geral da evolução de Darwin – segundo a qual os processos de alteração dos espécimes em geral estão intimamente conectados a modificações ambientais, de modo que organismos capacitados com atributos que favoreçam a produção de descendência viável em um determinado meio possuem maior chance de sobrevivência, concepção que se oporia à existência apriorística de valores e formas cuja superioridade se dê em termos absolutos –, as pesquisas no campo da psicologia evolucionária teriam se valido do conceito de aptidão inclusiva (“*inclusive fitness*”) para ancorar considerações sobre os desequilíbrios em relações intergrupais na ideia de similaridade genética percebida. Em síntese, quando esta proximidade em termos genéticos é percebida entre dois organismos, haveria uma maior tendência a adotarem comportamentos altruístas e de favorecimento mútuo e, em contrapartida, a adotarem comportamentos hostis e discriminatórios em relação a organismos com menor similaridade genética percebida (Sidanius & Pratto, 2001). Segundo Sidanius & Pratto (2001), a principal crítica do uso da teoria evolucionária no campo interrelacional consiste, sobretudo, no seu desvirtuamento para promover a ideia de que certas classes, raças, gêneros são superiores *em razão* de serem mais adaptados do que os demais, de modo que desigualdades sociais estariam ancoradas em disposições naturais e científicas.

3.2.A Teoria da Dominância Social

A teoria desenvolvida por Sidanius e Pratto (2001) parte da premissa de que “todas as sociedades humanas tendem a ser estruturadas na forma de sistemas hierarquizados de grupos sociais”. Esta hierarquia centrada em grupos se contraporiria a uma estrutura social hierarquizada com base em indivíduos, de modo que o “poder, prestígio e privilégios” alcançados por um determinado indivíduo estão atrelados, com maior ou menor intensidade, ao *status*, poder e influência do grupo a que este indivíduo pertence.

A estrutura dos grupos se apresentaria numa tripartição de grandes sistemas: idade, gênero e “arbitrárias”. Enquanto os dois primeiros sistemas de grupos (idade e gênero) podem ser vistos como categorias naturais (ainda que a distribuição de valores sociais aos grupos delas decorrentes também seja objeto de dinâmicas e construções sociais), os grupos formados dentro de sistemas arbitrários derivariam integralmente da organização hierarquizada dos indivíduos

em grupos *produzidos* com base em um número indefinido de possíveis características (classe social, etnia, raça, nação, religião, “ou qualquer outra distinção de grupo que a mente humana seja capaz de construir” [Sidanius & Pratto, 2001]).

Segundo estes autores, dentro de cada um destes três grandes sistemas, um dos grupos (ou um pequeno número de grupos) exerce dominação hegemônica sobre os demais grupos, concentrando em si próprios uma parcela desproporcionalmente grande de valores sociais positivos (tal como poder, influência, estatuto social, recursos materiais, etc.) e atribuindo aos grupos dominados uma parcela também desproporcionalmente grande de valores sociais negativos (ilustrados, por exemplo, pela imposição a certos grupos de ocupações de alto risco mal remuneradas e dotadas de baixo estatuto social).

Dentre os argumentos centrais da SDT (Sidanius & Pratto, 2001), importa aludir àquele segundo o qual, nas sociedades pós-industriais, os conflitos e relações intergrupais de opressão devem ser compreendidos à luz da estrutura hierarquizada de divisão social, uma vez que são produzidos por este sistema, ao mesmo tempo que contribuem para sua manutenção e reforço. Ademais, o nível de hierarquia (e, conseqüentemente, de desigualdade intergrupai) destes sistemas sociais seria determinado pela maior ou menor atuação de uma das duas grandes “forças de contrabalanço” que se contrapõem: de um lado, “forças de reforço da hierarquia” (HE - *hierarchy-enhancing*) seriam aquelas responsáveis pela produção e acirramento de desigualdades entre grupos sociais (no sentido de defender uma distribuição desigual de valores sociais), e, de outro lado, forças de atenuação da hierarquia (HA – *hierarchy-attenuating*), que estariam mais evidenciadas, por exemplo, nos fundamentos das ideologias de socio-democracia, socialismo e marxismo, bem como em movimentos de ativismo pelo incremento dos direitos humanos.

No âmbito da teoria desenvolvida por Sidanius e Pratto (2001), a análise destas dinâmicas de desigualdades estaria intrinsecamente atrelada à compreensão da “psicologia da dominação social”, que se expressaria na forma da SDO-*Social Dominance Orientation*, desenvolvida como uma medida geral, independente das origens subjacentes, das variações de diferenças individuais quanto ao valor atribuído a relações não-igualitárias e estruturadas hierarquicamente, expressando uma adesão mais ou menos generalizada para a dominação de alguns grupos (enquanto construções sociais) sobre os demais, independentemente da “essência” definidora do grupo (raça, nacionalidade, religião, etnia, linhagem, tribus, grupos mínimos “ou qualquer outra distinção de grupo que a mente humana seja capaz de construir”).

Uma vez que a teoria da dominância social também tem origens assentadas no essencialismo, infere-se que esta ideia de “essência”, que serve de base para a categorização hierarquizada dos grupos sociais - reforçando a homogeneidade dos membros do *ingroup* e enfatizando as linhas distintivas com os demais (funções articuladas no conceito de *entitativity* e que contribuem para a construção de uma identidade social positiva) – também desempenharia um papel retórico importante em relações intergrupais de dominação, servindo como argumento para legitimar uma espécie de superioridade natural dos grupos dominantes e, por outro lado, para justificar a posição de inferioridade suportada pelos dominados.

Quando esta essência assume uma identificação com o conceito de humanidade, e a divisão hierarquizada do tecido social se dá em razão da medida em que um determinado grupo concentra em si a integralidade dos atributos inerentemente humanos (o que justificaria uma autopercepção de superioridade natural) e relega aos demais (ou a um grupo específico) qualquer recorte incompleto destes atributos, validando a relação de dominação intergrupal e subscrevendo o endereçamento de tratamentos desiguais, a SDT concorre com a ativação do processo que Leyens *et al.* (2001) chamam de *infracumanização*, ou que Haslam e Loughnam (2014) inserem no domínio da *desumanização animalística* ou *mecanicista*.

Embora, de um ponto de vista etnocêntrico, haja uma tendência para nos vermos sempre como superiores (decorrência da busca pela “identidade social positiva”), Leyens *et al.* (2001, p.396) aludem aos exemplos históricos de escravidão e colonialismo para ilustrar a possibilidade de que esta percepção de inferioridade, após sistematicamente atribuída e reforçada pelo exogrupo dominante, passe a ser internalizada pelos membros do próprio grupo dominado, consolidando, por um lado, o processo de *infracumanização* deste grupo (que é hetero e autopercebido como inferior) e, por outro lado, robustecendo a legitimidade da dominação exercida pelo grupo dominante.

Inicialmente idealizada como um construto capaz de representar uma única dimensão sócio-atitudinal, de modo a refletir a propensão individual de apoio a desigualdades nas relações intergrupais ancoradas na ideia de uma superioridade inerente (Pratto *et al.*, 1994), uma série de estudos posteriormente desenvolvidos permitiram concluir que, na verdade, os itens que integravam a versão mais frequente utilizada da escala de SDO (SDO₆, reproduzida em Pratto *et al.*, 1994) eram capazes de retratar duas “orientações psicológicas” que, embora distintas, eram fortemente relacionadas entre si: dominância e não-igualitarismo (Ho *et al.*, 2012; Jost & Thompson, 2000).

A subdimensão de dominância (SDO-D) corresponderia àquilo que Sidanius & Pratto (1993) denominaram de “imperativo imperial generalizado” nas primeiras abordagens sobre a dominação social, refletindo a tendência individual de apoio a estruturas abertamente hierarquizadas baseadas na dominação, inclusive por meios opressivos, do grupo dominante sobre os grupos dominados (Ho *et al.*, 2012).

A subdimensão de não-igualitarismo (SDO-E) revelaria, por sua vez, a oposição à própria igualdade enquanto princípio geral, bem como a medidas tendentes à redução dos níveis de hierarquia intergrupais. Ho *et al.* (2012) argumentam que esta subdimensão de não-igualitarismo poderia ser traduzida em termos psicológicos por uma pretensão de exclusividade, na medida em que níveis elevados de SDO-E refletiriam o desejo de exclusão de determinados grupos quanto ao “acesso a recursos que poderiam elevar suas posições sociais”, de modo que esta subdimensão, afastando-se das noções de “dominação ativa e subjugação extrema” nas relações entre grupos, estaria mais diretamente relacionada com manifestações mais sutis de preconceito e comportamentos discriminatórios, como no caso do racismo simbólico, bem como com a resistência a políticas redistributivas e ações afirmativas (Ho *et al.*, 2012).

No que concerne à investigação empírica da Dominância Social, a teoria de Sidanius & Pratto (2001) tem sido operacionalizada em diversas pesquisas que visam analisar a associação de níveis individuais de SDO a um profuso elenco de fenômenos sociais, desde ideologias não-igualitárias, comportamentos discriminatórios, bem como à propensão para adesão a atitudes, movimentos e políticas públicas.

Neste sentido, níveis altos de SDO foram positivamente relacionados com tendências discriminatórias e de preconceito contra um vasto leque de grupos estigmatizados, seja em razão de raça (Sidanius *et al.*, 1992), gênero (Bates & Heaven, 2001) ou orientação sexual (Sidanius & Pratto, 2001), imigrantes (Thomsen *et al.*, 2008; Ho *et al.*, 2012), refugiados (Esses *et al.*, 2008), *homelessness* (Smith & Stathi, 2021) e nação (Kteily *et al.*, 2014).

No campo de adesão a ideologias e atitudes sociopolíticas, níveis elevados de SDO também foram correlacionados com o apoio a instituições políticas que se caracterizam como reforçadoras de hierarquia (HE – *hierarchy enhancers* [Sidanius *et al.*, 1994]), com a ideia de que “os fins justificam os meios” (Wilson, 2003), e até mesmo com a oposição a políticas públicas de vacinação compulsória para controle sanitário no contexto da pandemia pelo Covid-19 (Peng, 2021).

Sob a ótica da relação entre dominância social e ideologias atreladas a hierarquias ancoradas em estatuto social, o estudo de Sidanius *et al.* (2007) sugere que medidas elevadas

de SDO estariam relacionadas a uma maior tendência à adoção de atitudes de favorecimento do *ingroup* em casos de indivíduos pertencentes a grupos com estatuto social relativamente alto – uma vez que uma maior propensão a querer endossar situações de dominação sobre grupos subordinados os orientaria a fazer a opção pela “escolha de Vladimir”, ainda que a vantagem obtida pelo endogrupo impusesse uma redução dos ganhos absolutos em cenários de competição por recursos sociais. Por sua vez, a pesquisa desenvolvida por Carvalho *et al.* (2021) revelou que, entre membros de grupos de baixo estatuto social, medidas elevadas de SDO estariam relacionadas ao desfavorecimento do *outgroup* dominante como estratégia ideológica destinada à motivação dos membros do *ingroup* para uma futura competição para elevação de seu estatuto social.

Outro resultado relevante para o tema em questão, obtidos nos experimentos conduzidos por Sidanius *et al.* (2013) sobre a relação entre SDO e empatia, dá conta de que, embora níveis prévios de preocupação empática e compaixão figurariam como preditores de SDO, os níveis individuais de orientação para a dominância social teriam um efeito ainda mais significativo de alteração dos níveis de empatia posteriormente manifestados, inclusive quando analisado sob a ótica de atitudes de apoio a ações que envolvem o sofrimento alheio: segundo a pesquisa, indivíduos que se observam (autopercepção) falando em favor de ações que afetam negativamente outros indivíduos podem “inferir que devem ser pessoas menos empáticas”, reduzindo a sua própria preocupação empática ao longo do tempo.

Aproximando-se dos objetivos da presente pesquisa, que consiste em analisar a possível relação entre níveis de SDO e uma maior ou menor ativação de processo de infrahumanização do indivíduos reclusos enquanto *outgroup*, bem como sua relação com o grau de percepção de violência, níveis altos de SDO (na subdimensão de dominação, SDO-D) tem sido mais significativamente associados com manifestações flagrantes de desumanização e “*old-fashioned racism*” (Kteily, Bruneau & Cotterill, 2015; Ho *et al.*, 2012), bem como com o respaldo a políticas de “lei e ordem” (Pratto *et al.*, 1994), a comportamentos agressivos entre grupos (Ho *et al.*, 2012), mesmo nos casos em que se trata de legitimação de comportamentos abusivos assemelhados à tortura (Larsson *et al.*, 2012), além de maior propensão a oposição quanto à propostas de reabilitação (McKee & Feather, 2008) e apoio a políticas de punitivismo e pena de morte (Ho *et al.*, 2012; McKee & Feather, 2008).

PARTE II: ESTUDO EMPÍRICO - METODOLOGIA

1. Objetivos e hipóteses

O objetivo principal da pesquisa consiste em contribuir para a literatura por meio da investigação sobre os papéis desempenhados pelo fenômeno da infrahumanização e da medida sócio-atitudinal de SDO na percepção da violência, quando esta é cometida contra pessoas encarceradas.

Quanto aos objetivos específicos, inicialmente busca-se verificar, por um lado, se existe alguma diferença geral no grau de percepção da violência quando esta é direcionada a indivíduos encarcerados (ou seja, quando estes assumem a posição de vítima) e se estes indivíduos (uma vez que integrariam um *outgroup* num contexto de divisão social em que a população não encarcerada integra o *ingroup*) estariam sujeitos a um processo geral de infrahumanização – decorrente de serem percebidos como pessoas às quais são atribuídos em menor grau atributos inerentes à humanidade em virtude de sua condenação pela prática de um crime. Também se pretende investigar se indivíduos com níveis mais altos de SDO apresentariam diferenças significativas no processo de ativação da infrahumanização e na percepção da violência cometida contra reclusos.

Pretende-se, ainda, investigar se a gravidade do crime pelo qual o indivíduo encarcerado foi condenado teria algum impacto na intensidade da ativação do processo de infrahumanização e no nível de percepção da violência a ele dirigida, bem como se, e em que medida, a maior ou menor orientação para a dominância social (SDO) resultaria em medidas distintas nesta relação entre a gravidade do crime cometido pelo recluso, infrahumanização e nível percebido de violência infligida ao preso.

Assim, o que se pretende com a investigação é testar um conjunto de **hipóteses** organizadas em dois grandes modelos.

1.1. Hipóteses relativas ao modelo de estatuto da pessoa vitimada.

(1-a) O estatuto da pessoa vitimada (se reclusa, ou não) está associado ao grau de percepção da violência do ato que lhe é infligido, de modo que atos e situações de violência contra reclusos são percebidos como menos violentos, quando comparados a episódios em que a vítima é uma pessoa “não reclusa”;

(1-b) O estatuto da pessoa vitimada (se reclusa, ou não) está associado ao *quantum* de atributos inerentes à natureza humana que lhe são designados, de modo que indivíduos encarcerados sofrem um processo geral de infrahumanização, sendo-lhe atribuídos em menor grau

características essencialmente humanas;

(1-c) A ativação deste processo geral de infrahumanização dos reclusos (a ser confirmado pela hipótese [1-b]) está inversamente relacionada com o grau de percepção da violência do ato que lhe é infligido;

(1-d) O processo geral de infrahumanização desempenha um papel de mediação na associação entre o estatuto da pessoa vitimada e a percepção da violência que lhe é infligida, de modo que o simples fato de se tratar de uma pessoa reclusa, ao ativar o processo de infrahumanização, conduz a uma menor percepção da violência a que o indivíduo é submetido.

(1-e) A variação individual em termos de SDO desempenha um papel de moderação na associação entre, de um lado, o estatuto da pessoa vitimada e, de outro lado, o processo de infrahumanização e o grau de percepção da violência, de modo que em participantes com níveis mais elevados de SDO haveria uma ativação mais intensa do processo de infrahumanização dos indivíduos encarcerados, o que, confirmando-se a mediação prevista na hipótese **(1-d)**, explicaria níveis mais reduzidos no grau de violência a que o preso é submetido.

A partir das cinco hipóteses delineadas, é possível identificar quatro variáveis a serem operacionalizadas neste primeiro modelo: o “estatuto da pessoa” (variável independente nominal dicotômica), o processo de infrahumanização (variável mediadora quantitativa), a variação individual em termos de SDO (variável moderadora quantitativa) e “grau de violência percebida do ato” (variável dependente quantitativa), como se verifica no modelo conceitual representado na Figura 1.

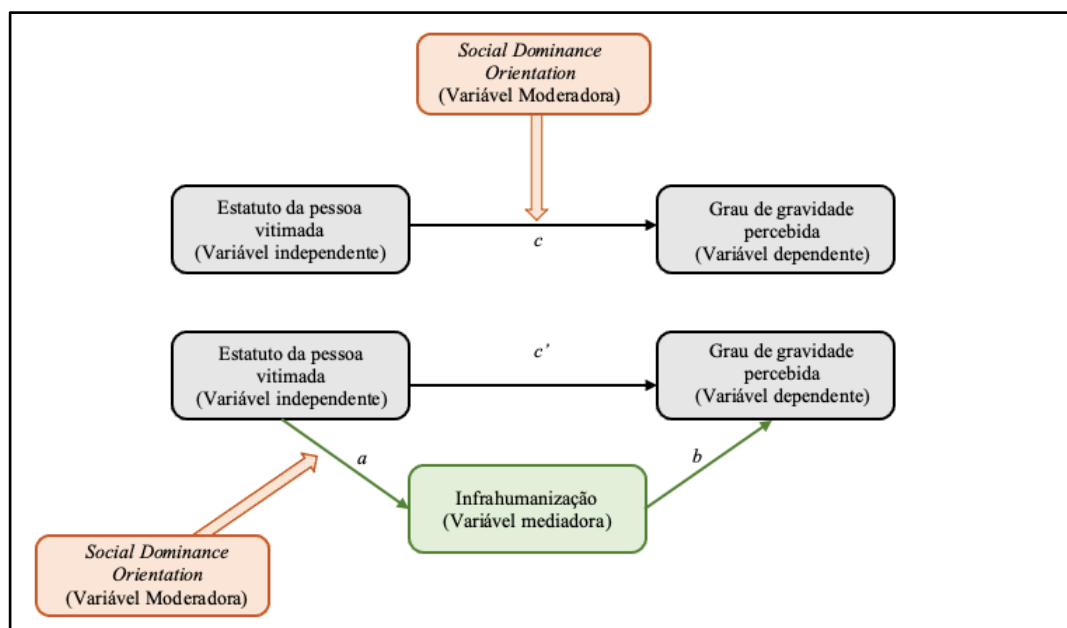


Figura 1: Quadro conceitual do modelo do estatuto da pessoa vitimada

1.2. Hipóteses relativas ao modelo de gravidade percebida do crime

(2-a) A gravidade do crime praticado pelo recluso está relacionada inversamente ao grau de percepção da violência que lhe é infligida, de modo que atos e situações de violência contra reclusos que cometeram crimes mais graves são percebidos como menos violentos, quando comparados a episódios em que a vítima encontra-se encarcerada pela prática de um crime a que é atribuída menor gravidade;

(2-b) O processo de infrahumanização também varia em intensidade, relacionando-se diretamente à gravidade percebida quanto ao crime cometido pelos reclusos, de modo que indivíduos condenados por crimes percebidos como mais graves são submetidos a uma infrahumanização mais acentuada em relação a condenados por crimes considerados menos graves.

(2-c) O grau em que se dá o processo de infrahumanização dos reclusos, em razão da gravidade percebida do crime por cuja prática estão condenados (a ser confirmado pela hipótese [2-b]) está inversamente relacionado com o grau em que é percebida a violência a que ele é submetido, de modo que, quanto maior for a infrahumanização de um determinado recluso, menor será o grau de percepção da violência cometida contra ele.

(2-d) O processo de infrahumanização relativo à hipótese (2-b) – desempenha um papel de mediação na correlação entre a percepção da gravidade do crime cometido pelo recluso e a percepção do grau de violência que lhe é infligida, de modo que a violência contra reclusos que cometem crimes mais graves é *menos* percebida do que aquela infligida a reclusos condenados por crimes menos graves em razão de uma maior intensidade no processo de infrahumanização a que são submetidos.

(2-e) A variação individual em termos de SDO desempenha um papel de moderação na associação entre, de um lado, a gravidade do crime cometido pelo recluso e, de outro lado, o processo de infrahumanização e o grau de percepção da violência, de modo que em participantes com níveis mais elevados de SDO haveria uma ativação mais intensa do processo de infrahumanização dos indivíduos encarcerados, o que, confirmando-se a mediação prevista na hipótese (2-d), também conduziria a níveis mais reduzidos de percepção da violência a que o preso é submetido

A partir das hipóteses delineadas, também é possível identificar quatro **variáveis** a serem operacionalizadas: a “gravidade do crime cometido pelo recluso” (variável independente ordinal), o processo de infrahumanização (variável mediadora quantitativa), a variação individual em termos de SDO (variável moderadora quantitativa) e “grau de violência percebida

do ato” (variável dependente quantitativa), conforme modelo conceitual representado na Figura 2.

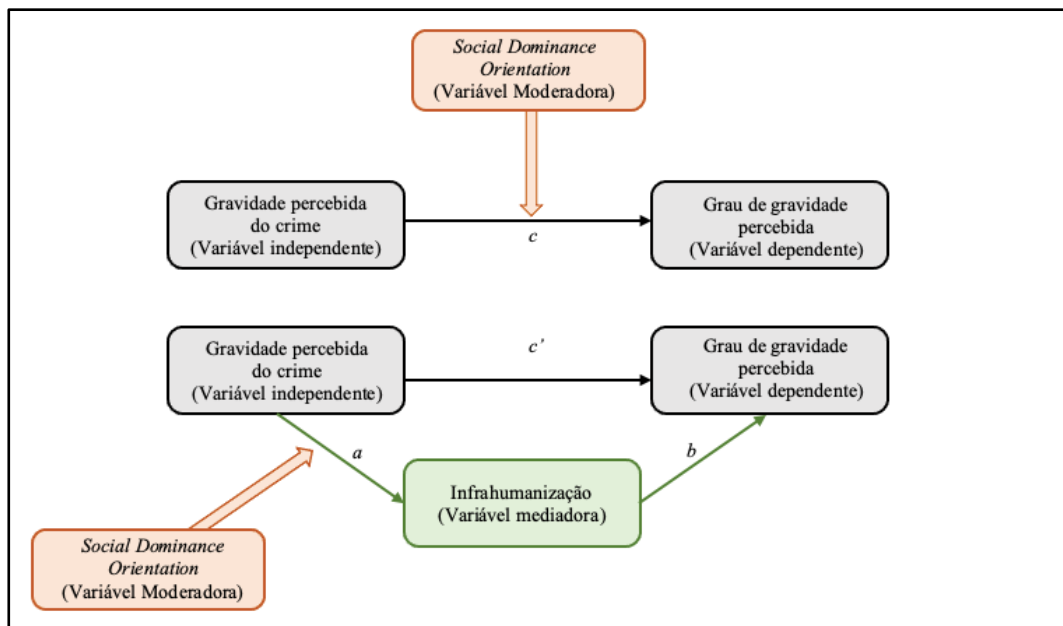


Figura 2: Quadro conceitual do modelo da gravidade percebida do crime

De acordo com os dois modelos delineados, cada uma das variáveis independentes está associada à ativação e impacto no grau em que ocorre o processo de infrhumanização (representado pelo efeito a nos quadros conceituais – Figuras 1 e 2), o qual está inversamente relacionado ao grau em que a violência do ato é percebida (representado por b), de modo que se pretende testar se, e em que medida, o efeito da variável independente sobre a variável dependente está mediado pela introdução da mediadora infrhumanização (representado por c'), reduzindo o efeito direto que cada uma das variáveis independentes teria sobre a variável dependente (representado por c) (MacKinnon *et al.*, 2012, p.315; Baron & Kenny, 1986). Em outras palavras, pretende-se confirmar que a relação entre a variável preditora e a variável dependente pode ser explicada pela relação de ambas com uma terceira variável, a mediadora infrhumanização (Field, 2018, p.744).

Também de acordo com os quadros conceituais apresentados, a medida individual de SDO atuaria na intensidade das relações, seja quando considerada a relação direta c entre as variáveis independentes e a variável dependente, seja quando considerada a relação a entre as variáveis preditoras (estatuto da pessoa ou gravidade do crime) e a mediadora infrhumanização.

2. Instrumentos

Para testar as hipóteses propostas, bem como operacionalizar as variáveis apresentadas, considerou-se que a metodologia quantitativa seria a mais adequada, com a aplicação de questionário desenvolvido especificamente para a presente investigação. À exceção da SDO, para cuja medida dispõe-se instrumento amplamente utilizado em razão de suas boas propriedades psicométricas, foi necessário desenvolver instrumentos próprios para a operacionalização das variáveis de estatuto da pessoa, gravidade percebida do crime, gravidade percebida da violência contra o recluso e, sobretudo, da infrahumanização.

2.1. Estatuto da pessoa e Gravidade do crime cometido pelo recluso

Uma vez que se pretende (conforme descrito nas hipóteses [1-a] e [1-b]) verificar a ativação do processo de infrahumanização e a percepção da violência do ato de forma *geral*, a primeira variável consiste no estatuto da pessoa, isto é, a distinção dicotomizada dos indivíduos vitimados entre “reclusos” e “não reclusos”, a fim de buscar identificar se o simples fato de o sujeito vitimado ser alguém privado de liberdade (após sua condenação pela prática de um crime qualquer) resulta na obtenção de medidas que indiquem para a existência do processo de infrahumanização, bem como para uma menor percepção da violência que este indivíduo sofre.

No contexto do segundo modelo conceitual proposto, a variável independente consiste numa organização nivelada dos indivíduos vitimados encarcerados em razão da gravidade percebida do crime por cuja prática foram condenados, a fim de verificar se esta medida está relacionada ao grau da infrahumanização a que este sujeito é submetido, bem como à maior ou menor intensidade em é percebida a violência do ato que lhe é infligida, conforme hipóteses (2-a) e (2-b).

Assim, como a segunda variável independente (de natureza categórica ordinal) deriva, na verdade, de uma ordenação da categoria de “reclusos” (variável independente do primeiro modelo, de natureza categórica nominal dicotômica), a operacionalização de ambas foi idealizada em conjunto no desenho de investigação experimental, consistente na elaboração de 7 cenários idênticos (conforme Bastian *et al.*, 2013) de agressão fictícia, sendo que a manipulação das duas variáveis independentes foi pensada de modo que a única diferença entre os cenários era a caracterização da vitimada (o cenário de “não recluso” integrava o grupo controle, e os demais cenários retratavam agressões a reclusos, inequívocos os 6 grupos experimentais).

Fez-se a opção por amostras independentes, de modo que a cada sujeito participante foi atribuído aleatoriamente um dos 7 cenários, a fim de obter medidas individuais para as variáveis estudadas. Embora tal opção aumente as fontes de variabilidade externa capazes de interferir com os efeitos observados (Maroco, 2007, p. 33), procurou-se, desta forma, evitar contaminações que poderiam ocorrer se cada participante fosse confrontado, simultaneamente, com um grupo controle e um grupo experimental, bem como evitar que o questionário se tornasse demasiadamente longo (caso cada participante analisasse todos os 7 cenários), o que poderia aumentar as chances de dados omissos ou de abandono do inquérito (Galesic & Bosnjak, 2009).

O cenário apresentado consistiu em enunciados, como os abaixo reproduzidos (ver Anexos II-B a II-H):

- “Por favor, considere o seguinte cenário para responder às questões desta página.
O indivíduo J.F.H. (nome fictício) estava a sair de uma estação do metro no Porto e foi fisicamente agredido por chutos e socos por uma autoridade policial, sob a alegação de que J.F.H. demonstrava comportamento suspeito.
J.F.H. é marceneiro e reside atualmente no Porto.”
- “Por favor, considere o seguinte cenário para responder às questões desta página.
O indivíduo J.F.H. (nome fictício) estava a sair de uma estação do metro no Porto e foi fisicamente agredido por chutos e socos por uma autoridade policial, sob a alegação de que J.F.H. demonstrava comportamento suspeito.
J.F.H. estava em saída precária do Estabelecimento Prisional do Porto, onde reside atualmente e cumpre pena após ter sido condenado por abusar sexualmente de uma criança”.

Impõe tecer algumas considerações acerca dos enunciados elaborados, representativos dos cenários de “não recluso” e de “recluso condenado pelo crime de pedofilia”⁹. Inicialmente, a agressão foi atribuída a uma autoridade policial, que age com base em juízo de valor subjetivo sobre o comportamento do indivíduo J.F.H. Por um lado, pretendeu-se afastar a ideia de uma agressão infligida gratuitamente e, por outro lado, não apontar para uma agressão a que a vítima tivesse dado causa (Christie, 1986; Strobl, 2004), de modo que a violência é aparentemente

⁹ Embora a pedofilia, que consiste em transtorno de preferência sexual (ICD 6D32 [World Health Organization, 2022], não seja crime do ponto de vista jurídico, optou-se pela utilização deste termo em razão de sua conotação popular relacionada ao crime de abuso sexual de crianças (artigo 171º do Código Penal Português).

“justificada” apenas sob a perspectiva da autoridade policial fictícia, em razão de um possível “comportamento suspeito” de J.F.H.

A opção por situar os cenários de reclusos fora do âmbito prisional atendeu a dois propósitos: o primeiro, para tornar a descrição da situação o equivalente possível à daquela retratada para o “não recluso”; o segundo, para evitar que a vitimação de J.F.H. fosse vinculada a uma questão disciplinar no contexto do encarceramento. Assim, para justificar o fato de que este indivíduo, que ainda está em cumprimento de pena, estava “a sair de uma estação de metro no Porto”, optou-se por posicioná-lo em saída precária.

Ademais, dentre os reclusos vitimados representados, a diferença indicada consistiu apenas no crime por cuja prática foram condenados, por meio da descrição de uma conduta prototípica dos tipos penais selecionados, e não com a utilização da nomenclatura jurídica, tal como será explicitado no subcapítulo 2.5 desta Parte II. A descrição dos cenários nestes moldes decorre da necessidade de selecionar as informações necessárias para desenhar uma moldura mínima sobre cada um dos indivíduos para os participantes, evitando a introdução de dados que possam configurar fatores adicionais que possam interferir com o objeto da investigação.

A opção por um total de seis crimes (conduzindo aos 6 cenários dos grupos experimentais) justificou-se em razão da necessidade de um número mínimo de crimes específicos a permitir uma classificação ordenada para posterior obtenção das medidas sobre inhumanização e grau de violência percebida que apresentem variabilidade.

Por fim, a escolha pela seleção dos crimes em razão de sua **gravidade percebida** – no lugar de uma seleção de crimes baseada nas penas abstratamente cominadas aos tipos legais – foi feita em razão da possibilidade de discrepâncias entre a gravidade percebida de um crime e as opções político-legislativas de combate a determinados tipos penais, o que, em tese, poderia levar a distorções. Assim, de modo permitir que a medida desta variável retrate uma noção comum ainda que aproximada, sobre os crimes quanto à sua gravidade, optou-se pela condução de projeto-piloto (ver seção 2.5. desta Parte II).

2.2. Grau de violência percebida (variável dependente)

Quando referimos a reclusos, o principal instrumento na literatura consiste na ATP- *Attitudes Towards Prisoners* (Melvin *et al.*, 1985), que traduz uma série de atitudes das pessoas em relação a indivíduos encarcerados, dispondo de boas propriedades psicométricas (Melvin *et al.*, 1985; Kjelsberg *et al.*, 2007; Murphy & Brown, 2010).

No entanto, as investigações científicas sobre “atitudes” informam que o construto em questão é integrado por três diferentes componentes: *afetiva* (as respostas emocionais ou de atividade do sistema nervoso simpático), *comportamental* (englobando ações mais explícitas, intenções e afirmações verbais sobre comportamentos) e *cognitiva* (que reúne aspectos relacionados a crenças, estruturas de conhecimento e estereótipos [Breckler, 1984]). Estas componentes manifestam-se, em maior ou menor intensidade, nos itens que integram a ATP, como é o caso de afirmações como “*I would like associating with some prisoners*”, “*I would never want one of my children dating an ex-prisoner*” e “*Most prisoners are too lazy to earn an honest living*”.

Assim, embora existam estudos que correlacionem a componente afetiva das atitudes ao surgimento de respostas mais acentuadamente punitivistas (Socia & Harris, 2016), o fato é que a ATP não corresponde de forma precisa ao construto que se pretende aceder, o qual consiste em uma avaliação pessoal (uma espécie de “termômetro” [Kteily *et al.*, 2015]) quanto ao grau em que um ato de violência é percebido, quando controlamos se a pessoa que sofre este ato de violência é reclusa ou não reclusa.

Ultrapassada a limitação de construto da ATP (bem como de suas variações, como é o caso da ATS – *Attitudes Towards Sex Offenders scale* [Hogue, 1993] e da AJI – *Attitudes Toward Juvenile Inmates* [Levy & Reuven, 2016]), foram vislumbrados na literatura diversos instrumentos centrados em percepções de violência, mas que, ora focavam em perspectivas cognitivas de tolerância/apoio à violência em geral – como é o caso da MVQ – *Maudsley Violence Questionnaire* (Walker, 2005) –, em perspectivas individuais sobre dimensões instrumentais e expressivas de agressões, a exemplo da EXPAGG (Campbell *et al.*, 1999), ora dedicam-se a formas específicas de violência diversas daquela se pretende estudar, sobretudo relacionadas à violência doméstica e em relacionamentos íntimos, como a ATVAWS – *Attitudes Towards Violence Against Women Scale* (Nayak *et al.*, 2003).

Em termos de escalas previamente aplicadas em âmbito científico, o único instrumento que se aproxima do construto que se pretende investigar foi desenvolvido no terceiro estudo conduzido por Viki *et.al.* (2012), dedicado a medir “apoio à violência” contra pedófilos, por meio de uma escala *Likert* de 5 pontos, com itens como “Pedófilos deveriam ser cadastrados”, “Comportamento violência contra pedófilos algumas vezes é justificado” e “Se um pedófilo é morto por membros da comunidade, é provável que ele tenha merecido”¹⁰. No entanto, a

¹⁰ Traduções livres.

publicação disponibilizada não contempla todos os itens que integravam a referida escala, razão pela qual foi encaminhado correio eletrônico ao autor principal da pesquisa para solicitar a partilha da íntegra do instrumento e a autorização para sua utilização, sem que, até a presente data, tenha-se obtido resposta.

Assim, ancorado em conceitualizações que associam a representação individual que se faz de eventos violentos a uma “moldura moral” que considera *adequada* a violência dirigida a certas pessoas ou grupos – de modo que este processo de exclusão moral (que abarca diversos níveis de engajamento) pode resultar em *negação de danos* infligidos (Opatow, 2001) em razão da articulação de aspectos como justificação social, culpabilização, impessoalização de condutas e *desumanização* (Bandura, 2002) –, uma alternativa para a operacionalização da variável do “grau de violência percebida” consistiu em recorrer à produção científica na área da psicologia moral, com a articulação de aspetos relacionados a agressões (*harm*), “*moral/conventional distinction*” e “*moral wrongdoing*”.

O paradigma desenvolvido por Elliot Turiel (1983) traduz a distinção entre dois domínios de conhecimento social, que são adquiridos e processados de forma distinta e independente. Por um lado, regras e julgamentos de ordem moral (identificados por critérios de obrigatoriedade, impessoalidade e generalidade que decorrem de um sistema de conhecimento ancorado em ideias de justiça, direitos e bem-estar) e, por outro lado, regras convencionais (as quais, desenvolvidas a partir de consensos em âmbito de interações sociais, são adotadas com base em critérios de contingência normativa, autoridade, relativismo, punição e contextualização). A manifestação empírica desta dicotomia resultaria na exibição de um dos padrões de resposta, ou *signature response patterns* (Kelly *et al.*, 2007), de modo que, quando confrontadas com violações de regras morais (e, portanto, de regras ancoradas em agressões, justiça e direitos), este padrão de reação promove a atribuição de maior gravidade à violação.

Assim, a proposta de instrumentalização da gravidade percebida da violência consistiu, tal como em Kelly *et al.* (2007), em solicitar a cada participante, ao ser confrontado com um dos cenários hipotéticos de agressões, que classificasse tal conduta, em uma escala de 1 a 9 (em que 1 equivale a “a atitude do policial foi totalmente correta” e “9” corresponde a “a atitude do policial foi totalmente errada”).

Embora no estudo de Kelly *et al.* (2007) a escala utilizada fonesse 10 itens (variando de 0 a 9), a escolha pela delimitação da amplitude da escala a 9 patamares decorreu, por um lado, da necessidade de fornecer uma posição “neutra” no intervalo, sob pena de se impor, necessariamente, ao participante uma escolha entre certo ou errado e, por outro lado, de

conciliar a necessidade de obtenção de um poder discriminativo ótimo dos participantes (Matell & Jacoby, 1971) quanto ao grau de gravidade percebida na agressão, de modo que os modelos mais comuns de 5 ou 7 pontos poderiam reduzir a precisão da avaliação, ainda que com o risco de não se obter um aumento significativo de fiabilidade da escala que justifique o esforço adicional envolvido (Symonds, 1924).

2.3. Infrahumanização

Tal como referido ao início deste capítulo, houve a necessidade de elaboração de instrumento próprio para operacionalização da variável de infrahumanização. Após extensa revisão de literatura, o que se observou é que, via de regra, os autores desenvolvem instrumentos específicos que sejam adequados às suas questões de investigação.

Relativamente às pesquisas focadas na dimensão emocional da infrahumanização, o fenómeno é comumente operacionalizado através da elaboração de uma lista de emoções primárias e secundárias, solicitando aos participantes que selecionem livremente aquelas emoções que julgam mais adequadas para definir membros de seu próprio grupo, bem como integrantes do *outgroup* (Leyens, *et al.*, 2000; Leyens *et al.*, 2001; Leyens *et al.*, 2003). Em outros casos, a análise do processo de infrahumanização foi feita por meio do *IAT-Implicit Association Test* (Greenwald *et al.*, 1998), com a obtenção de medidas do tempo de reação dos participantes a uma extensa lista de estímulos (Paladino *et al.*, 2002).

Uma outra abordagem para a instrumentalização desta variável consistiu no desenvolvimento de escala *Likert* (Castano & Giner-Sorolla, 2006; Pereira *et al.*, 2009), em que foi apresentada aos participantes uma lista de emoções, solicitando-lhes que indicassem até que ponto acreditavam que membros de um determinado *outgroup*, em geral, sentiriam as emoções listadas.

Como alternativa ao estudo do fenómeno da infrahumanização a partir da atribuição de emoções primárias e secundárias, Viki *et al.* (2006) propõem a contraposição de palavras relacionadas a humanos e palavras relacionadas a animais com a finalidade de obter medidas de infrahumanização dos membros do *outgroup*. no estudo sob a perspectiva de indivíduos de nacionalidade francesa e alemã, tendo as primeiras sido mais fortemente atribuídas a membros do endogrupo, quando comparadas com os do *outgroup*. A construção de uma escala de infrahumanização (com a codificação de itens para obtenção de *scores*, com a reversão das pontuações de itens opostos) foi implementado no “Estudo 1” de Viki *et al.* (2012), tendo apresentado resultados satisfatórios ($\alpha = .86$). Na investigação em questão, foram utilizados

apenas estímulos léxicos, sendo pedido aos participantes que indicassem em que medida cada uma das palavras (“humanas” e “animais”) poderia ser usada para descrever pedófilos e violadores, sendo que a classificação das palavras “humanas” foram cifradas de forma reversa para que o cálculo das médias com as palavras “animais” indicassem o nível de desumanização de ofensores sexuais.

Assim, com a finalidade de articular ambas as abordagens de viés emocional e léxico-cognitivo, pretendeu-se operacionalizar a infrahumanização por meio da construção de uma escala única, de modo a apresentar aos participantes do estudo uma lista aleatorizada de 16 estímulos, solicitando-lhes que analisem (i) a probabilidade de de cada uma das 8 emoções secundárias¹¹ listadas serem demonstradas pelo indivíduo descrito no cenário hipotético e (ii) até que ponto pensam que cada uma das 8 palavras (4 humanas e 4 animais) listadas podem ser utilizadas para descrever o indivíduo vitimado, também com a exclusão de palavras que sejam excessivamente positivas ou negativas (Viki *et al.*, 2006). A cada um dos itens foi atribuída uma pontuação de modo a integrar o instrumento cujo *score* indicará o nível de infrahumanização de cada indivíduo descrito nos cenários hipotéticos, de modo que pontuações mais elevadas correspondam a um processo de infrahumanização mais acentuado. Os estímulos emocionais e léxicos foram selecionados em sede de projeto-piloto, conforme delinado no subcapítulo 2.5 desta Parte II.

Considerada a abordagem de probabilidade percebida, as opções apresentadas ao participantes consistirão em: “muito pouco provável”, “pouco provável”, “moderada”, “provável”, “muito provável”. A opção pela construção de uma escala com 5 pontos funda-se no fato de que a introdução de opções mais refinadas de avaliação quanto às palavras excederia o poder discriminativo dos participantes, sendo suficiente, neste aspeto específico, o enquadramento das palavras em uma dos níveis de probabilidade delineados.

Assim, por ocasião da aplicação dos inquéritos, a primeira metade da lista de 16 itens consistirá em 8 emoções secundárias, que serão selecionadas, sobretudo em termos de valência (a fim de evitar enviezamentos) em sede de projeto-piloto, conforme delineado adiante. A cada um dos itens será atribuída uma pontuação de modo a integrar o instrumento cujo *score* indicará o nível de infrahumanização de cada indivíduo descrito nos cenários hipotéticos, de modo que pontuações mais elevadas correspondam a um processo de infrahumanização mais acentuado.

¹¹ Optou-se, aqui, pela utilização apenas de emoções secundárias, ancorada no pressuposto de que emoções primárias correspondem a reações fisio-psicológicas e comportamentais que precedem a evolução humana (Demoulin *et al.*, 2004; Nesse, *apud* Mealey, 1995)

Por fim, a definição de uma lista com um total de 16 itens justifica-se pela necessidade de conciliar a extensão dos inquéritos (novamente para evitar dados omissos e reduzir taxas de desistência na participação) e a necessidade de ter um mínimo de itens que permita obtenção de variabilidade nas respostas dos sujeitos participantes em termos de tipo de estímulo e valência.

2.4. SDO - *Social Dominance Orientation*

No que diz respeito à variável moderadora, foi utilizada a a escala de orientação para a dominância social SDO7 – a versão portuguesa de Carvalho *et al.* (2022), tendo sua aplicação sido autorizada pela autora principal do estudo. Trata-se de instrumento integrado pelos 16 itens da versão de Ho *et al.* (2015), e contempla as duas principais subdimensões subjacentes ao construto da SDO: a SDO-D (dominação) e SDO-E (anti-igualitarismo).

As respostas são dadas numa escala *Likert* de 7 pontos, variando entre 1 (discordo fortemente) e 7 (concordo fortemente). Cada componente da SDO é integrada por 8 itens, sendo que 4 destes itens correspondem a traços “a favor” de atitudes e comportamentos de dominação ou anti-igualitarismo, e os outros 4 manifestando afirmações que denotam traços contrários.

Com base nas evidências quanto às boas propriedades psicométricas da SDO7 em termos de dimensionalidade, validade e fiabilidade (Ho *et al.*, 2015; Stanley *et al.*, 2017; Aziz & Kamal, 2018; Aiello *et al.*, 2019), Carvalho *et al.* (2022) adaptaram e validaram a escala em uma amostra portuguesa, o que justificou a opção pela utilização deste instrumento na presente investigação, por se tratar de versão portuguesa já traduzida. Ademais, conforme observado em Carvalho *et al.* (2021), foram encontrados bons níveis de consistência interna, tanto para a subdimensão da SDO-D ($\alpha = ,75$) quanto para a SDO-E ($\alpha = ,88$). No presente estudo, os valores de Alfa de Cronbach obtidos, tanto no que diz respeito à aplicação integral da SDO7, quando às subescalas, foram satisfatórios, conforme será reportado na Parte III.

2.5. Projeto-piloto

O Projeto-piloto foi idealizado com vistas a (i) selecionar os seis crimes que integrariam os cenários hipotéticos de agressão utilizados no estudo principal, os quais foram posteriormente organizados em uma lista ordenada dos crimes em função de sua gravidade percebida, e (ii) obter os estímulos léxicos e emocionais utilizados para operacionalização da variável de infrahumanização (parte léxica e emocional).

No que concerne à seleção e ordenação de crimes, em razão da larga extensão do catálogo penal instituído pelo ordenamento jurídico português, foi feita uma seleção prévia de dez

figuras típicas, de modo a compatibilizar questões relativas à maior incidência dentro das taxas de criminalidade em Portugal com uma noção corriqueira de crimes mais intimamente associados a penas privativas de liberdade.

Assim, a título exemplificativo, em que pese os crimes contra o patrimônio correspondam a mais de 50% de todos os delitos registados em Portugal no ano de 2020 (Direção-Geral da Política de Justiça, 2021), foram incluídos no projeto-piloto crimes como violação e abuso sexual contra crianças e adolescentes, os quais, embora não representem sequer 0,5% da totalidade dos registos (mesmo quando considerados conjuntamente), consistem em crimes muito relacionados à ideia de encarceramento, além de serem de especial interesse para os objetivos do presente estudo, em razão do construto da infrahumanização e da sua articulação com a percepção de violência, a exemplo dos estudos realizados em Viki et.al. (2012).

O fato de que não se exigia dos participantes do qualquer conhecimento sobre o conteúdo proibitivo subjacente a cada norma penal, ou a quantidade abstrata da resposta legal para cada crime, justificou a opção – tanto no projeto-piloto quanto no estudo principal – de substituir o *nomen iuris* de cada crime por uma descrição de comportamentos hipotéticos prototípicos dos crimes pré-selecionados¹². Assim, foi solicitado aos participantes que analisassem, em termos de gravidade, as descrições correspondentes a cada um dos dez crimes selecionados, numa escala de 9 pontos (opção que seguiu os critérios apontados na seção 2.2. deste capítulo), em que “1” equivale a um “crime muito pouco grave”¹³ e “9” equivale a um *crime extremamente grave* (ver **anexo I-B**).

No que concerne à variável da “infrahumanização”, o projeto-piloto destinou-se à seleção de 16 itens que integraram a lista de palavras e emoções a serem avaliadas pelos sujeitos participantes em cada um dos sete cenários hipotéticos do estudo principal.

No que diz respeito à seleção dos estímulos emocionais, embora a questão da associação de emoções primárias e secundárias com a humanidade decorra das distinções teóricas já aludidas (Demoulin *et al.*, 2004; Mealey, 1995), pretendeu-se fazer uma seleção de valência,

¹² Por exemplo, no lugar de solicitar ao participante que indicasse o nível de gravidade por percebido no crime de “corrupção passiva”, optou-se por pedir que a gravidade fosse avaliada em função do cenário “Francisco Correia, funcionário público, está preso após ter sido condenado por solicitar dinheiro para deixar de fiscalizar uma empresa”.

¹³ Por uma questão principiológica própria à dogmática jurídico-penal, optou-se por atribuir à extremidade inferior da escala a classificação de “crime muito pouco grave” (e não “nada grave”), já que a seleção de uma conduta pressupõe, ao menos em tese, um mínimo de gravidade que justifique sua tipificação em norma penal (Princípio do Direito Penal enquanto *ultima ratio* [Batista, 2005]).

tanto para escolha de emoções avaliadas como positivas e negativas, quanto para exclusão daquelas que sejam avaliadas como *excessivamente* positivas ou negativas.

Tendo em conta as dificuldades comuns a todos os modelos teóricos quanto à delimitação das regras de seleção e organização dos elementos biológicos e socioculturais inerentes às emoções (Averill, 1980, p.328), optou-se pelo enquadramento psico-evolucionário de Plutchik (1958) para delimitação do elenco de emoções que integrarão o projeto-piloto¹⁴. Assim, foi apresentada uma lista das 24 emoções secundárias decorrentes de combinações em díades primárias, secundárias e terciárias das emoções primárias, sendo solicitado aos participantes que classificassem cada uma das emoções apresentadas quanto à sua valência em uma escala de 9 pontos (a opção, também aqui, por uma escala de 9 pontos seguiu a explicação delineada na seção 2.2. deste capítulo).

No que diz respeito aos estímulos léxicos, a exemplo de Viki *et al.* (2006 e 2012), foi realizada a pré-seleção, a partir de um dicionário em língua portuguesa, de palavras consideradas como tipicamente usadas para descrever seres humanos e palavras tipicamente usadas para descrever animais. Algumas das palavras pré-selecionadas foram oriundas de traduções livres daquelas utilizadas no estudo referido (como é o caso de “pessoa”, “animal”, “cidadão”). Posteriormente, foi solicitado aos participantes que analisassem cada uma das palavras, apresentadas aleatoriamente, e as classificassem em uma escala *Likert* de 5 pontos a respeito do quanto cada uma das palavras apresentadas era capaz humanos e/ou animais¹⁵. Também foi pedido aos participantes que avaliassem cada uma destas palavras quanto à sua valência (para fins de exclusão daquelas a que sejam atribuídos significados excessivamente positivos ou negativos) em uma escala de 9 pontos¹⁶.

Após a obtenção de parecer favorável da Comissão de Ética da FDUP-Faculdade de Direito da Universidade do Porto e da Unidade de Proteção de Dados da Universidade do Porto,

¹⁴ Sem desconsiderar os contributos das tradições psicofisiológicas originadas com William James e Walter Cannon (Plutchik & Kellerman, 1980), o modelo de ascendência darwiniana concebido por Plutchik fornece uma visão de emoções que se articula com a abordagem animalista da literatura sobre infrahumanização, permitindo uma distinção nuclear entre emoções primárias e secundárias em que se atribui às primeiras o pressuposto de serem respostas adaptativas compartilhadas por todos os animais e relacionadas com a sobrevivência das espécies (Plutchik, 1980).

¹⁵ De modo que 1=*descreve exclusivamente animais*; 2= *descreve melhor animais do que pessoas*; 3=*descreve tanto animais quanto pessoas*; 4= *descreve melhor pessoas do que animais*; e 5= *descreve apenas pessoas*. Aqui, a opção pela construção de uma escala com 5 pontos funda-se no fato de que a introdução de opções mais refinadas de avaliação quanto às palavras excederia o poder discriminativo dos participantes, sendo suficiente, neste aspeto específico, o enquadramento das palavras em uma das categorias delineadas (quanto à sua maior ou menor tendência para caracterização de pessoas ou animais).

¹⁶ Em que 1=*corresponde a uma palavra com significado muito negativo* e 9= *corresponde a uma palavra com significado muito positivo*).

o projeto-piloto foi implementado no âmbito da plataforma eletrônica de inquéritos *LimeSurvey*, tendo sido solicitada a participação de alunos da FDUP, bem como a divulgação do questionário (cf. **anexo I-A**). Foi obtida uma amostra de 59 indivíduos ($n=59$), não tendo sido solicitada qualquer informação sociodemográfica dos participantes.

Relativamente aos resultados do projeto-piloto, no que tange à seleção dos seis crimes, optou-se por ocupar as extremidades da lista ordenada com os crimes percebidos, respectivamente, como sendo o menos grave (dano) e mais grave (pedofilia). Houve também a seleção do crime de roubo para integrar, juntamente com o dano, um subgrupo de tipos penais com cariz mais fortemente patrimonial (com a distinção da presença da violência no crime de roubo, excluindo-se o crime de furto [$M=6,07$; $SD= 2,191$]).

O crime de tráfico de drogas foi escolhido em razão de sua representatividade em termos de incidência (Direção-Geral da Política de Justiça, 2021). Também procurou-se integrar a lista final com ao menos um crime que tivesse um viés político-econômico, muitas vezes associados aos *white collar crimes* (a exemplo de Bastian *et al.*, 2013), tendo a escolha sido pelo crime de corrupção (cuja média ficou entre os crimes de sonegação [$M=6,07$; $SD = 2,008$] e peculato [$M=7,50$; $SD = 1,646$]).

Por fim, no subgrupo de crimes com enfoque na proteção de bens jurídicos pessoais, foi também incluído o crime de homicídio, com a exclusão da violação ($M=8,47$; $SD = 1,809$), cuja violência contém uma conotação preponderantemente sexual, já expressa pelo crime de pedofilia.

Assim, a lista ordenada dos seis crimes, em razão da gravidade percebida pelos participantes (cf. **Anexo I-C**), foi a seguinte: dano ($M=5,29$; $SD= 2,562$), tráfico ($M=6,16$; $SD = 2,628$), corrupção ($M=7,33$; $SD = 1,741$), roubo¹⁷ ($M=7,31$; $SD= 1,837$), homicídio ($M=8,45$; $SD = 1,798$) e pedofilia ($M=8,57$; $SD = 1,788$).

Para operacionalização da medida emocional de inhumanização, a seleção dos estímulos buscou conciliar dois aspectos distintos: valência (abrangendo tanto emoções percebidas como negativas como positivas) e plausibilidade de manifestação da emoção no contexto do cenário de agressão desenhado para o estudo principal.

¹⁷ Embora o valor da média para o crime de roubo tenha sido inferior à do crime de corrupção, neste ponto optou-se pela utilização da média aparada (desconsiderando 5% dos dados, potencialmente *outliers*) para considerar o crime de corrupção como sendo menos grave, sendo que esta medida não demonstrou impacto significativo em relação aos demais crimes da lista.

Em termos de médias (ver **Anexo I-D**): “ódio” foi a avaliada como sendo a mais negativa ($M=1,34$; $SD=1,207$) e “amor” como a mais positiva ($M=8,56$; $SD=1,327$). No geral, as emoções foram avaliadas de forma ligeiramente mais negativa ($M=3,67$; $SD=2,31$).

A partir da média geral das emoções ($M=3,67$; $DP=2,31$), foi calculada a distância de cada estímulo em relação à média, tendo sido observado que apenas as emoções secundárias “amor”, “esperança” ($M=8,34$; $DP=1,23$), “coragem” ($M=8,24$; $DP=1,56$), “curiosidade” ($M=6,90$; $DP=1,74$), “deleite”, “orgulho” e “resignação” ($M=4,07$; $DP=2,25$) ficaram do lado positivo da média. Com a opção por excluir as emoções “amor”, “orgulho” e “deleite” pelo critério da plausibilidade face ao cenário de agressão, as emoções secundárias negativas foram selecionadas de forma a buscar um emparelhamento com as positivas, desde que também atendessem ao critério da plausibilidade/verossimilhança. Assim, as emoções secundárias negativas selecionadas para o estudo principal foram “ódio” ($M=1,34$; $DP=1,20$), “agressividade” ($M=1,63$; $DP=1,19$), “desprezo” ($M=1,83$; $DP=1,54$) e “submissão” ($M=1,97$; $DP=1,62$).

Por sua vez, para compor a vertente léxica da medida desta variável, foram formados dois subgrupos: palavras humanas e animais (sendo que as medidas colhidas no estudo principal quanto ao primeiro subgrupo foram revertidas para fins de composição da escala).

Inicialmente, com relação à capacidade das palavras de exprimir as naturezas humana e animal (que Viki *et al.* [2006] denomina de *uniqueness*), procedeu-se à exclusão dos estímulos a respeito dos quais foi identificada alguma neutralidade. Considerando que a escala do projeto-piloto contemplava 5 pontos de escolha (variando de “descreve apenas animais” e “descreve apenas pessoas”), e que o ponto médio equivalia à 3ª posição na escala, procedeu-se à exclusão dos estímulos cujas médias observadas foram $2,5 > M < 3,5$, uma vez que correspondiam a palavras que descreviam tanto animais quanto pessoas e, portanto, não serviam ao propósito de construir uma escala de infrahumanização.

Com relação aos estímulos remanescentes, que compunham os dois grupos pretendidos de palavras que representassem de forma mais expressiva humanos ou animais, embora se tenha buscado selecionar as palavras de forma emparelhada em razão da valência, os resultados do projeto-piloto indicaram que as palavras humanas foram avaliadas de forma significativamente mais positiva (cf. **Anexo I-E**), tendo a distribuição da valência das palavras animais sido mais uniforme.

Ciente desta potencial limitação, a seleção foi feita da forma mais emparelhada possível: dentre aquelas mais fortemente associadas a humanos, foram escolhidas 3 avaliadas como

positivas (“humano” [M= 7,76; SD= 1,654], “cidadão” [M= 7,41; SD= 1,753] e “racional” [M= 7,32; SD=1,591]) e a única das palavras humanas que teve valência negativa (“bárbaro” [M= 2,24; SD= 1,601]). De outro lado, foram selecionadas quatro palavras mais fortemente associadas a animais, sendo 3 avaliadas como negativas (“feroz” [M= 3,20; SD= 2,156], “selvagem” [M= 3,86; SD= 2,30] e “bicho” [M= 4,90; SD= 2,04]) e uma delas como positiva (“dócil” [M= 7,58; SD= 1,886]).

2.6.Síntese do instrumento desenvolvido

Em termos estruturais, o inquérito desenvolvido era integrado por 4 partes (ver **Anexos II-B e II-C**). A primeira delas consistiu em breve questionário sociodemográfico, em que foram solicitadas informações relativas a gênero, idade e curso frequentado, os quais foram objeto de análises exploratórias. A segunda parte do inquérito compreendeu a aplicação da escala de SDO7.

A terceira parte do questionário correspondia a um dos sete cenários hipotéticos de agressão (com distribuição aleatória entre participantes, opção tomada com vistas a reduzir o impacto da ordem de apresentação dos itens ou objetos sobre avaliação dos participantes [Martikainen ,2016, p.51]), seguida de duas perguntas: a primeira, destinada à obtenção das medidas da subdimensão emocional de infrahumanização (“*Como avalia a probabilidade de J.F.H. ter sentido cada uma das emoções abaixo?*”), e a segunda, destinada à medida da subdimensão léxica desta variável mediadora (“*Tendo em conta o que leu do cenário, até que ponto pensa que cada uma das palavras abaixo pode ser utilizada para descrever J.F.H.?*”).

Por fim, a quarta parte do questionário, destinada à obtenção da medida da variável dependente (“grau de violência percebido”), consistiu em solicitar aos participantes que, com base na descrição hipotética de agressão, classificassem o comportamento da autoridade em uma escala de 1 a 9, tal como referido na seção 2.2. deste capítulo. O questionário era encerrado com breve mensagem de agradecimento pela participação.

3. Procedimentos de recolha de dados

Após a obtenção de parecer favorável da Comissão de Ética da FDUP-Faculdade de Direito da Universidade do Porto e da Unidade de Proteção de Dados da Universidade do Porto, foi enviada o pedido de utilização aos autores da escala de SDO, seguida da construção das versões finais dos questionários impressos (foram desenvolvidos conjuntos de questionários para cada cenário, com aleatorização dos estímulos).

Optou-se pela aplicação dos instrumentos de forma presencial, e não *online*. Embora haja uma maior probabilidade de existência de dados omissos relevantes na aplicação presencial – o que poderia, em tese, ser mais facilmente controlado em ferramentas eletrônicas de inquérito –, o método presencial importa em uma maior taxa de resposta dos participantes (Leeuw, 1992). Por esta razão, após a elaboração dos questionários, foram enviados pedidos aos diretores de diversas faculdades da Universidade do Porto para autorização para acesso às instalações das respectivas instituições, bem como para aplicação dos inquéritos aos estudantes.

Durante a recolha de dados, que ocorreu entre os dias 18 e 25 de fevereiro de 2022, era feita uma breve apresentação do tema geral da pesquisa aos estudantes abordados, bem como foram dadas todas as informações acerca do anonimato, da voluntariedade de participação e da respetiva confidencialidade das respostas (cf. **Anexo II-A**). A participação neste estudo, que demorava aproximadamente 10 minutos, foi voluntária, sendo o anonimato de cada participante e a confidencialidade das suas respostas totalmente garantidas. Os participantes puderam ainda ler as informações sobre os objetivos do projeto.

4. Procedimentos de análise de dados

Após a recolha dos dados, inseridos de forma codificada numa base de dados no *software* IBM SPSS, versão 27.0, e a que apenas os investigadores afetos ao projeto tiveram acesso, procedeu-se ao seu tratamento no mesmo programa informático, por meio de análises estatísticas descritiva e inferencial, com a finalidade de testar as hipóteses propostas.

4.1.Procedimentos de análise estatística descritiva

No que concerne à estatística descritiva, os dados recolhidos foram analisados de acordo com a natureza das variáveis estudadas, sendo que, com relação aquelas de natureza quantitativa, recorreu-se a medidas de tendência central, tais como média amostral (M) e desvio-padrão (DP).

No que diz respeito, por sua vez, às variáveis qualitativas, como gênero, área de conhecimento correspondente ao curso frequentado e gravidade percebida do crime (operacionalizada pelos cenários hipotéticos do desenho experimental), em virtude de não permitirem a análise por meio das medidas acima referidas, foram utilizadas medidas de frequência.

Especificamente quanto à organização da variável de área de conhecimento, optou-se por categorizar os estudantes de criminologia de forma apartada, a fim de possibilitar a análise

quanto à eventual existência de diferenças estatísticas com relação aos outros três grandes grupos.

Relativamente às medidas de Infrachumanização e SDO, foram conduzidos testes de consistência interna dos respectivos conjuntos de itens. Foi utilizado o coeficiente alfa de *Cronbach* (α) como medida de confiabilidade das escalas, a qual será reportada de acordo com parâmetros definidos na literatura, de modo que valores de α inferiores a 0,6 são considerados pobres, $0,6 \leq \alpha < 0,7$ são considerados moderados, $0,7 \leq \alpha < 0,8$ bons, entre $0,8 \leq \alpha < 0,9$ muito bons, e um α maior que 0,9 é considerado excelente (Hair *et al.*, 2015).

Especificamente com relação à escala de Infrachumanização, considerando que o coeficiente alfa de *Cronbach* pressupõe a unidimensionalidade do construto investigado (ou seja, a existência de uma única dimensão latente), também foram realizadas análises fatoriais (por métodos de extração de componentes principais e de *maximum likelihood*) para investigar as relações de interdependência entre os itens das dimensões emocionais e léxicas, com vistas a testar a possibilidade de cada uma destas dimensões, separadamente, ser considerada como uma medida unidimensional.

4.2.Procedimentos de análise estatística inferencial

Inicialmente, foram realizados testes de normalidade para verificar se as variáveis quantitativas empregadas no estudo seguem distribuição normal.

Para as hipóteses **(1-a:** “O estatuto da pessoa vitimada está associado ao grau de percepção da violência do ato que lhe é infligido, de modo que atos e situações de violência contra reclusos são percebidos como menos violentos, quando comparados a episódios em que a vítima é uma pessoa não reclusa”) e **(1-b:** O estatuto da pessoa vitimada está associado ao *quantum* de atributos inerentes à natureza humana que lhe são designados, de modo que indivíduos encarcerados sofrem um processo geral de infrachumanização, sendo-lhe atribuídos em menor grau características essencialmente humanas), por se tratar da relação entre uma variável preditora categórica dicotômica (estatuto da pessoa) e variáveis dependentes quantitativas, foram realizados Testes-T para amostras independentes.

No que refere às hipóteses **(2-a:** “a gravidade do crime praticado pelo recluso está relacionada inversamente ao grau de percepção da violência que lhe é infligida, de modo que atos e situações de violência contra reclusos que cometeram crimes mais graves são percebidos como menos violentos, quando comparados a episódios em que a vítima encontra-se encarcerada pela prática de um crime a que é atribuída menor gravidade”) e **(2-b:** “indivíduos

condenados por crimes percebidos como mais graves são submetidos a uma infrahumanização mais acentuada em relação a condenados por crimes considerados menos graves”), considerando que em ambas a variável preditora é de natureza categórica ordinal (composta pelos 6 cenários de reclusos) e as variáveis dependentes são quantitativas, procedeu-se ao teste *One-way* ANOVA, a fim de comparar as médias de infrahumanização e de gravidade da agressão entre os 6 grupos experimentais.

Quanto às hipóteses **(1-c)** e **(2-c)**, segundo as quais a ativação do processo de infrahumanização está inversamente relacionado com o grau percebido de violência, uma vez que se pretende analisar a relação entre duas variáveis quantitativas, bem como aferir a direção e intensidade desta relação, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Pearson. Para o exame específico da hipótese **(2-c)**, procedeu-se à criação de uma variável em separado na base de dados, com vistas a computar os valores obtidos para a infrahumanização apenas os cenários de reclusos (os dados para os cenários de “não recluso” foram computados como dados omissos).

Relativamente às hipóteses **(1-d)** e **(2-d)**, procedeu-se a regressão linear para testar se a infrahumanização exerce efeito mediador na relação entre, de um lado, as variáveis independentes de estatuto da pessoa (1-d) ou gravidade percebida do crime (2-d) e, de outro lado, a variável dependente do grau de violência percebida. Especificamente quanto à hipótese **(1-d)**, o exame consistiu na transformação dos cenários de agressão, que correspondem à variável de “gravidade percebida do crime”, em uma variável dicotômica/*dummy*, a fim de permitir a análise comparativa entre os dois grandes grupos (reclusos e não reclusos). Para o exame do efeito de ambas as regressões, optou-se pela utilização de *bootstrapping*.

Por fim, com relação às hipóteses **(1-e)** e **(2-e)**, também se recorreu a regressão linear, com auxílio da macro PROCESS Procedure for SPSS Version 4.1 para testar o efeito moderador da variável de SDO na relação entre, de um lado, as variáveis independentes (estatuto da pessoa e gravidade percebida do crime) e, de outro lado, a variável dependente de grau percebido da violência e da variável de infrahumanização.

PARTE III: ESTUDO EMPÍRICO: RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Descrição da amostra

Na **Tabela 1** constam as características sociodemográficas da amostra total, constituída por 521 indivíduos, sendo 340 mulheres (65,3%), 172 homens (33%), 3 participantes que se identificaram com a opção de gênero “outro”. O participante mais novo tinha 18 anos e o mais velho 43 anos ($M=21,08$; $DP=3,928$). Em relação às áreas de conhecimento dos cursos frequentados pelos participantes, 170 indivíduos frequentavam cursos agrupados sob a rubrica de “humanas” (32,6%), 105 atendem a curso de “exatas” (20,2%), 181 eram estudantes de cursos da área de “biomédicas” (34,7%) e 65 participantes eram estudantes de criminologia (12,5%).

Tabela 1:
Características sociodemográficas da amostra

		<i>n</i>	%	<i>n</i> (1)	%(1)	<i>n</i> (2)	%(1)
Idade ($M=21,08$; $DP=3,93$)		521	100,0%				
Gênero ^a	(1)Feminino	340	65,3%				
	(2)Masculino	172	33,0%				
	(3)Outro	3	0,6%				
Área de conhecimento	Humanas	170	32,6%	124	73%	43	27%
	Exatas	105	20,2%	57	54%	47	46%
	Biomédicas	181	34,7%	110	61%	68	39%
	Criminologia	65	12,5%	49	75%	14	25%

^a Dados omissos relativamente à variável de gênero: $n = 6$ (1,2%)

No que diz respeito à distribuição entre participantes dos cenários de manipulação das variáveis independentes, 14,6% dos indivíduos preencheram questionários de “não reclusos”. Quanto aos reclusos, 13,8% dos participantes responderam ao cenário de dano, 14,8% ao de tráfico, 14,4% ao de corrupção; 13,8% ao de roubo, 14,2% ao de homicídio e 14,4% ao de pedofilia (Anexo III-A)

Ainda em sede de análise estatística descritiva, a variável de SDO apresentou *scores* que variaram de 14 até 90 pontos na escala total de SDO ($M=37,14$; $DP=15,18$). No que refere às subdimensões da escala, observou-se, por meio de Teste-T para amostras emparelhadas, a existência de diferença estatisticamente significativa entre a média de pontuação dos participantes para SDO-D ($M= 20,75$; $DP=8,66$) em relação àquela observada para a subescala de SDO-E ($M=16,39$; $DP=8,07$ [$t(520)=14,1$; $p<,001$]).

Relativamente às medidas de infrahumanização (consideradas ambas as subdimensões emocional e léxica), a amostra apresentou *scores* que variaram de 3 até 30 pontos ($M=13,21$; $DP=5,44$), sendo que a análise da diferença entre as médias de pontuação dos participantes para a subdimensão emocional ($M=22,65$; $DP=3,68$) foi significativamente superior àquela da subdimensão léxica ($M=13,21$; $DP=5,44$ [$t(506)=-31,93$; $p<,001$]), após condução de novo Teste-T para amostras emparelhadas.

Por fim, impõe referir que, quanto ao grau percebido de gravidade das agressões, em que os *scores* variavam de 1 até 9, observou-se uma média elevada entre os participantes ($M=7,59$; $DP=1,89$).

2. Teste das escalas

Os valores de alfa de *Cronbach* observados foram satisfatórios, tanto no que diz respeito à escala de 16 itens de SDO⁷ ($\alpha = ,862$), quando às subescalas de SDO-D ($\alpha = ,738$) e de SDO-E ($\alpha = ,819$), conforme Anexo III-B.1. Os valores encontrados são consistentes com a literatura, notadamente quando considerada a amostra portuguesa (Carvalho *et al.*, 2021).

No que diz respeito à dimensão emocional da escala desenvolvida para medir a variável de infrahumanização, considerada a composição de 8 itens, obteve-se valor de alfa não aceitável ($\alpha = ,357$). Ainda que com a exclusão dos itens correspondentes às emoções “coragem” e “esperança”, o alfa obtido com a escala de 6 itens também resultou inadmissível ($\alpha = ,491$)(ver Anexo III-B.2).

Para além do exame do alfa de *Cronbach*, e uma vez verificada a normalidade da distribuição de todos os estímulos, bem como examinados os índices de adequação de amostra ($KMO=.664$) e a possibilidade de fatoração da matriz (*p-value* do teste de esfericidade de Barlett $<,001$), procedeu-se a uma análise de componentes principais para extração das variáveis, que indicou a existência de 3 componentes distintos (1[ódio, agressividade, desprezo]; 2[coragem, esperança, curiosidade]; 3[submissão, resignação]). De seguida, procedeu-se à extração de fatores pelo método de *maximum likelihood*, sendo que as correlações observadas dos estímulos com cada um dos fatores foram, na sua maioria, inferiores a $[,50]$. (ver Anexo III-B.3). Com base nestes resultados, pôde-se concluir que os estímulos utilizados não foram capazes de fornecer uma medida válida e fiável para operacionalização da subdimensão emocional da infrahumanização.

Já no que se refere à dimensão léxica da escala desenvolvida para medir a infrahumanização, também se procedeu ao exame fatorial após verificada a normalidade da

distribuição de todos os estímulos, bem como examinados os índices de adequação de amostra ($KMO=,859$) e a possibilidade de fatoração da matriz (p -value do teste de esfericidade de Barlett $<,001$). O método de componentes principais para extração das variáveis indicou a existência de 2 componentes distintos com valores totais de *initial eigenvalues* superiores a 1 (1=4,15 [selgavem, feroz, bárbaro, bicho, humano, cidadão]; 2= 1,16 [dócil, racional, humano e cidadão]), responsáveis por 66,25% da variância contabilizada no construto. De seguida, procedeu-se à extração de fatores pelo método de *Maximum Likelihood*, indicando-se um número fixo de 2 fatores. Observou-se que apenas o estímulo “dócil” apresentou correlação baixa ($<,50$) com o primeiro fator. (ver Anexos III-B.4 e III-B.5).

No entanto, com a finalidade de obter uma medida unidimensional da infrahumanização léxica, procedeu-se a uma nova série de análises fatoriais com a exclusão dos estímulos “bárbaro” e “dócil”. A opção por excluir ambas as palavras (e não apenas “dócil”) justificou-se pela necessidade de manter a equivalência entre as duas subdimensões (animal e humano) da escala.

Assim, e tendo como pressuposto a normalidade de distribuição, bem como os índices de adequação de amostra ($KMO=,811$) e de possibilidade de fatoração da matriz (p -value do teste de esfericidade de Barlett $<,001$), procedeu-se a uma extração pelo método de componentes principais, em que se observou a presença de uma única componente, agregando os 6 estímulos remanescentes, com total de *initial eigenvalues* superior a 1 e que, sozinha, respondia por 57,04% da variância do construto. (ver Anexos III-B.6 e III-B.7). De seguida, foi realizada uma extração de fatores pelo método de *maximum likelihood*, em que se verificou que todos os 6 estímulos apresentaram correlações superiores a ,50 com a matriz principal.

Após a exclusão dos estímulos “bárbaro” e “dócil”, obteve-se resultado satisfatório em termos de consistência interna da escala ($\alpha = ,847$), quando comparado com o da escala composta pelos 8 itens iniciais ($\alpha = ,498$).

Tabela 2:

Consistência interna dos instrumentos utilizados na análise dos dados

	M	DP	Número de itens	α
SDO	37,31	15,326	16	,862
(SDO-D)	20,90	8,611	8	,738
(SDO-E)	16,42	8,161	8	,819
Infrahumanização (dimensão léxica)	14,92	3,315	6	,847

Assim, na condução dos testes para as hipóteses estudadas na presente investigação, foi utilizada apenas a escala composta por 6 itens relativos à subdimensão léxica da

infrahumanização (itens “humano”, “cidadão”, “racional”, “feroz”, “bicho” e “selvagem”), de modo que, para as análises que serão feitas a seguir, foram utilizados os instrumentos apresentados na **Tabela 2**.

3. Testes das hipóteses

Relativamente à hipótese **(1-a)** do modelo do estatuto da pessoa vitimada (*“O estatuto da pessoa vitimada, se reclusa ou não, está associado ao grau de percepção da violência do ato que lhe é infligido, de modo que atos e situações de violência contra reclusos são percebidos como menos violentos, quando comparados a episódios em que a vítima é uma pessoa não reclusa”*), foram verificadas diferenças significativas na percepção da gravidade da agressão entre os participantes que analisaram cenários em que a violência era direcionada a um dos reclusos ($M= 7,52$; $DP=1,96$) quando comparados àqueles a quem foi atribuído o cenário de “não recluso” ($M= 8,01$; $DP= 1,40$; $t(503)= 2,13$, $p<,05$), ainda que o efeito encontrado tenha sido médio para baixo ($d=.35$) (ver Anexo III-C).

Com relação à hipótese **(1-b)**: *“O estatuto da pessoa vitimada, se reclusa ou não, está associado ao quantum de atributos inerentes à natureza humana que lhe são designados, de modo que indivíduos encarcerados sofrem um processo geral de infrahumanização, sendo-lhe atribuídos em menor grau características essencialmente humanas”*), por sua vez, observaram-se diferenças significativas no nível de infrahumanização entre os indivíduos que analisaram os cenários que retratavam reclusos ($M= 13,79$; $DP=5,39$) e aqueles que analisaram o cenário de “não recluso” ($M=9,84$; $DP= 4,53$, $t(502)= -6,02$, $p<,01$), com um efeito considerado grande ($d=.79$) (ver Anexo III-D).

Relativamente à hipótese **(1-c)**: *“A ativação do processo geral de infrahumanização dos reclusos, está inversamente relacionada com o grau de percepção da violência do ato que lhe é infligido”*), verificou-se a existência de uma correlação negativa moderada e significativa entre o processo de infrahumanização e o grau de percepção da violência da agressão ($r=-,318$; $p<,001$).

Para o teste da hipótese **(1-d)**, recorreu-se a análises de regressão linear (para o exame da relação entre as variáveis independente, mediadora e dependente separadamente) e hierárquica (para a análise do modelo geral de mediação) com o propósito de verificar se a infrahumanização possui um efeito de mediação na relação entre o estatuto da pessoa vitimada e gravidade percebida da agressão a ela dirigida (ver **Tabela 3** e Anexos III-G).

Observou-se que o estatuto da pessoa é preditora da gravidade percebida da violência a ela dirigida ($B = -,50$; $t(503) = -2,13$; $p < ,05$), em um modelo estatisticamente significativo, ainda que o efeito observado tenha sido baixo ($F(1,503) = 4,52$, $p < ,05$, $f^2 = ,01$). O estatuto da pessoa tem, ainda, um impacto positivo sobre a infrahumanização ($B = 3,96$; $t(505) = 6,05$; $p < ,001$), com um modelo estatisticamente significativo ($F(1,505) = 36,62$, $p < ,001$, $f^2 = ,07$), enquanto a infrahumanização, por sua vez, tem impacto negativo na percepção da gravidade da agressão ($B = -,11$; $t(502) = -7,51$; $p < ,001$; $F(1, 502) = 56,36$; $p < ,001$, $f^2 = ,11$).

Analisando os efeitos indiretos (cf. Anexo III-G.5), os resultados mostram que a infrahumanização exerce um efeito mediador na relação entre estatuto da pessoa e a gravidade percebida da agressão ($B_{ab} = -,43$; [95%IC; $-,63$ $-,25$]), e que, uma vez que o intervalo de confiança não contém zero, o efeito deste modelo é estatisticamente significativo ($F(2,501) = 28,18$, $p < ,001$, $f^2 = ,11$). Computada a mediação da infrahumanização, o efeito residual/direto do estatuto da pessoa sobre a gravidade percebida deixa de ter significância estatística ($B = -,072$; $t = -,31$; $p = ,757$ [95%IC; $-,53$ $,38$]).

Tabela 3:

Modelo de Mediação relativo à hipótese (1-d)

Modelo	t	B	β	B 95% IC	F	df	R ²	ΔR^2
1					4,58 ^a	1, 502	,009	
(Constante)	19,29*	8,52		[7,65 9,38]				
Estatuto da vítima	-2,14 ^a	-,50	,095	[-,96 -,04]				
2					28,18*	2, 501	,101	,092
(Constante)	21,28*	9,16		[8,31 10,00]				
Estatuto da vítima	-,31^b	-,07	-,014	[-,53 ,38]				
Infrahumanização	-7,16*	-,11	-,314	[-,14 -,08]				

Notas: B= Unstandardized coefficient; β = Standardized coefficient; ΔR^2 = Variação do modelo sobre R².

a: p -value <,05 (,033). **b:** p -value= ,757. * p -value<,001.

Relativamente à hipótese (1-e), para testar se as medidas individuais de SDO moderam a relação entre a o estatuto da pessoa vitimada e a gravidade percebida da agressão cometida contra ele, uma análise de regressão hierárquica foi conduzida no programa SPSS, com utilização da macro PROCESS. Inicialmente, duas variáveis foram incluídas como preditoras: o estatuto da pessoa (variável dicotômica entre “reclusos” e “não reclusos”: $\beta = -,07$; $t(497) = -1,61$; $p = ,11$) e as medidas individuais de SDO ($\beta = -,03$; $t(497) = -,64$; $p = ,52$). Neste modelo

parcial, as duas variáveis em conjunto não explicaram de forma estatisticamente significativa a proporção de variação na gravidade percebida da agressão ($F(2,498)=1,49$; $p=,225$, $R^2=,006$).

De seguida, foi inserido no modelo de regressão um termo de interação entre gravidade do crime cometido e níveis de SDO, não tendo sido observados resultados estatisticamente significativos sobre a proporção de variação na gravidade percebida da agressão neste modelo final ($\beta = ,00$; $t(497)= -,11$; $p= ,916$; $F(3, 497)= ,998$; $p=,393$; $f^2=,006$) (ver **Tabela 4** e Anexo III-H).

Tabela 4:
Modelo de Moderação (relativo à hipótese 1-e)

Modelo	t	Sig.	B	β	F (Sig.)	df	R ²	ΔR^2
1					1,50 (,225)	2, 498	,006	
(Constante)	17,13	<,001	8,42					
Estatuto da vítima	-1,61	,109	-,38	-,07				
SDO	-,64	,524	-,00	-,03				
2					,10 (,393)	3, 497	,006	,000
(Constante)	6,80	<,001	8,30					
Estatuto da vítima	-,49	,623	-,32	-,06				
SDO	-,01	,991	-,00	-,003				
Termo de interação	-,11	,916	,00	-,03				

Notas: B= Unstandardized coefficient; β = Standardized coeficiente; ΔR^2 = Variação do modelo sobre R².

Já no contexto do segundo modelo conceitual, em que a variável independente corresponde ao grau de gravidade do crime, procedeu-se a uma recodificação na base de dados das variáveis de infrahumanização e de gravidade percebida da agressão dirigida ao recluso, de modo que foram computadas apenas as medidas correspondentes aos cenários de reclusos (tendo sido desconsiderados os valores de participantes que responderam os questionários de “não reclusos”, que foram tratados como dados omissos).

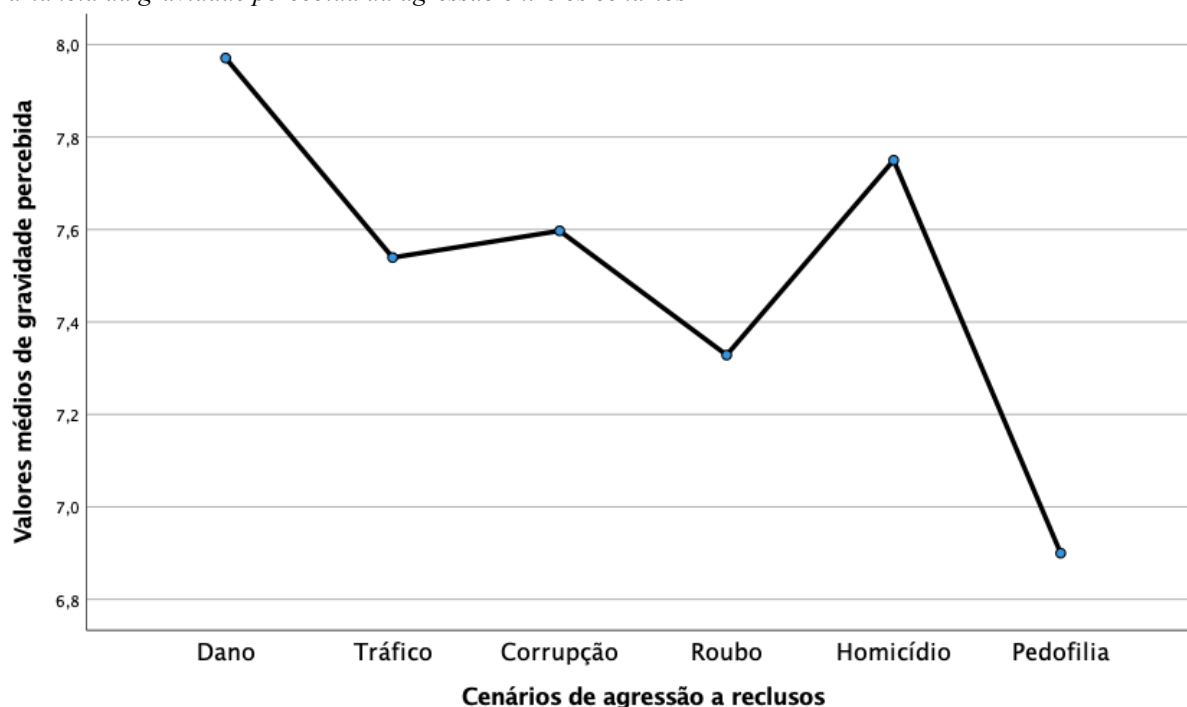
Relativamente à hipótese (2-a: “A gravidade do crime praticado pelo recluso está relacionada inversamente ao grau de percepção da violência que lhe é infligida, de modo que atos e situações de violência contra reclusos que cometeram crimes mais graves são percebidos como menos violentos, quando comparados a episódios em que a vítima encontra-se encarcerada pela prática de um crime a que é atribuída menor gravidade”), procedeu-se a uma análise de variância (ANOVA) para comparar o efeito dos diferentes cenários sobre a gravidade

percebida da agressão contra os reclusos. Os resultados obtidos revelaram uma diferença estatisticamente significativa na média da gravidade da violência dirigida aos reclusos pelo menos entre 2 cenários ($F(5, 423) = 2,55; p < ,05; \eta^2 = ,03$).

O teste *post-hoc* de Bonferroni para comparações múltiplas revelou que a média de gravidade percebida da agressão foi significativamente diferente entre os cenários de pedofilia e dano ($p = ,018$; IC95% [-2,04 -,10]), não tendo sido verificada significância estatística entre os demais cenários (Ver Anexo III-E).

Gráfico 1:

Variação da gravidade percebida da agressão entre os cenários



Relativamente à hipótese (2-b: “O processo de *infrahumanização* também varia em intensidade, relacionando-se diretamente à gravidade percebida quanto ao crime cometido pelos reclusos, de modo que indivíduos condenados por crimes percebidos como mais graves são submetidos a uma *infrahumanização* mais acentuada em relação a condenados por crimes considerados menos graves”), procedeu-se a uma análise de variância (ANOVA) para comparar o efeito dos diferentes cenários sobre as medidas da subdimensão léxica de *infrahumanização* contra os reclusos. Os resultados obtidos revelaram uma diferença estatisticamente significativa na média da *infrahumanização* sofrida pelos reclusos em pelo menos entre 3 cenários ($F(5, 425) = 20,37; p < ,001; \eta^2 = ,19$) (conforme Tabela 5).

Tabela 5:

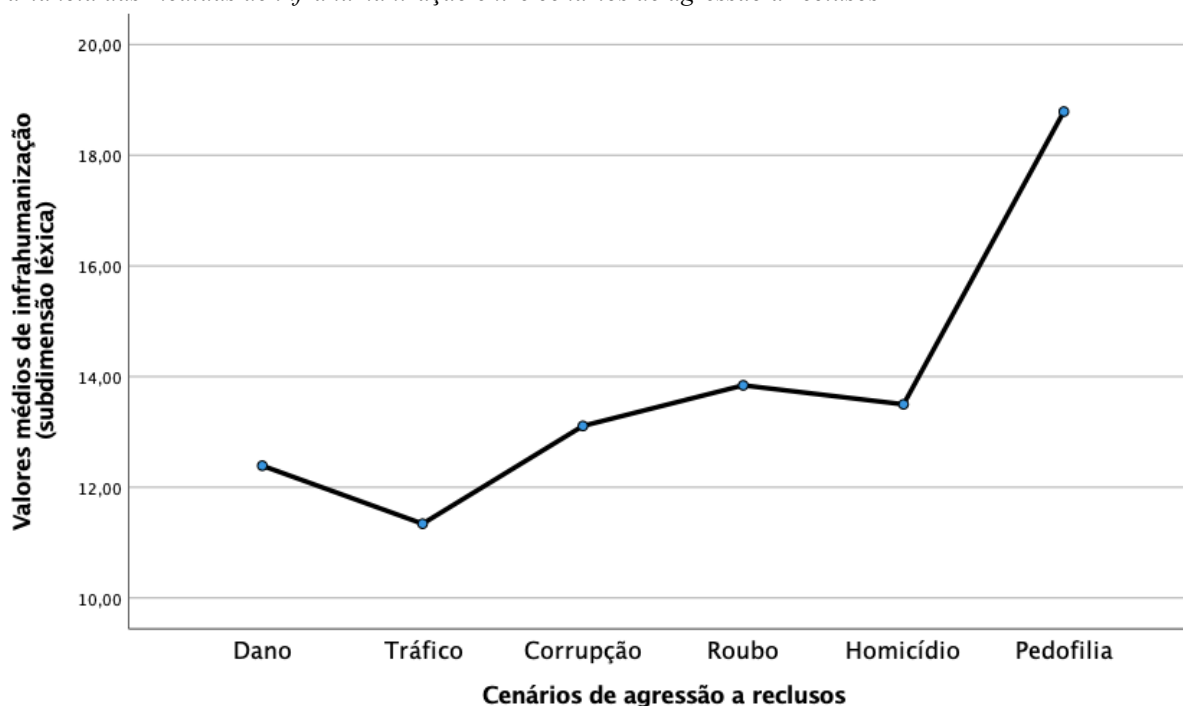
Médias de infrahumanização e gravidade percebida da agressão em função do crime cometido pelo recluso (hipóteses 2-a e 2-b)

	Infrahumanização (F (5, 425)=20,37; $p<,001$; $\eta^2=,19$)		Gravidade percebida (F (5, 423)= 2,55; $p<,05$; $\eta^2=,03$)	
	M	DP	M	DP
Dano (n= 69)	12,39	4,88	7,97	1,73
Tráfico (n=76)	11,34	4,07	7,54	2,04
Corrupção (n=72)	13,11	4,94	7,60	1,70
Roubo (n=70)	13,84	5,03	7,33	2,05
Homicídio (n=72)	13,50	5,05	7,75	1,73
Pedofilia (n=70)	18,79	5,16	6,90	2,30

O teste *post-hoc* de Bonferroni para comparações múltiplas revelou que os níveis de infrahumanização foram significativamente diferentes entre os cenários de roubo e tráfico ($p=,03$; IC95% [12 4,88]) e entre pedofilia e todos os demais cenários ($p<,001$; IC 95% [3,97 8,82] [5,08 9,81] [3,29 8,07] [2,53 7,36] [2,89 7,69]), não tendo sido verificada significância estatística entre os demais cenários (Ver Anexo III-F).

Gráfico 2:

Variância das medidas de infrahumanização entre cenários de agressão a reclusos



Para o teste da hipótese (2-c: “A intensidade da infrahumanização dos reclusos está

inversamente relacionada com o grau de percepção da violência do ato que lhe é infligido”), verificou-se a existência de uma correlação negativa moderada e significativa entre o processo de infrahumanização e o grau de percepção da violência da agressão ($r=-,312$; $p<,001$).

Para o teste da hipótese **(2-d)**, também se recorreu a análises de regressão linear (para o exame da relação entre as variáveis independente, mediadora e dependente separadamente) e hierárquica (para a análise do modelo geral de mediação) com o propósito de verificar se a infrahumanização possui um efeito de mediação na relação entre a gravidade do crime cometido pelo recluso sobre a gravidade percebida da agressão endereçada a ele.

Observou-se que a gravidade do crime cometido é preditora da gravidade percebida da violência dirigida ao recluso, tendo um efeito total negativo ($B=-,14$; $t(427)=-2,54$; $p<,05$) em um modelo que se revelou estatisticamente significativo ($F(1,427)=6,43$, $p<,05$, $f^2=,015$) (ver Anexo III-I). A gravidade do crime tem um impacto positivo sobre a infrahumanização ($B=1,13$; $t(429)=7,91$; $p<,001$), em um modelo estatisticamente significativo ($F(1,429)=62,55$, $p<,001$, $f^2=,15$), enquanto a infrahumanização, por sua vez, tem impacto negativo na percepção da gravidade da agressão ($B=-,11$; $t(502)=-7,51$; $p<,001$; $F(1,502)=56,36$; $p<,001$; $f^2=,11$).

Analisando os efeitos indiretos, os resultados mostram que a infrahumanização exerce um efeito mediador na relação entre estatuto da pessoa e a gravidade percebida da agressão ($B_{ab}=-,126$; [95%IC, $-,19$ $-,07$]), e que, uma vez que o intervalo de confiança não contém zero, o efeito deste modelo é estatisticamente significativo ($F(2,425)=22,94$, $p<,001$, $f^2=,11$). Controlando-se a análise para a infrahumanização, o efeito residual/direto da gravidade do crime cometido sobre a gravidade percebida deixa de ter significância estatística ($B=-,015$; $t=-,27$; $p=,790$ [95%IC; $-,13$ $,10$]), conforme explicitado na **Tabela 6**.

Tabela 6
Modelo de Mediação (hipótese 2-d)

Modelo	t	B	β	B 95% IC	F	df	R ²	ΔR^2
1					6,48 ^a	1,426	,015	
(Constante)	37,32*	8,00		[7,58 8,43]				
Gravidade do crime	-2,55 ^a	-,14	-,122	[-,25 -,03]				
2					22,94*	2,425	,097	,082
(Constante)	33,61*	9,10		[8,57 9,63]				
Gravidade do crime	-,267^b	-,02	-,013	[-,13 ,10]				
Infrahumanização	-6,23*	-,11	-,307	[-,15 -,08]				

Notas: B=Unstandardized coefficient; β =Standardized coefficient; ΔR^2 = Variação do modelo sobre R².
a: p -value $<,05$ ($,011$). b: p -value= **,79**. * p -value $<,001$.

Por fim, no que concerne à hipótese (2-e), para examinar se as medidas individuais de SDO moderam a relação entre a gravidade do crime cometido pelo recluso e a gravidade percebida da agressão cometida contra ele, foram conduzidas análises de regressão.

Inicialmente, uma análise de regressão linear múltipla foi conduzida, inserindo-se duas variáveis como preditoras: a gravidade do crime cometido pelo recluso (com exclusão dos cenários de “não recluso”: $B = -,15$; $t(426) = -2,82$; $p < ,05$) e as medidas individuais de SDO ($B = -,04$; $t(426) = -6,22$; $p < ,001$). Neste modelo parcial, estas duas variáveis explicaram uma baixa, porém significativa, proporção de variação na gravidade percebida da agressão ($F(2,426) = 22,865$; $p < ,001$; $f^2 = ,11$).

No entanto, na regressão hierárquica com a inserção de uma terceira variável, correspondente ao termo de interação entre gravidade do crime cometido e níveis de SDO ($F(3, 425) = 15,67$; $p < ,001$; $f^2 = ,11$), verificou-se que as variáveis preditoras mantiveram significância estatística (gravidade do crime cometido [$B = -,29$; $t(425) = -2,15$; $p < ,05$] e SDO [$B = -,05$; $t(425) = -3,89$; $p < ,001$], mas o termo de interação inserido não impactou de forma estatisticamente significativa na proporção de variação da gravidade percebida da agressão ($B = ,004$; $t(425) = 1,11$; $p = ,266$) (cf. Anexo III-J), conforme explicitado na **Tabela 7**.

Tabela 7
Modelo de Moderação (hipótese 1-e)

Modelo	t	B	β	B 95% IC	F	df	R ²	ΔR^2
1					22,86**	2, 426	,097	
(Constante)	30,86**	9,40		[8,80 10,00]				
Gravidade do crime	-2,82 ^a	-,15	-,13	[-,25 -,05]				
SDO	-6,22**	-,04	-,29	[-,05 -,03]				
2					15,67**	3, 425	,100	,003
(Constante)	19,15**	9,87		[8,86 10,88]				
Gravidade do crime	-2,15 ^a	-,29	-,25	[-,55 -,03]				
SDO	-3,89**	-,05	-,38	[-,08 -,03]				
Termo de interação	1,12 ^a	,00	-,16	[-,003 ,01]				

Notas: B= Unstandardized coefficient; β = Standardized coeficiente; ΔR^2 = Variação do modelo sobre R².

a: *p-value* = ,266. * *p-value* < ,05. ***p-value* < ,001.

Também foi realizado o exame quanto à eventual existência de efeito moderador entre as medidas de inhumanização observadas para os cenários de reclusos e a gravidade da agressão a eles dirigida. A análise da regressão linear múltipla inicialmente conduzida, inserindo-se

como variáveis preditoras as medidas de infrahumanização para cenários de reclusos ($B = -,10$; $t(425) = -5,93$; $p < ,001$) e as medidas individuais de SDO ($B = -,03$; $t(425) = -5,32$; $p < ,001$), revelou que no modelo parcial estas duas variáveis explicaram uma proporção moderada e estatisticamente significativa de variação na gravidade percebida da agressão ($F(2,425) = 38,58$; $p < ,001$; $f^2 = ,18$).

No entanto, conforme ilustra a **Tabela 8**, mediante análise de regressão hierárquica realizada com a inserção do termo de interação entre gravidade do crime cometido e níveis de SDO ($F(3, 424) = 25,67$; $p < ,001$; $f^2 = ,18$), verificou-se que a variável preditora de infrahumanização manteve significância estatística ($B = -,09$; $t(424) = -2,02$; $p < ,05$), mas que a preditora de níveis de SDO perdeu significância ($B = -,03$; $t(424) = -1,59$; $p = ,114$). Ademais, o termo de interação inserido não impactou de forma estatisticamente significativa na proporção de variação da gravidade percebida da agressão ($B = ,00$; $t(424) = -1,49$; $p = ,882$) (ver Anexo III-K).

Tabela 8
Modelo de Moderação (hipótese 2-e)

Modelo	t	B	β	B 95% IC	F	df	R ²	ΔR^2
1					38,58**	2, 425	,154	
(Constante)	33,62**	10,01		[9,43 10,60]				
Infrahumanização	-5,93**	-,10	-,27	[-,13 -,07]				
SDO	-5,32**	-,03	-,24	[-,04 -,02]				
2					25,67**	3, 424	,154	,00
(Constante)	14,98**	9,93		[8,62 11,23]				
Infrahumanização	-2,02*	-,09	-,25	[-,18 -,003]				
SDO	-1,59 ^a	-,03	-,22	[-,06 ,007]				
Termo de interação	-,15 ^b	,00	-,03	[-,003 ,002]				

Notas: B= Unstandardized coefficient; β = Standardized coeficiente; ΔR^2 = Variação do modelo sobre R².

a. *p-value* = ,114. **b.** *p-value* = ,882. * *p-value* < ,05. ***p-value* < ,001.

4. Outras análises exploratórias

Para além das hipóteses propostas, referimos outros resultados relevantes obtidos com a análise dos dados recolhidos.

No que refere à idade dos participantes, observou-se a existência de correlação estatisticamente significativa, ainda que fraca, com níveis de SDO ($r = -,098$; $p = < ,05$) e com

o grau de gravidade percebida ($r = ,11$; $p < ,05$). Com relação à infrahumanização, a correlação com a idade identificada não se mostrou significativa ($r = ,01$; $p = ,825$).

Quanto ao gênero dos participantes, após a condução de Teste-T para amostras independentes, observou-se que participantes do sexo masculino ($M = 14,4940$; $DP = 5,137$) infrahumanizam mais do que os do sexo feminino ($M = 12,5939$; $DP = 5,453$; $t(354) = -3,748$; $p < ,001$; $d = -,355$ 95%IC $[-,542 \text{ } -,168]$), bem como apresentaram níveis mais altos de SDO ($M = 2,6711$; $DP = 1,016$) quando comparado a mulheres ($M = 2,1867$; $DP = ,882$; $t(510) = -5,569$; $p < ,001$; $d = -,521$ 95%IC $[-,707 \text{ } -,335]$), além de demonstrarem um grau mais reduzido de percepção da gravidade da violência ($M = 7,10$; $DP = 2,136$) do que as mulheres ($M = 7,83$; $DP = 1,714$; $t(494) = 4,113$; $p < ,001$; $d = ,392$ 95%IC $[-,203 \text{ } ,580]$) (Ver Anexos IV-A a IV-C)

Uma análise de variância entre as diversas áreas de conhecimento exploradas (humanas, exatas, biomédicas e criminologia) revelou que existem diferenças estatisticamente significativas entre grupos no que diz respeito aos níveis de SDO ($F(3, 517) = 15,92$, $p < ,001$). Nos testes *post-hoc*, no entanto, aplicada a correção de Bonferroni, concluiu-se que apenas os estudantes do curso de exatas apresentaram diferenças significativas quando comparados com os estudantes dos demais grupos ($p < ,001$) (Ver Anexo IV-D).

No que diz respeito aos níveis de infrahumanização também foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de áreas de conhecimento ($F(3, 503) = 5,70$; $p < ,001$). Nos testes *post-hoc*, contudo, as principais diferenças entre grupos foram observadas entre os estudantes de criminologia ($M = 11,359$; $DP = 4,099$) em relação aos estudantes de cursos de exatas ($M = 13,644$; $DP = 5,094$; $p < ,05$) e biomédicas ($M = 14,239$; $DP = 5,625$; $p < ,05^{18}$) (Ver Anexo IV-E).

Ainda na análise de variância entre as áreas de conhecimento, não se verificou diferença estatisticamente significativa entre grupos quanto ao grau percebido de violência ($F(3, 501) = 2,60$; $p = ,05$). No entanto, o teste *post-hoc* (correção de Bonferroni) permitiu concluir que os estudantes de criminologia ($M = 8,19$; $DP = 1,34$) demonstraram perceber uma maior gravidade na violência descrita nos cenários quando comparados com participantes que frequentavam cursos de biomédicas, ($M = 7,44$; $DP = 1,90$; $p < ,05$). (Ver anexo IV-F)

No que diz respeito às relações entre variáveis quantitativas, a **Tabela 9** ilustra que todas as medidas de SDO apresentaram uma baixa correlação positiva significativa com a infrahumanização, tanto no que se refere às medidas totais de SDO ($r = ,188$; $p < ,001$) quanto às

¹⁸ Os níveis de significância reportados referem-se à correção de Tukey. Pela correção de Tamhane, as diferenças entre criminologia e biomédicas foram ao nível de significância de $p < ,001$.

subdimensões de SDO-D ($r=.180$; $p <,001$) e SDO-E ($r=.160$; $p <,001$). Já em relação à gravidade percebida do crime, verificou-se a existência de correlações negativas baixas e significativas, seja com as medidas totais de SDO ($r= -.281$; $p <,001$), seja com as de SDO-D ($r= -.252$; $p <,001$) e SDO-E ($r= -.256$; $p <,001$). Por fim, a infrahumanização apresentou uma moderada correlação negativa com a gravidade percebida do crime, a qual se revelou estatisticamente significativa ($r=.318$; $p <,001$), mesmo quando considerada a reconfiguração parcial de ambas as variáveis na base de dados para fins de teste das hipóteses do modelo conceitual de gravidade percebida do crime, em que só foram computados os valores atribuídos à infrahumanização e à gravidade percebida da agressão dos participantes que preencheram cenários de reclusos ($r=.312$; $p <,001$).

Tabela 9:

Médias, desvios-padrão e correlação de Pearson para variáveis quantitativas

Variáveis	M	DP	1	2	3	4
SDO ₇	37,14	15,18				
SDO-D	20,75	8,66	,911*			
SDO-E	16,39	8,08	,896*	,646*		
Infrahumanização	13,21	5,44	,190*	,180*	,160*	
Gravidade percebida	7,59	1,89	-,281*	-,252*	-,256*	-,318*

* $p\text{-value} <,001$

Ainda na exploração dos dados recolhidos, a **Tabela 10** ilustra os resultados de análises de regressão *stepwise* realizadas a fim de compreender quais variáveis poderiam explicar as variações na gravidade percebida da agressão e nas medidas de infrahumanização.

Considerando a gravidade percebida da agressão cometida contra reclusos como variável dependente, a regressão conduzida com a inclusão de todos os possíveis preditores (gravidade percebida do crime cometido pelo recluso, idade, gênero, SDO e infrahumanização) revelou um modelo estatisticamente significativo ($F(5, 418)= 17,00$; $p <,001$; $f^2=.20$) em que a SDO, à exceção da infrahumanização ($\beta= -.25$; $t(418)= -5,08$; $p <,001$), foi o preditor que apresentou o maior impacto sobre a gravidade da violência dirigida a presos ($\beta= -.210$; $t(418)= 4,48$; $p <,001$). Dentre as demais variáveis analisadas, a idade ($\beta= ,11$; $t(418)= 2,35$; $p <,05$) e o gênero dos participantes ($\beta= -,09$; $t(418)= -1,97$; $p <,05$), para além da infrahumanização e SDO, também foram capazes de prever alterações no grau de gravidade da violência contra reclusos. Neste modelo, a variável independente de gravidade do crime cometido pelo preso ($\beta= -,03$; $t(418)= -,58$; $p=.560$) não apresentou significância estatística.

Considerando, por sua vez, como variável dependente as medidas observadas de infrahumanização, a regressão realizada com a inclusão dos possíveis preditores (gravidade percebida do crime cometido pelo recluso, idade, gênero e SDO) revelou um modelo estatisticamente significativo ($F(3, 422)=29,26$; $p<,001$; $f^2=,21$) em que, à exceção da gravidade do crime cometido pelo recluso ($\beta=,36$; $t(422)= 8,09$; $p= <,001$), a SDO foi o preditor que apresentou o maior impacto sobre a infrahumanização ($\beta= ,17$; $t(422)= 3,77$; $p= <,001$). Dentre as demais variáveis, apenas o gênero dos participantes ($\beta= ,09$; $t(422)= 2,02$; $p= <,05$) foi capaz de explicar a infrahumanização em nível significativo, enquanto a idade não se mostrou significativa ($\beta= ,02$; $t(418)= ,422$; $p= ,673$).

Tabela 10:
Regressões stepwise

Modelo	t	β	F	df	R ²
V. Dependente: Gravidade da agressão			17,00**	5,418	,169
(Constante)	15,15**				
Infrahumanização	-5,08**	-,25			
SDO	-4,48**	-,21			
Gravidade do crime	-,58 ^a	-,03			
Gênero	-1,97*	-,09			
Idade	2,35*	,11			
V. Dependente: Infrahumanização			29,26**	3, 422	,172
(Constante)	6,51**				
Gravidade do crime	8,10**	,36			
SDO	3,77**	,17			
Gênero	2,02*	,09			
Idade	,42 ^b	,02			

a. $p\text{-value}= ,560$. b: $p\text{-value}=,673$.

* $p\text{-value} <,05$. ** $p\text{-value}<,001$.

Ademais, ainda que a SDO não tenha revelado efeito moderador no teste das hipóteses **1-e)** e **(2-e)**, também foram realizadas regressões lineares a fim de verificar, uma vez que medidas individuais de SDO podem ser consideradas como preditoras tanto da gravidade percebida da agressão quanto da infrahumanização, se esta última desempenharia algum papel de mediação na relação entre SDO e gravidade da violência cometida contra o recluso.

Nos modelos resultantes desta análise, conforme explicitado na **Tabela 11**, também se observou que a SDO tem capacidade preditiva significativa sobre a gravidade da agressão ($\beta= -,28$; $t(503)= -6,56$; $p <,001$) e sobre a infrahumanização ($\beta= ,19$; $t(505)= 4,31$; $p<,001$). Constatou-se um efeito total negativo da SDO sobre a gravidade da agressão ($\beta= -,29$; $t(502)=$

-6,70; $p < ,001$), em um modelo que se revelou estatisticamente significativo ($F(1,502) = 44,76$, $p < ,001$, $f^2 = ,09$). Na análise dos efeitos indiretos, os resultados mostram que a infrahumanização exerce um efeito mediador na relação entre a SDO e a gravidade percebida da agressão ($\beta = -,05$ [95%IC (-,010 -,003)], e que, uma vez que o intervalo de confiança não contém zero, o efeito deste modelo é estatisticamente significativo ($F(2,501) = 45,79$, $p < ,001$, $f^2 = ,18$ – Ver Anexo IV-G). No modelo de mediação pela infrahumanização, pôde-se verificar uma redução do efeito residual/direto da SDO sobre a gravidade percebida, ainda que este continue a ser significativo ($\beta = -,24$; $t(501) = -5,64$; $p < ,001$).

Tabela 11:
Modelo de Mediação

Modelo	t	B	β	B 95% IC	F	df	R ²	ΔR^2
1					44,76*	1, 502	,082	
(Constante)	41,55*	8,92		[8,50 9,34]				
Gravidade do crime	-6,70*	-,04	-,29	[-,05 -,03]				
2					45,79*	2, 501	,155	,073
(Constante)	38,49*	9,94		[9,43 10,45]				
Gravidade do crime	-5,64*	-,03	-,24	[-,04 -,02]				
Infrahumanização	-6,256*	-,10	-,27	[-,12 -,07]				

Variável Dependente: Gravidade percebida da agressão.

* $p\text{-value} < ,001$.

5. Discussão dos resultados

Nesta investigação pretendeu-se contribuir para a literatura científica quanto aos papéis desempenhados pela infrahumanização e pela SDO na percepção da gravidade da violência extrapenal dirigida a indivíduos encarcerados, para o que foram concebidos dois modelos conceituais: o primeiro centrado na ideia de que reclusos, em razão da condenação pela prática de um crime, são considerados coletivamente como um *outgroup*, sendo que a gravidade da violência dirigida a estes indivíduos não é percebida da mesma forma quando comparada àquela endereçada a uma pessoa não reclusa (em uma divisão de grupos ancorada no estatuto da pessoa vitimada). O segundo modelo conceitual pretendeu investigar esta percepção diferenciada da agressão em razão da gravidade do crime pelo qual o recluso foi condenado. Ademais, também se pretendeu analisar os papéis da infrahumanização – mediante a atribuição desigual de atributos inerentes à humanidade aos membros do *outgroup* – e da SDO nas relações investigadas nos dois modelos conceituais propostos.

Para alcançar todos os objetivos e testar as hipóteses elaboradas, numa investigação de carácter exploratório e descritivo e de natureza quantitativa, recorreu-se a uma amostra de 521 indivíduos, aos quais foi aplicado questionário contendo instrumentos que foram desenvolvidos especificamente para este estudo após a condução de um projeto-piloto. Nesta seção serão explanados e discutidos todos os resultados obtidos.

Inicialmente, sobre os instrumentos desenvolvidos, não se logrou desenvolver um instrumento válido e fiável para operacionalização da subdimensão emocional da infrahumanização, em razão da identificação de 3 componentes subjacentes. As análises conduzidas revelaram que os estímulos selecionados, para além dos valores inaceitáveis em termos de consistência interna, demonstraram baixa correlação entre os estímulos e o construto que se pretendia operacionalizar.

No que concerne à subdimensão léxica da infrahumanização, optou-se pela utilização de uma versão reduzida da escala inicialmente concebida, desenvolvida nos mesmos moldes utilizados nos estudos de Viki *et al.* (2012). Verificou-se que o instrumento composto por 6 estímulos léxicos (sendo 3 palavras humanas, cujos valores foram inseridos de forma revertida na base de dados, e 3 palavras animais) obteve bons resultados nas análises fatoriais realizadas, além de apresentar consistência interna equivalente àquela obtida pelos referidos autores.

O que diz respeito ao instrumento em português para operacionalização da SDO, cuja utilização foi autorizada pela autora principal de Carvalho *et al.* (2022), os resultados obtidos foram consistentes com a literatura sobre a escala de SDO7 no que tange à sua validade e fiabilidade.

Relativamente ao teste das hipóteses propostas nos dois modelos conceituais, os próximos parágrafos serão dedicados à discussão e análise dos resultados obtidos.

No contexto do modelo do estatuto da pessoa vitimada, os resultados da pesquisa permitiram confirmar as hipóteses **(1-a: “Agressões contra reclusos são percebidos como menos violentos, quando comparados a episódios em que a vítima é uma pessoa “não reclusa”)** e **(1-b: “indivíduos encarcerados sofrem um processo geral de infrahumanização, sendo-lhe atribuídos em menor grau características essencialmente humanas quando comparados a não reclusos”)**. Com efeito, no que diz respeito ao grau de percepção da agressão, observou-se que a média da gravidade da agressão perpetrada contra reclusos ($M=7,52$) foi significativamente menor do que a média da gravidade das agressões perpetradas contra os não reclusos ($M=8,01$). No que concerne à infrahumanização, a média da subdimensão léxica desta medida para grupo de reclusos ($M=13,79$) revelou-se significativamente mais elevada do que a do grupo de não

reclusos ($M=9,84$), importando ressaltar que, quanto a esta segunda hipótese, observou-se um efeito considerado alto ($d=.79$). Os resultados apontam para o fato de que os reclusos, independentemente do crime cometido, são vistos como *menos* humanos, da mesma forma que a gravidade da violência a eles dirigida é considerada como menos grave do que aquela endereçada a pessoas não reclusas.

Também foi possível confirmar a hipótese **(1-c)**: “A ativação do processo geral de infrahumanização dos reclusos está inversamente relacionada com o grau de percepção da violência do ato que lhe é infligido”), tendo os resultados revelado uma significativa correlação negativa moderada entre a infrahumanização e gravidade percebida da agressão ($r= -.318$; $p<.001$).

No que concerne à hipótese **(1-d)**, sobre o efeito mediador da infrahumanização na relação entre o estatuto da vítima e a gravidade percebida da agressão, os resultados da investigação fornecem suporte à conclusão de que, tal como proposto, diante de agressões direcionadas a indivíduos reclusos, independentemente do crime por eles cometidos, existe a ativação de um processo de infrahumanização que responde parcialmente pela redução nos níveis em que a violência a estes indivíduos é percebida ($\beta= -.314$; $t= -7,16$; $p<.001$). Ainda que a pesquisa de Bastian *et al.* (2013) tivesse como foco as interações entre desumanização a severidade de punição no âmbito formal da justiça retributiva – e não, como na presente investigação, sobre a vitimação extrapenal do recluso –, os resultados ora reportados são consistentes com o estudo referido, no sentido de que o dano causado por uma pessoa com a prática de um crime desencadeia uma percepção do criminoso como “subhumano” que responde, ainda que parcialmente, pelo apoio a uma maior severidade das punições prescritas.

Já no contexto da gravidade do crime cometido, também nos foi possível confirmar as hipóteses **(2-a)**: “*atos e situações de violência contra reclusos que cometeram crimes mais graves são percebidos como menos violentos, quando comparados a episódios em que a vítima encontra-se encarcerada pela prática de um crime a que é atribuída menor gravidade*”) e **(2-b)**: “*indivíduos condenados por crimes percebidos como mais graves são submetidos a uma infrahumanização mais acentuada em relação a condenados por crimes considerados menos graves*”). Com efeito, foram observadas efeitos significativos da gravidade dos 6 crimes, tanto sobre o grau de violência da agressão, quanto sobre nível de infrahumanização, ainda que os testes *post hoc* tenham indicado que, em termos estatísticos, apenas a pedofilia apresentou diferenças significativas em relação a todos os outros grupos de presos.

Neste ponto, foi possível concluir que, de forma geral, reclusos condenados por crimes

considerados mais graves são submetidos a uma infrahumanização mais acentuada ($F(5, 425)=20,37$; $p<,001$; $\eta^2=,19$), consistente com os resultados reportados por Bastian *et al.* (2013), inclusive quando analisados os tipos de crime investigados pelos autores (crimes de colarinho branco, violentos ou de cariz sexual). Tal como na pesquisa referida, também aqui a infrahumanização de reclusos condenados por pedofilia foi a que se revelou mais intensa, seguida de outros crimes violentos (homicídio e roubo) e corrupção (enquadrada nesta pesquisa como *white collar crime*), sendo que os reclusos menos infrahumanizados foram aqueles condenados pelo crime de tráfico de estupefacientes.

Também foi possível concluir que a violência cometida contra reclusos condenados por crimes com maior gravidade é percebida em geral como uma agressão menos grave do que aquela endereçada a indivíduos presos por crimes com menor gravidade ($F(5, 423)=2,55$; $p<,05$; $\eta^2=,03$). Também traçando um paralelo com a pesquisa de Bastian *et al.* (2013), a menor gravidade da agressão foi percebida quando dirigida a reclusos condenados pelo crime de pedofilia, da mesma forma que a violência contra um indivíduo condenado por roubo foi percebida como menos grave quando comparada à violência dirigida a um recluso condenado por corrupção.

Confirmou-se, ainda, a hipótese (2-c: “quanto maior for a infrahumanização de um determinado recluso, menor será o grau de percepção da violência cometida contra ele.”), tendo os resultados revelado uma significativa correlação negativa moderada entre a infrahumanização de reclusos e gravidade percebida da agressão a eles endereçada ($r= -,312$; $p<,001$), o que também converge para os resultados encontrados por Bastian *et al.* (2013) a respeito da relação entre a desumanização dos três tipos de criminosos com a severidade da punição recomendada pelos participantes.

No que concerne à hipótese (2-d), sobre o efeito mediador da infrahumanização na relação entre a gravidade do crime cometido pelo recluso e a gravidade percebida da agressão que lhe é infligida, os resultados da investigação também fornecem suporte à conclusão de que, tal como proposto, a infrahumanização de indivíduos encarcerados responde parcialmente, e de forma estatisticamente significativa, pela redução nos níveis em que a violência cometida contra um preso condenado por um crime considerado mais grave ($\beta= -,307$; $t= -6,23$; $p<,001$). Em outras palavras, a condenação de um recluso por um crime mais grave, ao conduzir a níveis mais elevados de infrahumanização, produz uma percepção mais reduzida. Em termos estatísticos, quando considerado o efeito mediador da infrahumanização, a relação direta entre gravidade do crime cometido e a percepção da violência contra o recluso tem seu impacto

reduzido, confirmando o modelo de mediação proposto.

Ainda que a pesquisa de Bastian *et al.* (2013) tivesse como foco as interações entre desumanização a severidade de punição no âmbito formal da justiça retributiva – e não, como na presente investigação, sobre a vitimação extrapenal do recluso –, os resultados ora reportados são consistentes com o estudo referido, no sentido de que o grau de dano causado por uma pessoa com a prática de um crime (se sexual, violento ou de colarinho branco) desencadeia uma percepção do criminoso como “subhumano” que responde, ainda que parcialmente, pelo apoio a uma maior severidade das punições prescritas.

Também observadas as diferenças nas variáveis estudadas, os resultados da presente investigação condizem com o terceiro estudo conduzido por Viki *et al.* (2012), com a conclusão de que a desumanização também desempenha um papel de mediação na relação entre a idade das vítimas de crimes sexuais (6 ou 15 anos de idade) e o apoio a tratamentos violentos contra criminosos sexuais.

Por fim, no que diz respeito ao teste das hipóteses **(1-e)** e **(2-e)**, segundo as quais a variação individual em termos de SDO desempenharia um papel de moderação na relação entre, de um lado, o estatuto da vítima ou a gravidade do crime cometido pelo preso e, de outro lado, o processo de infrahumanização e o grau de percepção da violência, de modo que os participantes com níveis mais elevados de SDO apresentariam uma infrahumanização mais pronunciada de reclusos, conduzindo a uma menor percepção da gravidade da agressão a estes últimos, quando comparados com participantes com níveis mais reduzidos de SDO, os resultados da presente investigação não permitiram a sua confirmação, não tendo sido observados resultados significativos quanto ao efeito moderador da SDO.

No entanto, as análises exploratórias conduzidas com os dados recolhidos revelaram que a SDO, embora não tendo apresentado efeito moderador, pode ser considerada como preditora da gravidade percebida da agressão dirigida a reclusos. Com efeito, no modelo resultante da análise de regressão após a inclusão de todos os possíveis preditores (gravidade percebida do crime cometido pelo recluso, idade, gênero, SDO e infrahumanização) da variável dependente, observou-se que, as medidas individuais de SDO, à exceção da infrahumanização ($\beta = -.249$; $t(418) = -5,08$; $p = <,001$), foi o preditor que apresentou o maior impacto sobre a gravidade da violência cometida contra o preso ($\beta = -.210$; $t(418) = 4,48$; $p = <,001$), conduzindo à conclusão de que níveis individuais mais elevados de SDO respondiam por uma menor percepção de agressões dirigidas a indivíduos encarcerados.

Dentre as demais variáveis analisadas, idade e gênero dos participantes, para além da

infrahumanização e SDO, também foram capazes de prever alterações no grau de gravidade da violência contra reclusos. Observou-se que, participantes com mais idade apresentaram uma percepção mais elevada da gravidade das agressões, enquanto participantes do sexo masculino apresentaram uma percepção significativamente mais reduzida da gravidade da violência dirigida aos reclusos. Neste modelo, a variável independente de gravidade do crime cometido pelo preso não apresentou significância estatística, sendo possível que este resultado, como já referido acima, seja explicado em razão da mediação desempenhada pela infrahumanização nesta relação.

Outra conclusão importante obtida com as análises exploratórias sobre as medidas individuais de SDO diz respeito à sua capacidade preditiva em relação à infrahumanização dos reclusos. No modelo obtido pela regressão *stepwise*, observou-se que tanto a SDO ($\beta = ,17$; $t(422) = 3,77$; $p = <,001$), quanto o gênero dos participantes e a gravidade do crime cometido pelo recluso surgem como preditores para o nível de infrahumanização suportado pelos indivíduos encarcerados, sendo que apenas a idade não demonstrou impacto estatisticamente significativo. Estes resultados são consistentes com as pesquisas aludidas por Haslam & Loughnam (2014) a respeito da importante correlação entre SDO e desumanização, tanto a nível teórico – uma vez que ambos os construtos se assentam na divisão social em grupos –, quanto a nível empírico, tendo a SDO constado como preditora da desumanização em estudos centrados em outros grupos marginalizados, como é o caso de imigrantes e refugiados.

Indo além destes precedentes, na presente pesquisa também foi possível observar que a infrahumanização, da mesma forma que desempenha um papel de mediação na relação entre as variáveis independentes inicialmente propostas (estatuto da pessoa vitimada e gravidade do crime cometido pelo recluso), também demonstrou exercer um efeito mediador na relação entre as medidas individuais de SDO e a gravidade percebida da violência dirigida aos indivíduos encarcerados ($F(2,501) = 45,79$; $p <,001$; $f^2 = ,18$), num modelo em que o efeito direto da SDO sobre a gravidade da agressão manteve-se estatisticamente significativo, mas teve seu efeito reduzido ($\beta = -,24$; $t(501) = -5,64$; $p = <,001$) com a introdução da infrahumanização.

Por fim, ainda no âmbito das análises exploratórias, foi possível concluir que indivíduos do sexo masculino não apenas apresentaram níveis mais altos de SDO do que mulheres – conforme confirmam pesquisas anteriores (por todos: Ho *et al.*, 2015) –, mas também infrahumanizam mais e percebem, em geral, como menos graves as agressões cometidas contra reclusos, quando comparados aos participantes do sexo feminino.

No que concerne às áreas de conhecimento em que foram agrupados os cursos

frequentados pelos participantes, embora não existindo significância estatística na diferença entre os grupos quanto ao nível de gravidade da agressão manipulada nos cenários, os resultados desta pesquisa permitiram concluir pela existência de diferença significativa quanto às medidas individuais de SDO, notadamente quando comparado o grupo de participantes que frequentam cursos afetos à área de exatas (como economia, gestão, engenharia) com todos os demais estudantes. Estes resultados se coadunam com todo o conjunto de pesquisas empíricas relacionadas por Sidanius & Pratto (2001), sobre a relação entre medidas de SDO e o interesse por carreiras que os autores categorizaram como “reforçadoras de hierarquia” ou “atenuadoras de hierarquia”. No entanto, na esteira do pontuado pelos autores, uma explicação para os resultados ora reportados pode estar relacionada com o fato de que as carreiras agrupadas sob a rubrica de exatas são mais procuradas por homens do que por mulheres (na presente amostra, foi a área de conhecimento com maior proporção de participantes do sexo masculino), de modo que níveis mais altos de SDO em cursos de exatas estaria relacionado aos níveis mais elevados de SDO em homens do que em mulheres.

Também com relação à infrahumanização, foram observadas diferenças significativas entre grupos, sobretudo na comparação dos participantes que cursam criminologia com todos os demais estudantes. Estes resultados conversam com aqueles reportados por Kjelsberg *et al.*(2007), no sentido de que estudantes de gestão de negócios (carreira enquadrada no campo de exatas no contexto da presente investigação) demonstraram manter atitudes mais negativas com relação a reclusos, quando comparados a estudantes de história, mas, sobretudo, quando comparados aos de enfermagem. Da mesma forma que estes autores sugerem que estudantes que fazem opção por carreiras profissionais que envolvem mais diretamente o “cuidado com o outro” manteriam atitudes mais positivas com relação a indivíduos encarcerados, talvez os resultados da pesquisa ora conduzida possam indicar que esta manifestação menos acentuada da infrahumanização de reclusos em estudantes de criminologia tenha alguma relação com a escolha por esta carreira ou, até mesmo, seja um produto da aprendizagem do conteúdo inerente a este curso, em que há um contato mais intenso com teorias ancoradas no pressuposto da normalidade do fenômeno criminal ou das possibilidades de intervenção criminológica dirigidas à reabilitação do criminoso.

CONCLUSÃO

Para além da crescente expansão dos limites oficiais do uso da violência como decorrência da pena aplicada como resposta à condenação pela prática de um crime, a integridade física, moral e psicológica dos reclusos, mais do que atender a princípios humanitários básicos, é essencial para o sucesso de qualquer pretensão reabilitatória. No entanto, as agressões e atos de violência dirigidos a estes indivíduos encarcerados muitas vezes é minimizada, tolerada ou, até mesmo, celebrada, em um cenário de negação do estatuto de vítima.

A presente investigação propôs-se a integrar a literatura científica sobre alguns dos processos subjacentes à percepção diferenciada da gravidade da violência extrapenal dirigida ao recluso. Para este objetivo, recorreu-se a uma amostra de 521 estudantes, procedendo-se a uma análise quantitativa dos dados colhidos sobre os fenômenos da infrahumanização e da SDO.

A pesquisa demonstrou que os reclusos, em geral, integram um grupo de indivíduos (um *outgroup*) aos quais é designada uma quantidade reduzida de atributos inerentes à humanidade, e que este fenómeno da infrahumanização desempenha um relevante papel de mediação, sendo capaz de explicar em parte uma redução na percepção da violência dirigida a estes indivíduos.

Outra potencialidade deste estudo consiste na confirmação de que a infrahumanização de reclusos varia em razão da gravidade do crime por cuja prática o preso foi condenado, de modo que indivíduos em reclusão pela prática de crimes mais graves sofrem de forma mais intensa o processo de negação de características essencialmente humanas quando confrontados com pessoas encarceradas por crimes menos graves, e que esta variação na infrahumanização também repercute sobre a gravidade da violência dirigida a estas pessoas.

Em que pese não se tenha confirmado a hipótese sobre o efeito moderador da SDO, fato é que os resultados obtidos apontam para uma forte relação desta medida psico-atitudinal com a infrahumanização em contextos de violência contra reclusos, para o que também não foram localizados estudos prévios.

Em contrapartida, a escassez de pesquisas anteriores sobre o tema estudado representou um acréscimo de dificuldade no que toca aos instrumentos de operacionalização, sobretudo no que diz respeito à infrahumanização. Em razão da multiplicidade de metodologias aplicadas nos estudos sobre infrahumanização e da especificidade dos objetivos desta pesquisa, houve a

necessidade de desenvolver instrumento próprio que, como visto, resultou na obtenção de uma escala destinada exclusivamente a medir a subdimensão léxica da infrahumanização.

Refletindo sobre as limitações encontradas quanto à dimensão emocional da infrahumanização, ponderamos se o instrumento construído poderia ter obtido melhores resultados se a probabilidade de manifestação de emoções não tivesse ficado vinculada aos cenários de agressão, o que, do nosso ponto de vista, pode ter contaminado a atribuição, pelos participantes, das emoções aos indivíduos descritos. A prevalência dada ao critério de plausibilidade ao cenário de agressão para seleção dos estímulos emocionais utilizados no estudo principal, em prejuízo de uma seleção orientada exclusivamente pela valência das emoções também pode ter contribuído para o insucesso na construção de uma escala. Também se ponderou que a utilização de emoções primárias, para além das emoções sociais selecionadas, poderia ter mais parâmetros de comparação quanto à atribuição emocional intrassujeitos.

Também com relação à atribuição dos estímulos léxicos, questionou-se se a sua vinculação aos cenários de agressão pode ter afetado a avaliação dos participantes, que, no lugar de avaliarem os alvos exclusivamente em razão de seu estatuto social (reclusos ou não reclusos) ou da gravidade do crime por eles cometidos, podem ter tido sua avaliação motivada pelo contexto de violência descrito.

Ademais, por ocasião da recolha dos dados, a manifestação espontânea expressada por um dos participantes nos fez questionar se a medida de gravidade percebida da agressão (obtida com base na avaliação da conduta da autoridade policial de agredir o indivíduo, conforme a paradigma de *moral wrongdoing* utilizado em Kelly *et al.* [2007]) foi elaborada da forma mais adequada para os objetivos do estudo. O participante, ao entregar o questionário lacrado, afirmou que “a conduta do policial foi muito errada, mas o tipo é mesmo um bicho. Tem mais é que sofrer”. Ou seja, é possível que, em razão da forma como a questão foi apresentada, os participantes tenham sido levados a avaliar mais diretamente a conduta policial do que propriamente a gravidade da violência sofrida pelos indivíduos do cenário, de modo que as respostas podem ter sido influenciadas pelo julgamento moral da atitude da autoridade policial agressora.

Assim, futura investigação pode concentrar-se no desenvolvimento de uma escala híbrida para instrumentalização do construto da infrahumanização que contemple as dimensões emocional e léxica, bem como na condução de estudos em que a avaliação dos participantes quanto à atribuição de emoções e palavras aos alvos não esteja aprioristicamente vinculada ao

contexto hipotéticos de vitimação. Também seria interessante que pesquisas futuras avaliassem conjuntamente a gravidade da conduta policial de agressão e da gravidade da violência sofrida, para verificar a eventual existência de diferenças quanto aos resultados ora apresentados, bem como entre a agressão sofrida pela pessoa vitimada e a avaliação da conduta da autoridade agressora.

Também seria relevante alargar e diversificar as amostras, a fim de verificar se os resultados obtidos também estão presentes entre grupos sociais e faixas etárias diversas daquelas a que se recorreu, além de tentar identificar outros fatores que possam impactar na gravidade percebida de agressões a reclusos, tal como enviezamentos políticos dos participantes e crença no mundo justo.

Por fim, extrapolando a perspectiva psicológica das interações estudadas, e ancorando-se nas articulações entre infrahumanização e empatia já presentes na literatura científica (Hein & Singer, 2008), talvez uma outra opção para investigação futura sobre os modelos conceituais delineados na presente pesquisa seria sob uma ótica neurocientífica, analisando se a exposição de participantes a cenários de agressão contra reclusos é capaz de produzir diferenças relevantes nas respostas empáticas a nível neural quando confrontados com cenários de agressão contra não reclusos, bem como em razão da gravidade do crime cometido pelo recluso.

Referências Bibliográficas

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. Harper and Brothers.
- Agência Lusa (2020, Novembro 14). Ordem dos advogados preocupada com conclusões de comité europeu sobre presos em Portugal. *Observador*. Consultado em 23 jan. 2021. Disponível em <https://observador.pt/2020/11/14/ordem-dos-advogados-preocupada-com-conclusoes-de-comite-europeu-sobre-presos-em-portugal/>.
- Aiello, A., Passini, S., Tesi, A., Morselli, D., & Pratto, F. (2019). Measuring support for intergroup hierarchies: Assessing the psychometric properties of the italian social dominance orientation7 scale. *TPM*, 26(3), 373-383. <https://doi.org/10.4473/TPM26.3.4>
- Almeida, F. (1834). *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal*. Paris: Officina Typographica de Casimir. Edição digital disponível em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1264.pdf> Acesso em: 28/01/2022.
- Almeida, O. L. d., & Paes-Machado, E. (2013). Processos sociais de vitimização prisional. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 25(1), 257-286. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100013>
- Alvarez, M. C. (2008). Os sentidos da punição. *ComCiência*, 98. http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000100007&lng=pt&nrm=iso
- Assembleia da República. (Setembro de 2020). Projeto de Revisão Constitucional nº 3/XIV/2ª. Consultado em 30 dez. 2020. Disponível em <https://www.parlamento.pt/>.
- Averill, J. R. (1980). A constructivist view of emotion. In R. Plutchik & H. Kellerman (Eds.), *Emotion: Theory, research and experience* (Vol. 1: Theories of Emotion, pp. 305-339). Academic Press.
- Aziz, A., & Kamal, A. (2018). Translation and contrasted group validation of social dominance orientation (SDO7-16 items) scale into local language. *Paradigms: A Research Journal of Commerce, Economics, and Social Sciences*, 12(2), 213-217. <https://doi.org/10.24312/paradigms120216>
- Bandura, A. (1977). *Social Learning Theory*. Prentice Hall.
- Bandura, A. (2002). Selective moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of Moral Education*, 31, 101-119. <https://doi.org/10.1080/0305724022014322>

- Bandura, A. (2002). Selective moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of Moral Education*, 31, 101-119. [https://doi.org/ 10.1080/0305724022014322](https://doi.org/10.1080/0305724022014322)
- Baratta, A. (2011). *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Revan.
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51(6), 1173-1182. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.51.6.1173>
- Bar-Tal, D. (1989). Delegitimization: The extreme case of stereotyping. In D. Bar-Tal, C. Grauman, A. Kruglanski, & W. Stroebe (Eds.), *Stereotyping and prejudice: Changing conceptions* (pp. 169-188). Springer.
- Bastian, B., Denson, T. F., & Haslam, N. (2013a). The roles of dehumanization and moral outrage in retributive justice. *Plos One*, 8(4), 1-10. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0061842>
- Bastian, B., & Haslam, N. (2010). Excluded from humanity: The dehumanizing effects of social ostracism. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46(1), 107-113. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2009.06.022>
- Bates, C., & Heaven, P. C. L. (2001). Attitudes to women in society: The role of social dominance orientation and social values. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 11, 43-49. [https://doi.org/ 10.1002/casp.589](https://doi.org/10.1002/casp.589)
- Batista, N. (2005). *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro* (10 ed.). Rio de Janeiro: Revan.
- Berkowitz, L. (1998). Affective aggression: The role of stress, pain, and negative affect. In R. G. Green & E. Donnerstein (Eds.), *Human aggression: Theories, research, and implications for social policy* (pp. 49-72). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/B978-012278805-5/50004-3>
- Blumer, H. (1958). Race prejudice as a sense of group position. *Pacific Sociological Review*, 1(1), 3-7. <https://doi.org/10.2307/1388607>
- Breckler, S. (1984). Empirical validation of affect, behavior, and cognition as distinct components of attitude. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47(6), 1191-1205. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.47.6.1191>
- Brown, S. (1999). Public attitudes toward the treatment of sex offenders. *Legal and Criminological Psychology*, 4(2), 239-252. <https://doi.org/10.1348/135532599167879>

- Burgess, A. (1962). *A clockwork orange*. New York: W. W. Norton & Company. ISBN 1976773385.
- Campbell, A., Muncer, S., McManus, I. C., & Woodhouse, D. (1999). Instrumental and expressive representations of aggression: One scale or two? *Aggressive Behavior*, 25(6), 435-444. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1098-2337\(1999\)25:6<435::AID-AB4>3.0.CO;2-Q](https://doi.org/10.1002/(SICI)1098-2337(1999)25:6<435::AID-AB4>3.0.CO;2-Q)
- Carvalho, C. L., Pinto, I. R., Costa-Lopes, R., Páez, D., Miranda, M. P., & Marques, J. M. (2021). Social Dominance Orientation boosts collective action among low-status groups. *Frontiers in Psychology*, 12, Article 681302. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.681302>
- Carvalho, C. L., Pinto, I. R., Páez, D., Costa-Lopes, R., & Marques, J. M. (2022). Adaptação e validação da escala de orientação para a dominância social (SDO7) numa amostra portuguesa. *Manuscrito em preparação*.
- Castano, E., & Giner-Sorolla, R. (2006). Not quite human: Infrahumanization in response to collective responsibility for intergroup killing. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90(5), 804-818. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.90.5.804>
- Christie, N. (1981). *Limits to pain*. Oslo: Universitetsforlaget.
- Christie, N. (1986). The ideal victim. In E. A. Fattah (Ed.), *Crime policy to victim policy: Reorienting the justice system* (pp. 345). Palgrave Macmillan.
- Cohen, S. (1979). The Punitive City: Notes on the dispersal of social control. *Contemporary Crises*, 3, 339-363. <https://doi.org/10.1007/BF00729115>
- Cordeiro, A. D. (2015, Janeiro 15). Taxa de mortes nas cadeias portuguesas é o dobro da média europeia. *Jornal Público*. Consultado em 21 jan. 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2015/01/10/sociedade/noticia/taxa-de-mortes-nas-cadeias-portuguesas-e-duas-vezes-a-da-media-europeia-1681584>
- Correia, I., Vala, J., & Aguiar, P. (2007). Victim's innocence, social categorization, and the threat to the belief in a just world. *Journal of Experimental Social Psychology*, 44, 31-38. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2005.12.010>
- Cullen, F. T. (2005). The twelve people who saved rehabilitation: How the science of criminology made a difference. *Criminology: An Interdisciplinary Journal*, 43(1), 1-42. <https://doi.org/10.1111/j.0011-1348.2005.00001.x>
- Cusson, M. (2011) *Criminologia* (3ª ed.). Alfragide: Casa das Letras.
- Delgado, N., Rodriguez-Pérez, A., Vaes, J., Leyens, J-P., & Betancor, V. (2009). Priming Effects of Violence on Infrahumanization. *Group Processes and Intergroup Relations*, 12(6), 699-714. <https://doi.org/10.1177/1368430209344607>.

- Demoulin, S., Leyens, J.-P., Paladino, M.-P., Rodriguez-Torres, R., Rodriguez-Pérez, A., & Dovidio, J. F. (2004). Dimensions of “uniquely” and “non-uniquely” human emotions. *Cognition and Emotion*, 18(1), 71-96. <https://doi.org/10.1080/02699930244000444>
- Demoulin, S., Leyens, J.-P., Rodríguez-Torres, R., Rodríguez-Perez, A., Paladino, M. P., & Fiske, S. T. (2005). Motivation to support a desired conclusion versus motivation to avoid an undesirable conclusion: The case of infra-humanization. *International Journal of Psychology*, 40(6), 416-428. <https://doi.org/10.1080/00207590500184495>
- Dias, J. d. F. (2007). *Direito Penal. Parte Geral* (2 ed., Vol. Tomo I). Editora Coimbra.
- Direção-Geral da Política de Justiça (2021). Crimes registados pelas autoridades policiais. *Estatísticas da Justiça*. Consultado em 20 jan. 2021. Disponível em https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/crimes_registados_autoridades_policiais.aspx
- Dixon, J., Durrheim, K., & Tredoux, C. (2007). Intergroup contact and attitudes toward the principle and practice of racial equality. *Psychological Science*, 18(10), 867-872. <http://www.jstor.org/stable/40064664>.
- Donne, J. (1624). *Devotions upon emergent occasions*. The University of Michigan Press. <https://www.gutenberg.org/files/23772/23772-h/23772-h.htm>
- Duggan, M. (2018). *Revisiting the “ideal victim”: Developments in critical victimology*. Policy Press.
- Dunn, J. L. (2010). Vocabularies of victimization: Toward explaining the deviant victim. *Deviant Behavior*, 31(2), 159-183. <https://doi.org/10.1080.01639620902854886>
- Erber, R., & Fiske, S. T. (1984). Outcome dependency and attention to inconsistent information. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47(4), 709-726. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.47.4.709>
- Esses, V. M., Veenvliet, S., Hodson, G., & Mihic, L. (2008). Justice, morality, and the dehumanization of refugees. *Social Justice Research*, 21, 4-25. <https://doi.org/10.1007/s11211-007-0058-4>
- Even-tzur, E., & Hadar, U. (s.d.) Socially accepted violence by “agents of law”: Sublimation of aggression as a model, *Aggression and Violent Behavior*. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.01.005>
- Fabick, S.D. (2011). Us and Them: Moderating Dichotomous Ingroup/Outgroup Thinking. In CHRISTIE, D.J. (Ed.) *The Encyclopedia of Peace Psychology*. <https://doi.org/10.1002/9780470672532.wbep289>

- Field, A. P. (2018). *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics* (5 ed.). Sage Publications.
- FindLaw (2019). *Chemical and surgical castration for sex offenders*. Consultado em 18 nov. 2021. Disponível em <https://www.findlaw.com/criminal/criminal-charges/chemical-and-surgical-castration.html>
- Fiske, S. T. (1993). Controlling other people: The impact of power on stereotyping. *American Psychologist*, 48(6), 621-628. <https://doi.org/10.1037//0003-066X.48.6.621>
- Fiske, S. T. (2000). Stereotyping, prejudice, and discrimination at the seam between the centuries: evolution, culture, mind and brain. *European Journal of Social Psychology*, 30(3), 299-322. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0992\(200005/06\)30:3<299::AID-EJSP2>3.0.CO;2-F](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0992(200005/06)30:3<299::AID-EJSP2>3.0.CO;2-F)
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015, ano 9, ISSN 1983-7634. Disponível em https://forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (42.ed). Petrópolis: Editora Vozes.
- Galesic, M., & Bosnjak, M. (2009). Effects of questionnaire length on participation and indicators of response quality in a web survey. *Public Opinion Quarterly*, 73(2), 349-360. <https://doi.org/10.1093/poq/nfp031>
- Genders, E., & Player, E. (2014). Rehabilitation, risk management and prisoners' right. *Criminology and Criminal Justice*, 14(4), 434-457. <https://doi.org/10.1177/1748895813502500>
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Graham-Kevan, N. (2011). Investigating social dominance in a prison population. *Journal of Criminal Psychology*, 1(1), 15-23. <https://doi.org/10.1108/20093829201100002>
- Green, E. G. T., Thomsen, L., Sidanius, J., Staerklé, C., & Potanina, P. (2009). Reactions to crime as a hierarchy regulating strategy: The moderating role of social dominance orientation. *Social Justice Research*, 22, 416-436. <https://doi.org/10.1007/s11211-009-0106-3>
- Greenberg, J., Simon, L., Pyszczynski, T., Solomon, S., & Chatel, D. (1992). Terror management and tolerance: Does mortality salience always intensify negative reactions to others who threaten one's worldview? *Journal of Personality and Social Psychology*, 63(2), 212-220. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.63.2.212>

- Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(6), 1464-1480. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.74.6.1464>
- Hair, J. F., Money, A. H., Samouel, P., & Page, M. (2015). *The essentials of business research methods* (3 ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315716862>
- Harrison, K., & Rainey, B. (2009). Suppressing human rights? A rights-based approach to the use of pharmacotherapy with sex offenders. *Legal Studies*, 29(1), 47-74. <https://doi.org/10.1111/j.1748-121X.2008.00111.x>
- Haslam, N. (2006). Dehumanization: An integrative review. *Personality and Social Psychology Review*, 10(3), 252-264. https://doi.org/10.1207/s15327957pspr1003_4
- Haslam, N., & Loughnan, S. (2014). Dehumanization and inhumanization. *Annual Review of Psychology*, 65, 399-423. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010213-115045>.
- Haslam, N., Rothschild, L., & Ernst, D. (2000). Essentialist beliefs about social categories. *British Journal of Social Psychology*, 39, 113-127. <https://doi.org/10.1348/014466600164363>
- Hein, G., & Singer, T. (2008). I feel how you feel but now always: the empathic brain and its modulation. *Current Opinion in Neurobiology*, 18, pp. 153-158. <https://doi.org/10.1016/j.conb.2008.07.012>.
- Henriques (2013, Novembro 26). Comité europeu contra a tortura regressa a Portugal e diz que situação piorou. *Jornal Público*. Acessado em 23 jan. 2021. Disponível em <https://www.publico.pt/2013/11/26/sociedade/noticia/comite-europeu-contr-a-tortura-regressa-a-portugal-e-diz-que-situacao-piorou-1614028>
- Ho, A. K., Sidanius, J., Pratto, F., Levin, S., Thomsen, L., Kteily, N., & Sheehy-Skeffington, J. (2012). Social Dominance Orientation: Revisiting the Structure and Function of a Variable Predicting Social and Political Attitudes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38(5), 583-606. <https://doi.org/10.1177/0146167211432765>
- Ho, A. K., Sidanius, J., Kteily, N., Sheehy-Skeffington, J., Pratto, F., Henkel, K. E., Foels, R., & Stewart, A. L. (2015). The Nature of Social Dominance Orientation: Theorizing and Measuring Preferences for Intergroup Inequality Using the New SDO7 Scale. *Journal of Personality and Social Psychology*, 109(6), 1003-1028. <https://doi.org/10.1037/pspi0000033>
- Hogue, T. E. (1993). Attitudes towards prisoners and sexual offenders. *Issues in Criminological and Legal Psychology*, 19, 27-32.

- Holtz, P., & Wagner, W. (2012). Dehumanization, infrahumanization, and naturalization. In D. J. Christie (Ed.), *Encyclopedia of Peace Psychology*. Wiley-Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9780470672532.wbepp079>
- Jackson, J. W. (1993). Realistic group conflict theory: A review and evaluation of the theoretical and empirical literature. *The Psychological Record*, 43, 395-414.
- Jakobs, G., & Meliá, M.C. (2015). *Direito penal do inimigo: noções e críticas* (6ª ed.). Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
- Jonson, C. L., Cullen, F. T., & Lux, J. L. (2013). Creating ideological space: Why public support for rehabilitation matters. In L. A. Craig, L. Dixon, & T. A. Gannon (Eds.), *What works in offender rehabilitation: An evidence-based approach to assessment and treatment*. (pp. 50-68). Wiley-Blackwell.
- Jost, J. T., & Thompson, E. P. (2000). Group-based dominance and opposition to equality as independent predictors of self-esteem, ethnocentrism, and social policy attitudes among african americans and european americans. *Journal of Experimental Social Psychology*, 36, 209-232.
- Kelly, D. R., Stich, S., Fessler, D. M. T., Haley, K. J., & Eng, S. J. (2007). Harm, affect and the moral/conventional distinction. *Mind & Language*, 22, 117-131. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0017.2007.00302.x>
- Kelman, H. C. (1973). Violence without moral restraint: Reflections on the dehumanization of victims and victimizers. *Journal of Social Issues*, 29(4), 25-61. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1973.tb00102.x>
- Kjelsberg, E., Skoglund, T. H., & Rustad, A.-B. (2007). Attitudes towards prisoners, as reported by prison inmates, prison employees and college students. *BMC Public Health*, 7(1). <https://doi.org/10.1186/1471-2458-7-71>
- Kteily, N., Bruneau, E., Wytz, A., & Cotterill, S. (2015). The ascent of man: A theoretical and empirical case for blatant dehumanization. *Journal of Personality and Social Psychology*. <https://doi.org/10.1037/t49381-000>
- Kteily, N., Cotterill, S., Sidanius, J., Sheehy-Skeffington, J., & Bergh, R. (2014). "Not one of us": Predictors and consequences of denying ingroup characteristics to ambiguous targets. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 40(10), 1231-1247. <https://doi.org/10.1177/0146167214539708>

- Larsson, M. R., Björklund, F., & Bäckström, M. (2012). Right-wing authoritarianism is a risk factor of torture-like abuse, but so is social dominance orientation. *Personality and Individual Differences*, 53, 927-929. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2012.06.015>
- Leeuw, E. D. d. (1992). *Data quality in mail, telephone and face to face surveys*. Amsterdam: TT-Publikaties.
- Lerner, M. J. (1980). *The belief in a just world: A fundamental delusion*. New York: Plenum Press.
- Leyens, J. P., Paladino, P. M., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Perez, A., et al. (2000). The emotional side of prejudice: The attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. *Personality & Social Psychology Review*, 4, 186–197. FALTA DOI
- Leyens, J.-P., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, M.-P., Vaes, J., e Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology*, 31, 395-411. <https://doi.org/10.1002/ejsp.50>
- Leyens, J.-P., Cortes, B., Demoulin, S., Dovidio, J. F., Fiske, S. T., Gaunt, R., Paladino, M.-P., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., e Vaes, J. (2003). Emotional prejudice, essentialism, and nationalism: The 2002 Tajfel Lecture. *European Journal of Social Psychology*, 33, 703-717. <https://doi.org/10.1002/ejsp.170>
- Levy, I., & Reuven, Y. (2016). Educational instructors' attitudes toward juvenile inmates: The effect of the inmate's role in a criminal event and the instructors' belief in a just world. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 1-18. <https://doi.org/10.1177/0306624X16660556>
- Lummer, R., & Hagemann, O. (2015). Victim empathy within prison walls: Experiences from pilot projects in Schleswig-Holstein. *Ljetopis Socijalnog Rada*, 22(1), 37-60. <https://doi.org/10.3935/ljsr.v22i1.84>
- MacKinnon, D. P., Cheong, J., & Pirlott, A. G. (2012). Statistical mediation analysis. In H. Cooper, P. M. Camic, D. L. Long, A. T. Panter, D. Rindskopf, & K. J. Sher (Eds.), *APA Handbook f Research Methods in Psychology* (Vol. 2: Research Designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological., pp. 313-331). American Psychology Association. <https://doi.org/10.1037/13620-018>
- Marcus-Newhall, A., Pedersen, W. C., Carlson, M., & Miller, N. (2000). Displaced aggression is alive and well: A meta-analytic review. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(4), 670-689. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.78.4.670>

- Maroco, J. (2007). *Análise estatística - Com utilização do SPSS* (M. Robalo, Ed. 3 ed.). Edições Sílabo.
- Martikainen, A. (2016). Cultural aspects of infrahumanization. *Humanistic Scripts*, 14, 21-50. <https://www.researchgate.net/publication/315715901>
- Matell, M. S., & Jacoby, J. (1971). Is there an optimal number of alternatives for Likert scale items? Study 1: Reliability and validity. *Educational and Psychological Measurement*, 31, 657-674. <https://doi.org/10.1177/001316447103100307>
- McGarty, C., Haslam, S. A., Hutchinson, K. J., & Grace, D. M. (1995). Determinants of perceived consistency: The relationship between group entitativity and the meaningfulness of categories. *British Journal of Social Psychology*, 34(3), 237-256. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8309.1995.tb01061.x>
- McKee, I. R., & Feather, N. T. (2008). Revenge, retribution, and values: Social attitudes and punitive sentencing. *Social Justice Research*, 21, 138-163. <https://doi.org/10.1007/s11211-008-0066-z>
- Mealey, L. (1995). The sociobiology of sociopathy: An integrated evolutionary model. *Behavioral and Brain Sciences*, 18 (3), 523-599. <https://doi.org/10.1017/S0140525X00039595>
- Melvin, K. B., Gramling, L. K., & Gardner, W. M. (1985). A Scale to measure attitudes towards prisoners. *Criminal Justice and Behavior*, 12, 241-253. <https://doi.org/10.1177/0093854885012002006>
- Murphy, E., & Brown, J. (2000). Exploring gender role identity, value orientation of occupation and sex of respondent in influencing attitudes towards male and female offenders. *Legal and Criminological Psychology*, 5(2), 285-290. <https://doi.org/10.1348/135532500168047>
- Nayak, M. B., Byrne, C. A., Martin, M. K., & Abraham, A. G. (2003). Attitudes toward violence against women: A cross-nation study. *Sex Roles*, 49(7/8), 333-342. <https://doi.org/10.1023/A:1025108103617>
- Opotow, S. (1990). Moral exclusion and injustice: An introduction. *Journal of Social Issues*, 46(1), 1-20. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1990.tb00268.x>
- Opotow, S. (2001). Reconciliation in times of impunity: Challenges for social justice. *Social Justice Research*, 14, 149-170. <https://doi.org/10.1023/A:1012888902705>
- Paladino, M. P., Leyens, J.-P., Rodríguez, R., Rodríguez, A., Gaunt, R., & Demoulin, S. (2002). Differential association of uniquely and non uniquely human emotions with the ingroup and

- the outgroup. *Group Processes & Intergroup Relations*, 5(2), 105-117. <https://doi.org/10.1177/1368430202005002539>
- Pereira, C., Vala, J., & Leyens, J.-P. (2009). From infra-humanization to discrimination: The mediation of symbolic threat needs egalitarian norms. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 336-344. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2008.10.010>
- Peng, Y. (2021). Politics of COVID-19 vaccine mandates: Left/right-wing authoritarianism, social dominance orientation, and libertarianism. *Personality and Individual Differences*. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2022.111661>
- Pickett, J. T., Mancini, C., & Mears, D. P. (2013). Vulnerable victims, monstrous offenders, and unmanageable risk: Explaining public opinion on the social control of sex crime. *Criminology: An Interdisciplinary Journal*, 51(3), 729-759. <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12018>
- Plutchik, R. (1958). Section of Psychology: Outlines of a new theory of emotion. *Transactions of the New York Academy of Sciences*, 20(5 Series II), 394-403. <https://doi.org/10.1111/j.2164-0947.1958.tb00600.x>
- Plutchik, R. (1980). A general psychoevolutionary theory of emotion. In R. Plutchik & H. Kellerman (Eds.), *Emotion: Theory, research and experience* (Vol. 1: Theories of Emotion, pp. 3-33). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/b978-0-12-558701-3.50007-7>
- Plutchik, R., e Kellerman, H. (1980). Introdução. In R. Plutchik & H. Kellerman (Eds.), *Emotion: Theory, research and experience* (Vol. 1: Theories of Emotion, pp. xv-xxi). Academic Press.
- Pratto, F., Sidanius, J., Stalworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741-763.
- Quaresma, J. M. L. (2014). Que (restrição aos) direitos humanos em ambiente prisional. *Julgar*, 22, 55-73.
- Rabin, M. (1993). Incorporating fairness into game theory and economics. *The American Economic Review*, 83(5), 1281-1302. <https://doi.org/https://www.jstor.org/stable/2117561>
- Reynolds, N., Craig, L. A., & Boer, D. P. (2013). Public attitudes towards offending, offenders and reintegration. In J. Wood & T. A. Gannon (Eds.), *Public opinion and criminal justice: Context, practice and values* (pp. 166-186). Routledge.
- Rokeach, M. (1979). A two-value model of political ideology. In M. Rokeach (Ed.), *The nature of human values* (pp. 165-188). (n.l.) The Free Press.

- Sebby, R. A., & Johnston, L. M. (2012). Effects of victim innocence and BJW (Belief in a Just World) upon derogation of an ingroup/outgroup victim. *Psychological Research*, 2(2), 135-141.
- Sekaquaptewa, D., & Thompson, M. (2003). Solo status, stereotype threat, and performance expectancies: Their effects on women's performance. *Journal of Experimental Social Psychology*, 39, 68-74.
- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, C. W. (1961). *Intergroup conflict and cooperation: The robbers cave experiment*. Wesleyan University Press.
- Shkurko, A.V. (2015), Cognitive mechanisms of ingroup/outgroup distinction. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 45, pp. 188-213. <https://doi.org/10.1111/jtsb.12063>.
- Sidanius, J., Devereux, E., & Pratto, F. (1992). A comparison of symbolic racism theory and social dominance theory as explanations for racial policy attitudes. *The Journal of Social Psychology*, 132(3), 377-395. <https://doi.org/10.1080/00224545.1992.9924713>
- Sidanius, J., Haley, H., Molina, L., & Pratto, F. (2007). Vladimir's choice and the distribution of social resources: A group dominance perspective. *Group Processes & Intergroup Relations*, 10(2), 257-265. <https://doi.org/10.1177/1368430207074732>
- Sidanius, J., Kteily, N., Sheehu-Skeffington, J., Ho, A. K., Sibley, C., & Duriez, B. (2013). You're inferior and not worth our concern: The interface between empathy and social dominance orientation. *Journal of Personality*, 81(3), 313-323. <https://doi.org/10.1111/jopy.12008>.
- Sidanius, J., Liu, J. H., Shaw, J. S., & Pratto, F. (1994). Social dominance orientation, hierarchy attenuators and hierarchy enhancers: Social dominance theory and the criminal justice system. *Journal of Applied Social Psychology*, 24(4), 338-366. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.1994.tb00586.x>
- Sidanius, J., & Pratto, F. (1993). The inevitability of oppression and the dynamics of social dominance. In P. M. Sniderman, P. E. Tetlock, & E. G. Carmines (Eds.), *Prejudice, politics, and the American dilemma* (pp. 173-211). Stanford University Press.
- Sidanius, J., & Pratto, F. (2001). *Social Dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Singer, T. (2006). The Neuronal Basis of Empathy and Fairness. In BOCK, G., & GOODE, J. (Eds.) *Empathy and Fairness*. <https://doi.org/10.1002/9780470030585.ch3>.

- Singer, T., Seymour, B., O'Doherty, J.P., & Dolan, R.J. (2006). Empathic neural responses are modulated by the perceived fairness of others. *Nature*, 439, 466-469. <https://doi.org/10.1038/nature04271>.
- Smith, R., & Stathi, S. (2021). Social dominance orientation, belief in a just world and intergroup contact as predictors of homeless stigmatisation. *The Journal of Social Psychology*. <https://doi.org/10.1080/00224545.2021.1963204>
- Socia, K. M., & Harris, A. J. (2016). Evaluating public perceptions of the risk presented by registered sex offenders: Evidence of crime control theater? *Psychology, Public Policy, and Law*, 22(4), 375-385. <https://doi.org/10.1037/law0000081>
- Spencer, D. (2009). Sex offenders as homo sacer. *Punishment and Society*, 11(2), 219-240. <https://doi.org/10.1177/1462474508101493>
- Stanley, S. K., Wilson, M. S., Sibley, C. G., & Milfont, T. L. (2017). Dimensions of social dominance and their associations with environmentalism. *Personality and Individual Differences*, 107, 228-236. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.11.051>
- Strobl, R. (2004). Constructing the victim: theoretical reflections and empirical examples. *International Review of Victimology*, 11(2-3), 295-311. <https://doi.org/10.1177/026975800401100206>
- Symonds, P. M. (1924). On the loss of reliability in ratings due to coarseness of the scale. *Journal of Experimental Psychology*, 7(6), 456-461. <https://doi.org/10.1037/h0074469>
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (2004). The social identity theory of intergroup behavior. In J. T. Jost & J. Sidanius (Eds.), *Political psychology: Key readings*. (pp. 367-390). Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203505984-16>
- Tam, T., Hewstone, M., Cairns, E., Tausch, N., Maio, G., & Kenworthy, J. (2007). The impact of intergroup emotions on forgiveness in Northern Ireland. *Group Processes and Intergroup Relations*, 10(1), 119-135. <https://doi.org/10.1177/1368430207071345>
- Taylor, S. E., Fiske, S. T., Close, M., Anderson, C., & Ruderman, A. (1977). *Solo status as a psychological variable: The power of being distinctive*. [Manuscript]. Harvard University, Cambridge, MA.
- Thomsen, L., Green, E. G. T., & Sidanius, J. (2008). We will hunt them down: How social dominance orientation and right-wing authoritarianism fuel ethnic persecution of immigrants in fundamentally different ways. *Journal of Experimental Social Psychology*, 44(6), 1455. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2008.06.011>

- Turiel, E. (1983). *The development of social knowledge* (M. L. Hoffman, Ed.). Press Syndicate of the University of Cambridge.
- Vaes, J., Paladino, M. P., Castelli, L., Leyens, J.-P., & Giovanazzi, A. (2003). On the behavioral consequences of infra-humanization: The implicit role of uniquely human emotions in intergroup relations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(6), 1016-1034. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.6.1016>
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*. 140(13), 07-29. <http://www.jstor.org/stable/41011254>.
- Viki, G. T., Winchester, L., Tishall, L., Chisango, T., Pina, A., e Russell, R. (2006). Beyond secondary emotions: The infrahumanization of outgroups using human-related and animal-related words. *Social Cognition*, 24(6), 753-775. <https://doi.org/10.1521/soco.2006.24.6.753>
- Viki, G. T., Fullerton, I., Raggett, H., Tait, F., e Wiltshire, S. (2012). The role of dehumanization in attitudes toward the social exclusion and rehabilitation of sex offenders. *Journal of Applied Social Psychology*, 42(10), 2349–2367. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2012.00944.x>
- Volkan, V. d. (1985). The need to have enemies and allies: A developmental approach. *Political Psychology*, 6(A notebook on the psychology of the U.S.-Soviet relationship), 219-247. <https://doi.org/10.2307/3790902>
- Von Liszt, F. (2005). *A ideia do fim no direito penal*. São Paulo: Rideel.
- Walker, J. S. (2005). The Maudsley Violence Questionnaire: Initial validation and reliability. *Personality and Individual Differences*, 38(1), 187-201. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2004.04.001>
- Wilson, M. S. (2003). Social dominance and ethical ideology: The end justifies the means? *The Journal of Social Psychology*, 143(5), 549-558.
- World Health Organization (2022). *International statistical classification of diseases and related health problems (ICD)*. Disponível em <https://www.who.int/standards/classifications/classification-of-diseases>.
- Zaffaroni, E.R. (2007). *O inimigo no Direito Penal* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Revan.
- Zaffaroni, E. R. (2012). *La cuestión criminal* (3ª ed.). Buenos Aires: Planeta.

ANEXOS

ANEXO I – PROJETO-PILOTO

Anexo I-A: Apresentação e Consentimento Informado

Convidamo-lo a participar do presente projeto-piloto, destinado à seleção de estímulos que serão posteriormente empregados no estudo “O papel da infrahumanização na percepção de violência contra reclusos”, integrado em projecto de mestrado que está a ser realizado na Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP).

A participação no estudo envolve a resposta a **quatro questões**. Não lhe serão solicitados quaisquer dados de identificação ou relativos à sua caracterização sociodemográfica. Caso consinta em participar no estudo, pedimos que aceda ao questionário, cujo preenchimento irá demorar aproximadamente 10 (dez) minutos. Ao final, **pedimos que não se esqueça de submeter o formulário ao final da última questão**.

Poderá participar neste estudo qualquer pessoa com, pelo menos, 18 anos de idade.

Não há riscos previstos associados à sua participação neste projeto-piloto, pela qual não irá receber qualquer tipo de recompensa material ou académica. A participação neste projeto é totalmente **voluntária**, de modo que é livre de recusar participar ou de parar de responder a qualquer momento.

Suas respostas serão analisadas de forma anónima e agregada, ou seja, em conjunto com as respostas dadas por todas as pessoas que participam do projeto-piloto. Seus dados serão identificados por um código, e nunca por um nome, pelo que pedimos que não coloque seu nome, nem nada que o possa identificar no questionário. A investigadora compromete-se a tratar toda a informação de forma confidencial. Os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período necessário para cumprir as finalidades que motivaram a sua recolha e tratamento.

A recolha e tratamento de dados destina-se exclusivamente à seleção de estímulos necessários ao desenvolvimento do estudo principal. Os resultados finais poderão ser eventualmente publicados ou apresentados, de modo que os resultados serão mencionados apenas de forma agregada, nunca de forma individual. A investigadora responsável assegura que os seus dados não serão tratados para outras finalidades que não as previamente indicadas.

Para esclarecer qualquer questão acerca deste projeto-piloto, ou para receber os resultados do mesmo, poderá contactar a investigadora responsável através do endereço eletrónico up202004018@edu.direito.up.pt (<mailto:up202004018@edu.direito.up.pt>).

Existem 4 perguntas neste questionário.

Anexo I-B: Questionários do Projeto-piloto

Projeto-piloto: Palavras

Como avalia cada uma das palavras abaixo em termos de sua adequação para descrever pessoas e/ou animais?

	Descreve apenas animais	Descreve melhor animais do que pessoas	Descreve tanto animais quanto pessoas	Descreve melhor pessoas do que animais	Descreve apenas pessoas
Pedigree					
Raça					
Anima					
Selvagem					
Monstro					
Besta					
Rafeiro					
Doméstico					
Linhagem					
Prole					
Habitat					
Primitivo					
Natureza					
Bárbaro					
Povo					
Gente					
Pessoa					
Humano					
Cidadão					
Malta					
Filhote					
Civilização					
Estirpe					
Instinto					
Racional					
Fera					
Bicho					
Faro					
Talento					
Dócil					
Feroz					

Projeto-piloto: Palavras

Em uma escala que varia de **1** a **9**, como classifica cada uma das palavras abaixo quanto a seu significado?

Para fins de orientação, considere que:

1 corresponde a uma "palavra com significado muito negativo"

5 corresponde a uma "palavra com significado neutro: nem positivo, nem negativo"; **9** corresponde a uma "palavra com significado muito positivo".

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Pedigree									
Raça									
Anima									
Selvagem									
Monstro									
Besta									
Rafeiro									
Doméstico									
Linhagem									
Prole									
Habitat									
Primitivo									
Natureza									
Bárbaro									
Povo									
Gente									
Pessoa									
Humano									
Cidadão									
Malta									
Filhote									
Civilização									
Estirpe									
Instinto									
Racional									
Fera									
Bicho									
Faro									
Talento									
Dócil									
Feroz									

Projeto-piloto: Emoções

Em uma escala de **1** a **9**, como classifica cada uma das emoções abaixo listadas quanto a seu significado?

Para fins de orientação, considere que:

1 corresponde a uma "emoção com significado muito negativo";

5 corresponde a uma "emoção com significado neutro: nem positivo, nem negativo"; **9** corresponde a uma "emoção com significado muito positivo".

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Coragem									
Esperança									
Ansiedade									
Amor									
Culpa									
Deleite									
Submissão									
Curiosidade									
Resignação									
Temor									
Desespero									
Vergonha									
Desapontamento									
Descrença									
Ódio									
Remorso									
Inveja									
Pessimismo									
Desprezo									
Cinismo									
Morbidez									
Agressividade									
Orgulho									
Superioridade									

Projeto-piloto: Crimes

Em uma escala de **1 a 9**, quão **grave** considera cada um dos crimes hipotéticos abaixo descritos?

Para fins de orientação, considere que:

1 corresponde a um "crime pouquíssimo grave";

9 corresponde a um "crime extremamente grave".

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Firmino Costa está preso após ter sido condenado por arranhar e amassar um veículo, destruindo-o.									
Eduardo Gonçalves está preso após ter sido condenado por subtrair dinheiro, documentos e telemóvel do bolso de uma pessoa no metro.									
Mário Fontes está preso após ser condenado por deixar de declarar em seu IRS valores recebidos, com a finalidade de reduzir o imposto a pagar.									
Francisco Correia, funcionário público, está preso após ter sido condenado por solicitar dinheiro para deixar de fiscalizar uma empresa.									
Marco António, funcionário público, está preso após ter sido condenado por desviar dinheiro público em seu proveito próprio.									
Felipe Soares está preso após ter sido condenado por empregar violência para roubar o veículo de uma pessoa.									
Augusto Teixeira está preso após ter sido condenado por abusar sexualmente de uma mulher.									
José Almeida está preso após ter sido condenado por abusar sexualmente de uma criança.									
Manuel Silva está preso após ter sido condenado por vender droga considerada ilícita.									
António Ferreira está preso após ter sido condenado por matar uma pessoa.									

Anexo I-C:*Gravidade média percebida dos crimes (M=7,12; DP=1,18)*

	N	Média	Erro de média padrão	Desvio-padrão	Média aparada (5%)
Dano	59	5,31	,331	2,541	5,34
Sonegação	59	6,05	,260	1,995	6,11
Furto	59	6,07	,283	2,172	6,15
Tráfico	59	6,14	,340	2,609	6,26
Corrupção	59	7,31	,226	1,735	7,47
Roubo	59	7,31	,237	1,822	7,51
Peculato	59	7,47	,214	1,644	7,64
Homicídio	59	8,46	,232	1,784	8,84
Violação	59	8,47	,234	1,794	8,86
Pedofilia	59	8,58	,231	1,773	8,97

Anexo I-D:*Valência média dos estímulos emocionais (M=3,67; DP=2,31)*

	N	Média	Erro de média padrão	Desvio-padrão
Ódio	59	1,34	,156	1,20
Inveja	59	1,46	,131	1,00
Agressividade	59	1,63	,155	1,19
Desprezo	59	1,83	,201	1,54
Morbidez	59	1,95	,166	1,28
Submissão	59	1,97	,211	1,62
Pessimismo	59	1,97	,189	1,45
Cinismo	59	2,03	,211	1,62
Desespero	59	2,08	,198	1,52
Ansiedade	59	2,86	,234	1,80
Remorso	59	2,93	,261	2,00
Vergonha	59	2,97	,236	1,81
Culpa	59	2,98	,263	2,02
Descrença	59	2,98	,200	1,54
Desapontamento	59	3,00	,219	1,68
Superioridade	59	3,03	,263	2,02
Temor	59	3,05	,246	1,89
Resignação	59	4,07	,293	2,25
Orgulho	59	5,69	,287	2,21
Deleite	59	6,10	,298	2,29
Curiosidade	59	6,90	,226	1,74
Coragem	59	8,24	,203	1,56
Esperança	59	8,34	,160	1,23
Amor	59	8,56	,171	1,32

Anexo I-E:

Valores médios dos estímulos léxicos *

	N	Média**	Média aparada (5%)**	Erro de média padrão**	Desvio-padrão**	Média***	Erro de média padrão***	Desvio-padrão***
Pessoa	59	1,02	1,00	,017	0,13	6,85	,260	1,99
Gente	59	1,05	1,00	,038	0,29	6,69	,235	1,80
Cidadão	59	1,10	1,04	,046	0,36	7,41	,228	1,75
Povo	59	1,15	1,08	,058	0,45	6,85	,242	1,86
Civilização	59	1,27	1,19	,080	0,61	7,41	,237	1,82
Humano	59	1,31	1,23	,085	0,65	7,76	,215	1,65
Racional	59	1,63	1,51	,123	0,95	7,32	,207	1,59
Malta	59	1,78	1,64	,162	1,25	6,03	,213	1,64
Talento	59	1,95	1,92	,112	0,86	8,15	,172	1,32
Bárbaro	59	2,12	2,02	,145	1,12	2,24	,208	1,60
Monstro	59	2,61	2,57	,126	0,97	1,74	,187	1,42
Primitivo	59	2,76	2,74	,126	0,97	3,83	,259	1,99
Prole	59	2,85	2,83	,177	1,36	5,81	,218	1,68
Linhagem	59	2,92	2,91	,146	1,12	5,78	,245	1,89
Estirpe	59	3,15	3,17	,177	1,36	4,90	,273	2,10
Instinto	59	3,17	3,15	,077	0,59	6,39	,244	1,88
Natureza	59	3,24	3,17	,078	0,60	7,29	,243	1,87
Besta	59	3,32	3,36	,152	1,17	2,32	,236	1,81
Habitat	59	3,54	3,55	,119	0,92	6,37	,234	1,80
Raça	59	3,61	3,64	,132	1,02	5,37	,253	1,95
Filhote	59	3,64	3,66	,118	0,91	7,34	,226	1,74
Dócil	59	3,68	3,64	,101	1,78	7,58	,246	1,89
Selvagem	59	3,92	3,96	,119	0,92	3,86	,299	2,30
Doméstico	59	3,98	4,04	,129	0,99	5,98	,234	1,80
Fera	59	3,98	4,02	,112	0,86	3,08	,265	2,04
Feroz	59	4,03	4,04	,108	0,83	3,20	,281	2,16
Animal	59	4,07	4,08	,113	0,89	5,63	,259	1,99
Faro	59	4,24	4,34	,126	0,97	6,08	,235	1,80
Bicho	59	4,41	4,45	,103	0,79	4,90	,266	2,04
Rafeiro	59	4,46	4,58	,124	0,95	4,24	,283	2,17
Pedigree	59	4,73	4,81	,080	0,61	5,39	,278	2,13

*Os estímulos em azul correspondem àqueles que foram considerados como mais representativos de pessoas. Os estímulos em verde correspondem àqueles mais representativos de animais) ** Valores relativos à análise da capacidade de descrever humanos e animais (M=2,93; DP=1,17). *** Valores relativos à análise de valência dos estímulos (M= 5,61; DP= 1,78)

ANEXO II: CONSENTIMENTO INFORMADO E QUESTIONÁRIOS DO ESTUDO PRINCIPAL

Anexo II-A: Consentimento informado

Introdução e contexto: Convidamo-lo a participar no estudo “O papel da infrahumanização na percepção de violência contra reclusos”, integrado em projecto de Mestrado que está a ser realizado na Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP).

Objetivos do estudo: O objetivo deste estudo é recolher a opinião dos participantes sobre assunto social relevante, nomeadamente sobre reclusos e violência.

Procedimentos: Ser-lhe-ão inicialmente solicitados alguns dados relativos à caracterização sociodemográfica: idade, género e área de conhecimento de eleição (curso frequentado). Em nenhum momento lhe será pedido nome, endereço eletrónico ou outro dado que o possa identificar pessoalmente. A participação no estudo envolve a resposta a breves questões formuladas após a apresentação de alguns cenários hipotéticos. Caso decida participar no estudo, pedimos que assine a folha de assinaturas anexa ao presente Consentimento (sem se identificar) e preencha o questionário que lhe será entregue. A resposta ao questionário não irá demorar mais do que 15 (quinze) minutos. No final, solicitamos que coloque o questionário dentro do envelope fornecido.

Elegibilidade: Poderá participar neste estudo qualquer pessoa com, pelo menos, 18 anos de idade. Só poderá preencher o questionário uma vez.

Riscos e benefícios: Não há riscos previstos associados à sua participação neste estudo. Embora este estudo não o beneficie pessoalmente, esperamos que a participação neste estudo seja interessante e informativa, e/ou lhe permita refletir sobre questões importantes.

Pagamento ou compensação: Não irá receber qualquer tipo de recompensa material ou académica pela participação neste estudo.

Participação voluntária: A participação neste estudo é totalmente voluntária. É livre de recusar participar ou de parar de responder a qualquer momento.

Confidencialidade e proteção de dados: As suas respostas serão analisadas de forma anónima e agregada pela investigadora, ou seja, em conjunto com as respostas dadas por todas as pessoas que participam do estudo. Seus dados serão identificados por um código, e nunca por um nome, pelo que **pedimos que não coloque seu nome, nem nada que o possa identificar no questionário.** A investigadora compromete-se a tratar toda a informação de forma confidencial. Os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período necessário para cumprir as finalidades que motivaram a sua recolha e tratamento.

Finalidade do tratamento de dados e disseminação dos resultados: A recolha e tratamento de dados destina-se exclusivamente à investigação académica. Os resultados finais poderão ser eventualmente publicados ou apresentados, de modo que os resultados serão mencionados apenas de forma agregada, nunca de forma individual. A investigadora responsável assegura que os seus dados não serão tratados para outras finalidades que não as previamente indicadas.

Contactos: Para esclarecer qualquer questão acerca deste estudo, ou para receber os resultados do mesmo, poderá contactar a investigadora responsável através do telemóvel 912613941 ou do endereço eletrónico up202004018@edu.direito.up.pt.


PORTO
 FACULDADE DE DIREITO
 UNIVERSIDADE DO PORTO

INQUÉRITO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Idade: _____ anos

	Feminino
	Masculino
	Outro

Parte 2 – Assinale o quanto concorda ou discorda de cada ideia abaixo, selecionando um número de 1 a 7 na escala a seguir. Normalmente a resposta que primeiro lhe vier à mente é a melhor.

[illegible]

Parte 3 – Por favor, considere o seguinte cenário para responder às questões desta página.

O indivíduo J.F.H (nome fictício) estava a sair de uma estação do metro no Porto e foi fisicamente agredido com chutos e socos por uma autoridade policial, sob a alegação de que J.F.H. demonstrava comportamento suspeito.

J.F.H. estava em saída precária do Estabelecimento Prisional do Porto, onde reside atualmente e cumpre pena após ter sido condenado por arranhar e amassar um veículo, destruindo-o.

1. Como avalia a **probabilidade** de J.F.H. ter **sentido** cada uma das oito emoções abaixo?

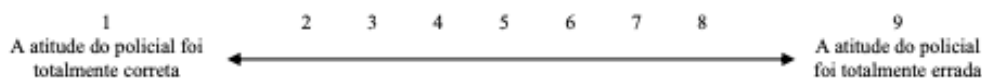
	Probabilidade				
	Muito baixa	Baixa	Moderada	Alta	Muito alta
Resignação					
Desprezo					
Agressividade					
Submissão					
Coragem					
Esperança					
Curiosidade					
Ódio					

2. Tendo em conta o que leu do cenário, até que ponto pensa que cada uma das palavras abaixo pode ser utilizada para descrever J.F.H.?

	Não descreve em absoluto	Descreve mal	Neutra	Descreve bem	Descreve perfeitamente
Cidadão					
Bicho					
Selvagem					
Humano					
Dócil					
Bárbaro					
Feroz					
Racional					

3. Na sua opinião, como classifica a conduta da autoridade policial ao agredir o indivíduo J.F.H, numa escala de 1 até 9?

Para fins de orientação, considere que:



1	2	3	4	5	6	7	8	9

Chegamos ao fim do questionário. Muito obrigada por sua participação!

Parte 3 – Por favor, considere o seguinte cenário para responder às questões desta página.

O indivíduo J.F.H (nome fictício) estava a sair de uma estação do metro no Porto e foi fisicamente agredido com chutos e socos por uma autoridade policial, sob a alegação de que J.F.H. demonstrava comportamento suspeito.

J.F.H. estava em saída precária do Estabelecimento Prisional do Porto, onde reside atualmente e cumpre pena após ter sido condenado por vender droga considerada ilícita por lei.

1. Como avalia a **probabilidade** de J.F.H. ter **sentido** cada uma das oito emoções abaixo?

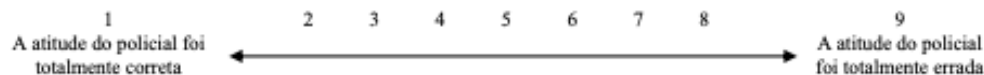
	Probabilidade				
	Muito baixa	Baixa	Moderada	Alta	Muito alta
Agressividade					
Submissão					
Coragem					
Curiosidade					
Esperança					
Ódio					
Resignação					
Desprezo					

2. Tendo em conta o que leu do cenário, até que ponto pensa que cada uma das palavras abaixo pode ser utilizada para descrever J.F.H.?

	Não descreve em absoluto	Descreve mal	Neutra	Descreve bem	Descreve perfeitamente
Cidadão					
Bárbaro					
Racional					
Humano					
Dócil					
Feroz					
Selvagem					
Bicho					

3. Na sua opinião, **como classifica a conduta da autoridade policial** ao agredir o indivíduo J.F.H, numa escala de 1 até 9?

Para fins de orientação, considere que:



1	2	3	4	5	6	7	8	9

Chegamos ao fim do questionário. Muito obrigada por sua participação!

ANEXO III – TABELAS DO ESTUDO PRINCIPAL

Anexo III-A: Frequências

				Cenário experimentais						
				Não recluso	Dano	Tráfico	Corrupção	Roubo	Homicídio	Pedofilia
				N	N	N	N	N	N	N
Gênero	Feminino	Área de conhecimento	Humanas	18	17	20	22	14	18	15
			Exatas	8	9	9	8	6	10	7
			Biomédicas	19	15	14	14	16	19	13
			Criminologia	7	5	10	6	5	8	8
	Masculino	Área de conhecimento	Humanas	9	6	4	4	9	3	8
			Exatas	3	7	7	6	9	6	9
			Biomédicas	9	10	10	11	9	7	12
			Criminologia	2	1	0	2	3	3	3
	Outro	Área de conhecimento	Humanas	0	0	0	0	0	0	0
			Exatas	0	0	0	0	0	0	0
			Biomédicas	0	0	1	1	0	0	0
			Criminologia	0	0	1	0	0	0	0

Anexo III-B: Análises de validade e fiabilidade dos instrumentos

Anexo III-B.1

Consistência interna da SDO7 (16 itens: $n=466$, $M=37,31$, $DP=15,33$, $\alpha=,862$)

	M (itens)	DP (itens)	Média da escala se item deletado	Variância da escala se item deletado	Alfa se item deletado
SDO pro-dominance 1	2,72	1,796	34,60	206,353	,854
SDO pro-dominance 2	2,79	1,828	34,53	197,820	,846
SDO pro-dominance 3	3,01	1,907	34,30	199,764	,849
SDO pro-dominance 4	2,00	1,619	35,32	209,468	,854
SDO con-dominance1	2,39	1,818	34,92	214,837	,863
SDO con-dominance2	2,45	1,798	34,87	207,952	,856
SDO con-dominance3	2,61	1,825	34,71	213,381	,862
SDO con-dominance4	2,97	1,937	34,34	210,703	,861
SDO pro-antiegalt1	1,98	1,563	35,33	209,694	,854
SDO pro-antiegalt2	1,84	1,485	35,48	211,828	,855
SDO pro-antiegalt3	2,73	1,860	34,58	203,978	,853
SDO pro-antiegalt4	2,43	1,719	34,88	205,121	,852
SDO con-antiegalt1	1,63	1,299	35,68	212,913	,853
SDO con-antiegalt2	1,88	1,388	35,43	209,798	,851
SDO con-antiegalt3	1,77	1,330	35,55	212,786	,854
SDO con-antiegalt4	2,12	1,464	35,19	206,936	,849

Anexo III-B.2

Consistência interna da escala de Infracriminalização – subdimensão emocional (8 itens: n=486; M=22,86, DP= 3,518; α =.357)

	M	DP	Média da escala se item deletado	Variância da escala se item deletado	Alfa de <i>Cronbach</i> se item deletado
Ódio	1,71	,846	21,14	10,444	,297
Agressividade	2,09	,967	20,77	10,270	,307
Desprezo	1,96	1,012	20,90	9,940	,289
Submissão	2,59	1,117	20,26	9,988	,319
Esperança	4,34	,944	18,52	11,508	,395
Coragem	3,60	1,056	19,26	11,157	,394
Curiosidade	3,88	1,145	18,98	9,952	,323
Resignação	2,69	1,123	20,17	9,496	,277

Anexo III-B.3

Análise fatorial – Matriz de componentes ^a da subescala emocional de infrahumanização

	Componente			<i>n</i>	Valência (média)	Alfa de <i>Cronbach</i> se item deletado
	1	2	3			
Agressividade	,770			486	1,63	,307
Ódio	,742			486	1,34	,297
Desprezo	,702			486	1,83	,289
Coragem		,738		486	8,24	,394
Esperança		,718		486	8,34	,395
Curiosidade		,657		486	6,90	,323
Submissão			,777	486	1,97	,319
Resignação			,776	486	4,07	,277

Método de extração: Análise do Componente Principal. Método de rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergente em 4 iterações

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,664
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	392,883
	df	28
	Sig.	<,001

Total Variance Explained

Factor	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,120	26,497	26,497	1,486	18,578	18,578	1,072	13,394	13,394
2	1,377	17,217	43,713	,684	8,550	27,128	,869	10,859	24,253
3	1,125	14,058	57,771	,476	5,948	33,076	,706	8,823	33,076
4	,798	9,976	67,747						
5	,752	9,403	77,150						
6	,670	8,380	85,530						
7	,598	7,478	93,007						
8	,559	6,993	100,000						

Extraction Method: Maximum Likelihood.

Factor Matrix^a

	Factor		
	1	2	3
Ódio	,598	,182	-,215
Agressivida de	,490	,165	-,267
Desprezo	,473	,204	-,131
Submissão	,413	,166	,464
Esperança	-,489	,429	,031
Coragem	-,391	,406	-,182
Curiosidade	-,146	,364	,059
Resignação	,285	,271	,298

Extraction Method: Maximum Likelihood.

a. 3 factors extracted. 5 iterations required.

Anexo III-B.4

Consistência interna da escala de Infrahumanização – subdimensão léxica (8 itens: $n=489$; $M=19,37$, $DP=4,40$; $\alpha=,498$)

	M	DP	Média da escala se item deletado	Variância da escala se item deletado	Alfa de <i>Cronbach</i> se item deletado
Humano (+)	1,93	1,246	17,43	12,351	,282
Cidadão (+)	1,92	1,196	17,44	12,529	,283
Racional (+)	2,99	1,175	16,37	14,591	,404
Bárbaro (-)	3,80	1,240	15,56	27,226	,765
Feroz (-)	2,32	1,144	17,04	14,072	,370
Selvagem (-)	2,15	1,207	17,21	12,766	,302
Bicho (-)	1,92	1,182	17,44	12,780	,297
Dócil (+)	2,32	,924	17,04	20,802	,602

Anexo III-B.5

Análise fatorial – Matriz de componentes ^a da subescala léxica de infrahumanização (8 itens)

	Componente		<i>n</i>	Valência (média)	Alfa de <i>Cronbach</i> se item deletado
	1	2			
Selvagem (-)	-,852		486	3,86	,282
Bárbaro(-)	-,823		486	3,20	,283
Bicho(-)	,810		486	2,24	,404
Cidadão(+)	,755		486	4,90	,765
Humano(+)	,750		486	7,58	,370
Feroz(-)	,688	,463	486	7,32	,302
Racional(+)	,606	-,466	486	7,76	,297
Dócil(+)	-,339	,703	486	7,41	,602

Método de extração: Análise de Componentes Principais. Método de rotação: Varimax com Normalização de Kaiser. a. Rotação convergente em 3 iterações

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,859
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	1841,256
	df	28
	Sig.	,000

Total Variance Explained

Factor	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,146	51,819	51,819	3,780	47,256	47,256	2,410	30,121	30,121
2	1,155	14,432	66,251	,645	8,057	55,313	2,015	25,192	55,313
3	,824	10,304	76,555						
4	,582	7,275	83,830						
5	,418	5,221	89,051						
6	,370	4,631	93,682						
7	,283	3,538	97,221						
8	,222	2,779	100,000						

Extraction Method: Maximum Likelihood.

Factor Matrix^a

	Factor	
	1	2
Humano (+)	,735	,416
Cidadão (+)	,735	,434
Racional (+)	,511	,155
Bárbaro (-)	-,801	,263
Feroz (-)	,649	-,312
Selvagem (-)	,851	-,252
Bicho (-)	,763	-,120
Dócil (+)	-,261	-,122

Extraction Method: Maximum Likelihood.

a. 2 factors extracted. 4 iterations required.

Tabela III-B.6

Consistência interna da escala de Infracomunização – subdimensão léxica (6 itens: $n=496$; $M=13,29$, $DP=5,42$; $\alpha=.847$)

	M	DP	Média da escala se item deletado	Variância da escala se item deletado	Alfa de <i>Cronbach</i> se item deletado
Humano (+)	1,94	1,25	11,35	20,40	,816
Cidadão (+)	1,94	1,21	11,35	20,51	,812
Racional (+)	2,99	1,18	10,30	22,68	,850
Feroz (-)	2,33	1,15	10,96	22,19	,837
Selvagem (-)	2,15	1,21	11,14	20,06	,802
Bicho (-)	1,93	1,92	11,36	20,40	,807

Tabela III-B.7

Análise fatorial – Matriz de componentes ^a da subescala léxica de infrahumanização (6 itens)

	Componente		Valência	Alfa de Cronbach se item
	1	<i>n</i>	(média)	deletado
Selvagem (-)	,832	496	3,86	,816
Bicho(-)	,816	496	2,24	,812
Cidadão(+)	,790	496	4,90	,850
Humano(+)	,778	496	7,58	,837
Feroz(-)	,685	496	7,32	,802
Racional(+)	,604	496	7,76	,807

Método de extração: Análise de Componentes Principais. Método de rotação: Varimax com Normalização de Kaiser. a. Rotação convergente em 3 iterações

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,811
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	1300,688
	df	15
	Sig.	<,001

Total Variance Explained

Factor	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,422	57,038	57,038	3,054	50,898	50,898	1,818	30,292	30,292
2	,915	15,243	72,281	,546	9,105	60,003	1,783	29,711	60,003
3	,673	11,219	83,500						
4	,404	6,730	90,229						
5	,341	5,679	95,908						
6	,246	4,092	100,000						

Extraction Method: Maximum Likelihood.

Factor Matrix^a

	Factor	
	1	2
Humano (+)	,780	-,348
Cidadão (+)	,777	-,325
Racional (+)	,503	-,083
Feroz (-)	,616	,411
Selvagem (-)	,803	,301
Bicho (-)	,751	,231

Extraction Method: Maximum Likelihood.

a. 2 factors extracted. 4 iterations required.

Anexo III-C: Teste-t para amostras independentes (hipótese 1-a)

Estatísticas de grupo

		N	M	DP	Média de erro padrão
Gravidade percebida	Não recluso	76	8,01	1,40	1,61
	Recluso	429	7,52	1,96	,094

Teste-T para amostras independentes -

		Teste Levene para igualdade de variâncias		Teste-t para igualdade de médias						Cohen's <i>d</i>
		F	Sig.	t	df	Sig (2-t)	Diferença média	Erro padrão da diferença	95%IC da diferença	
Infrahumanização (léxica)	Variâncias iguais assumidas	14,54	<,001	2,126	503	,034	,498	,234	[,038 ,958]	,353
	Variâncias iguais não assumidas			2,674	132,968	,008	,498	,186	[,130 ,866]	

Anexo III-D: Teste-t para amostras independentes (hipótese 1-b)

Estatísticas de grupo

		N	M	DP	Média de erro padrão
Infrahumanização (léxica)	Não recluso	76	9,84	4,53	,52
	Recluso	428	13,79	5,39	,260

Teste-T para amostras independentes -

		Teste Levene para igualdade de variâncias		Teste-t para igualdade de médias						Cohen's <i>d</i>
		F	Sig.	t	df	Sig. ^a	Diferença média	Erro padrão da diferença	95%IC da diferença	
Infrahumanização (léxica)	Variâncias iguais assumidas	10,48	,001	-6,02	502	<,001	-3,95	,656	[-5,23 -2,66]	,793
	Variâncias iguais não assumidas			-6,79	116,102	<,001	-3,95	,581	[-5,1 -2,79]	

a. 2 extremidades

Anexo III-E: ANOVA Cenários de reclusos e gravidade (hipótese 2-a)

ANOVA

Gravidade percebida

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	47,766	5	9,553	2,546	,028
Within Groups	1587,386	423	3,753		
Total	1635,152	428			

ANOVA Effect Sizes^{a,b}

		Point Estimate	95% Confidence Interval	
			Lower	Upper
valores de gravidade	Eta-squared	,029	,000	,057
apenas para cenários de reclusos	Epsilon-squared	,018	-,012	,045
	Omega-squared Fixed- effect	,018	-,012	,045
	Omega-squared Random- effect	,004	-,002	,009

a. Eta-squared and Epsilon-squared are estimated based on the fixed-effect model.

b. Negative but less biased estimates are retained, not rounded to zero.

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Gravidade percebida (Bonferroni)

(I) Cenários	(J) Cenários	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
dano	tráfico	,432	,322	1,000	-,52	1,38
	corrupção	,374	,326	1,000	-,59	1,34
	roubo	,642	,329	,769	-,33	1,61
	homicídio	,221	,326	1,000	-,74	1,18
	pedofilia	1,071*	,329	,018	,10	2,04
tráfico	dano	-,432	,322	1,000	-1,38	,52
	corrupção	-,058	,319	1,000	-1,00	,88
	roubo	,211	,321	1,000	-,74	1,16
	homicídio	-,211	,319	1,000	-1,15	,73
	pedofilia	,639	,321	,704	-,31	1,59
corrupção	dano	-,374	,326	1,000	-1,34	,59
	tráfico	,058	,319	1,000	-,88	1,00
	roubo	,269	,325	1,000	-,69	1,23
	homicídio	-,153	,323	1,000	-1,11	,80
	pedofilia	,697	,325	,489	-,26	1,66
roubo	dano	-,642	,329	,769	-1,61	,33
	tráfico	-,211	,321	1,000	-1,16	,74
	corrupção	-,269	,325	1,000	-1,23	,69
	homicídio	-,421	,325	1,000	-1,38	,54
	pedofilia	,429	,327	1,000	-,54	1,40
homicídio	dano	-,221	,326	1,000	-1,18	,74
	tráfico	,211	,319	1,000	-,73	1,15
	corrupção	,153	,323	1,000	-,80	1,11
	roubo	,421	,325	1,000	-,54	1,38
	pedofilia	,850	,325	,139	-,11	1,81
pedofilia	dano	-1,071*	,329	,018	-2,04	-,10
	tráfico	-,639	,321	,704	-1,59	,31
	corrupção	-,697	,325	,489	-1,66	,26
	roubo	-,429	,327	1,000	-1,40	,54
	homicídio	-,850	,325	,139	-1,81	,11

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

**Anexo III-F: ANOVA Cenários de reclusos e infrahumanização léxica
(hipótese 2-b)**

ANOVA

Gravidade percebida

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	2404,47	5	480,894	20,369	<,001
Within Groups	10033,77	425	23,609		
Total	12438,24	430			

ANOVA Effect Sizes^a

		Point Estimate	95% Confidence Interval	
			Lower	Upper
Medidas de INFRA-C apenas para reclusos	Eta-squared	,193	,123	,250
	Epsilon-squared	,184	,113	,241
	Omega-squared Fixed- effect	,183	,113	,241
	Omega-squared Random- effect	,043	,025	,060

a. Eta-squared and Epsilon-squared are estimated based on the fixed-effect model.

Comparações múltiplas – Bonferroni

Dependent Variable: Gravidade percebida

(I) Cenários	(J) Cenários	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
dano	tráfico	1,049	,322	1,000	-1,34	3,43
	corrupção	-,718	,326	1,000	-3,13	1,69
	roubo	-1,452	,329	1,000	-3,88	,98
	homicídio	-1,109	,326	1,000	-3,53	1,31
	pedofilia	-6,397*	,329	<,001	-8,82	-3,97
tráfico	dano	-1,049	,322	1,000	-3,43	1,34
	corrupção	-1,767	,319	,404	-4,12	,58
	roubo	-2,501*	,321	,030	-4,88	-,12
	homicídio	-2,158	,319	,108	-4,52	,20
	pedofilia	-7,447*	,321	<,001	-9,81	-5,08
corrupção	dano	,718	,326	1,000	-1,69	3,13
	tráfico	1,767	,319	,404	-,58	4,12
	roubo	-,733	,325	1,000	-3,13	1,67
	homicídio	-,390	,323	1,000	-2,77	1,99
	pedofilia	-5,679*	,325	<,001	-8,07	-3,29
roubo	dano	1,452	,329	1,000	-,98	3,88
	tráfico	2,501*	,321	,030	,12	4,88
	corrupção	,733	,325	1,000	-1,67	3,13
	homicídio	,343	,325	1,000	-2,06	2,75
	pedofilia	-4,946*	,327	<,001	-7,36	-2,53
homicídio	dano	1,109	,326	1,000	-1,31	3,53
	tráfico	2,158	,319	,108	-,20	4,52
	corrupção	,390	,323	1,000	-1,99	2,77
	roubo	-,343	,325	1,000	-2,75	2,06
	pedofilia	-5,289*	,325	<,001	-7,69	-2,89
pedofilia	dano	6,397*	,329	<,001	3,97	8,82
	tráfico	7,447*	,321	<,001	5,08	9,81
	corrupção	5,679*	,325	<,001	3,29	8,07
	roubo	4,946*	,327	<,001	2,53	7,36
	homicídio	5,289*	,325	<,001	2,89	7,69

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

Anexo III-G: Regressão linear para análise do efeito mediador da Infrahumanização sobre a relação entre o estatuto da vítima e a gravidade percebida da agressão. (Hipótese 1-d)

Anexo III-G.1

Regressão linear - Modelo parcial (estatuto da vítima X gravidade percebida da agressão)

Modelo	t	B	β	B 95% IC	F	df	R ²
Modelo parcial 1 ^a					4,52*	1, 503	,009
(Constante)	19,29**	8,51		[7,64 9,38]			
Estatuto da vítima	-2,13*	-,50	,094	[-,96 -,04]			
Modelo parcial 2 ^b					36,62**	1, 505	,068
(Constante)	4,77**	5,88		[3,46 8,30]			
Estatuto da vítima	6,05**	3,96	,26	[2,68 5,25]			
Modelo parcial 3 ^c					56,36**	1, 502	,101
(Constante)	43,17**	9,04		[8,63 9,45]			
Infrahumanização	-7,51**	-,11	,32	[-,14 -,08]			

Notas: a. Preditor: Gravidade percebida da agressão. b. Preditor: Infrahumanização (léxica). c. Preditor: Gravidade percebida da agressão.

* *p*-value <,05 (,034). ***p*-value <,001

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,094 ^a	,009	,007	1,882

a. Predictors: (Constant), Estatuto da vítima

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	16,012	1	16,012	4,519	,034 ^b
	Residual	1782,138	503	3,543		
	Total	1798,150	504			

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

b. Predictors: (Constant), Estatuto da vítima

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients	Standardized Coefficients	95.0% Confidence Interval for B			
		B	Beta	t	Sig.	Lower Bound	Upper Bound
1	(Constant)	8,511		19,287	<,001	7,644	9,378
	Estatuto da vítima	-,498	-,094	-2,126	,034	-,958	-,038

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

Anexo III-G.2:*Regressão linear – Modelo parcial (estatuto da vítima X infrahumanização)**Model Summary*

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,260 ^a	,068	,066	5,261

a. Predictors: (Constante), Estatuto da vítima

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1013,496	1	1013,496	36,615	<,001 ^b
	Residual	13978,342	505	27,680		
	Total	14991,838	506			

a. Dependent Variable: Infrahumanização (léxica)

b. Predictors: (Constante), Estatuto da vítima

Coefficients^a

Coefficients							
	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		95.0% Confidence Interval for B		
		Std. Error				Lower Bound	Upper Bound
Model	B		Beta	t	Sig.		
1 (Constante)	5,881	1,233		4,769	<,001	3,458	8,304
Estatuto da vítima	3,961	,655	,260	6,051	<,001	2,675	5,247

a. Dependent Variable: Infrahumanização (léxica)

Anexo III-G.3:*Regressão linear – Modelo parcial (infrachumanização X gravidade percebida da agressão)**Model Summary*

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,318 ^a	,101	,099	1,794

a. Predictors: (Constante), Infrachumanização (léxica)

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	181,311	1	181,311	56,363	<,001 ^b
	Residual	1614,848	502	3,217		
	Total	1796,159	503			

a. Dependent Variable: Gravidade percebida da agressão

b. Predictors: (Constante), Infrachumanização (léxica)

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		Sig.	95.0% Confidence Interval for B	
	B	Std. Error	Beta	t		Lower Bound	Upper Bound
1 (Constante)	9,041	,209		43,172	<,001	8,629	9,452
Infrachumanização	-,110	,015	-,318	-7,508	<,001	-,139	-,081

a. Dependent Variable: Gravidade percebida da agressão

Anexo III-G.4:

Regressão linear – Modelo de Mediação (estatuto da vítima x infrahumanização x gravidade percebida da agressão)

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	,095 ^a	,009	,007	1,883	,009	4,577	1	502	,033
2	,318 ^b	,101	,098	1,795	,092	51,322	1	501	<,001

a. Predictors: (Constante), Estatuto da vítima

b. Predictors: (Constant), Estatuto da vítima, Infrahumanização (léxica)

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	16,230	1	16,230	4,577	,033 ^b
	Residual	1779,928	502	3,546		
	Total	1796,159	503			
2	Regression	181,621	2	90,810	28,179	<,001 ^c
	Residual	1614,538	501	3,223		
	Total	1796,159	503			

a. Dependent Variable: Gravidade percebida da agressão

b. Predictors: (Constante), Estatuto da vítima

c. Predictors: (Constant), Estatuto da vítima, Infrahumanização (léxica)

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		95.0% Confidence Interval for B	
		B	Std. Error	Beta	t	Sig.	
1	(Constante)	8,515	,441		19,287	<,001	7,647 9,382
	Estatuto da vítima	-,501	,234	-,095	-2,140	,033	-,962 -,041
2	(Constant)	9,157	,430		21,279	<,001	8,312 10,002
	Estatuto da vítima	-,072	,231	-,014	-,310	,757	-,526 ,383
	Infrahumanização	-,109	,015	-,314	-7,164	<,001	-,139 -,079

a. Dependent Variable: Gravidade percebida da agressão

Anexo III-G.5:

*Regressão linear – Modelo de Mediação com a macro PROCESS
(estatuto da vítima x infrahumanização x gravidade percebida da agressão)*

Run MATRIX procedure:

***** PROCESS Procedure for SPSS Version 4.1 *****

Written by Andrew F. Hayes, Ph.D. www.afhayes.com
Documentation available in Hayes (2022). www.guilford.com/p/hayes3

Model : 4

Y : Gravidade
X : Estatuto da Vítima
M : Infrahumanização

Sample

Size: 504

OUTCOME VARIABLE: Infrahumanização

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,2593	,0672	27,7645	36,1820	1,0000	502,0000	,0000

Model

	Coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constante		5,8968	1,2354	4,7733	,0000	3,4697 8,3240
Estatuto da vítima	3,9453	,6559	6,0151	,0000	2,6566	5,2339

Standardized coefficients

	coeff
Estatuto da vítima	,7239

Covariance matrix of regression parameter estimates:

	constante	Estatuto da vítima
constante	1,5262	-,7955
Estatuto da vítima	-,7955	,4302

OUTCOME VARIABLE: Gravidade

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,3180	,1011	3,2226	28,1789	2,0000	501,0000	,0000

Model

	coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constante		9,1570	,4303	21,2791	,0000	8,3115 10,0025
Estatuto da vítima	-,0717	,2314	-,3099	,7568	-,5263	,3829
Infrahumanização	-,1089	,0152	-7,1639	,0000	-,1388	-,0791

Standardized coefficients

	coeff
Estatuto da vítima	-,0379
Infrahumanização (léxica)	-,3142

Test(s) of X by M interaction:

F	df1	df2	p
,6340	1,0000	500,0000	,4263

***** TOTAL EFFECT MODEL *****

OUTCOME VARIABLE: Gravidade

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,0951	,0090	3,5457	4,5775	1,0000	502,0000	,0329

Model

	coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constante		8,5146	,4415	19,2869	,0000	7,6473 9,3820
Estatuto da Vítima	-,5015	,2344	-2,1395	,0329	-,9620	-,0410

Standardized coefficients

	coeff
Estatuto da Vítima	-,2654

***** TOTAL, DIRECT, AND INDIRECT EFFECTS OF X ON Y *****

Total effect of X on Y

Effect	se	t	p	LLCI	ULCI	c_ps
-,5015	,2344	-2,1395	,0329	-,9620	-,0410	-,2654

Direct effect of X on Y

Effect	se	t	p	LLCI	ULCI	c'_ps
-,0717	,2314	-,3099	,7568	-,5263	,3829	-,0379

Indirect effect(s) of X on Y:

	Effect	BootSE	BootLLCI	BootULCI
Infrahumanização	-,4298	,0961	-,6341	-,2536

Partially standardized indirect effect(s) of X on Y:

	Effect	BootSE	BootLLCI	BootULCI
Infrahumanização	-,2274	,0495	-,3320	-,1366

***** ANALYSIS NOTES AND ERRORS *****

Level of confidence for all confidence intervals in output:

95,0000

Number of bootstrap samples for percentile bootstrap confidence intervals:

5000

NOTE: Standardized coefficients for dichotomous or multicategorical X are in partially standardized form.

----- END MATRIX -----

Anexo III-H: Regressão linear para análise do efeito moderador da SDO sobre o estatuto da vítima (Hipótese 1-e)

Variables Entered/Removed^a

Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	TotalMedidasSDO, Cenário dicotômico para PROCESS ^b	.	Enter
2	cenXsdo ^b	.	Enter

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

b. All requested variables entered.

Model Summary

Model	R	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				Sig. F Change
				R Square Change	F Change	df1	df2	
1	,077 ^a	,006	1,892	,006	1,495	2	498	,225
2	,077 ^b	,006	1,894	,000	,011	1	497	,916

a. Predictors: (Constant), TotalMedidasSDO, Cenário dicotômico para PROCESS

b. Predictors: (Constant), TotalMedidasSDO, Cenário dicotômico para PROCESS, cenXsdo

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	10,706	2	5,353	1,495	,225 ^b
	Residual	1783,107	498	3,581		
	Total	1793,812	500			
2	Regression	10,746	3	3,582	,998	,393 ^c
	Residual	1783,066	497	3,588		
	Total	1793,812	500			

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

b. Predictors: (Constant), TotalMedidasSDO, Cenário dicotômico para PROCESS

c. Predictors: (Constant), TotalMedidasSDO, Cenário dicotômico para PROCESS, cenXsdo

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	8,419	,492		17,126	<,001
	Cenário dicotômico para PROCESS	-,381	,237	-,072	-1,607	,109
	TotalMedidasSDO	-,004	,006	-,028	-,638	,524
2	(Constant)	8,300	1,221		6,797	<,001
	Cenário dicotômico para PROCESS	-,317	,645	-,060	-,492	,623
	TotalMedidasSDO	,000	,031	-,003	-,011	,991
	cenXsdo	-,002	,016	-,029	-,106	,916

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

Excluded Variables^a

Model		Beta In	t	Sig.	Partial Correlation	Collinearity Statistics
						Tolerance
1	cenXsdo	-,029 ^b	-,106	,916	-,005	,027

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

b. Predictors in the Model: (Constant), TotalMedidasSDO, Cenário dicotômico para PROCESS

Run MATRIX procedure:

***** PROCESS Procedure for SPSS Version 4.1 *****

Written by Andrew F. Hayes, Ph.D. www.afhayes.com
Documentation available in Hayes (2022). www.guilford.com/p/hayes3

Model: 1

Y: Gravity
X: Cen_dic
W: SDOtot

Sample
Size: 501

OUTCOME VARIABLE:
Gravity

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,0774	,0060	3,5877	,9984	3,0000	497,0000	,3933

Model

	coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constant	7,5828	,0846	89,6076	,0000	7,4166	7,7491

Cen_dic	-,3808	,2372	-1,6056	,1090	-,8468	,0852
SDOtot	-,0035	,0055	-,6325	,5273	-,0144	,0074
Int_1	-,0017	,0161	-,1058	,9158	-,0334	,0300

Product terms key:

Int_1: Cen_dic x SDOtot

Test(s) of highest order unconditional interaction(s):

	R2-chng	F	df1	df2	p
X*W	,0000	,0112	1,0000	497,0000	,9158

Focal predict: Cen_dic (X)

Mod var: SDOtot (W)

Data for visualizing the conditional effect of the focal predictor:

Paste text below into a SPSS syntax window and execute to produce plot.

DATA LIST FREE/

Cen_dic SDOtot Gravity.

BEGIN DATA.

-,8503 -15,1776 7,9378

,1497 -15,1776 7,5829

-,8503 -3,1776 7,9132

,1497 -3,1776 7,5378

-,8503 15,8224 7,8742

,1497 15,8224 7,4663

END DATA.

GRAPH/SCATTERPLOT=

SDOtot WITH Gravity BY Cen_dic.

***** ANALYSIS NOTES AND ERRORS *****

Level of confidence for all confidence intervals in output:

95,0000

NOTE: The following variables were mean centered prior to analysis:

SDOtot Cen_dic

----- END MATRIX -----

Anexo III-I: Regressão linear para análise do efeito mediador da Infrahumanização sobre a relação entre a gravidade do crime cometido e a gravidade percebida da agressão. (Hipótese 2-d)

Anexo III-I.1:

Regressão linear - Modelo parcial (gravidade do crime X gravidade percebida da agressão)

Modelo	t	B	β	B 95% IC	F	df	R ²
Modelo parcial 1 ^a					6,43*	1, 427	,015
(Constante)	37,35**	8,00		[7,58 8,43]			
Gravidade do crime	-2,54*	-,14	-,122	[-,25 -,03]			
Modelo parcial 2 ^b					62,55**	1, 429	,127
(Constante)	17,79**	9,86		[8,77 10,95]			
Gravidade do crime	7,91**	1,13	,36	[,85 1,41]			
Modelo parcial 3 ^c					56,36**	1, 502	,101
(Constante)	43,17**	9,04		[8,63 9,45]			
Infrahumanização	-7,51**	-,11	,32	[-,14 -,08]			

Notas: a. Preditor: Gravidade percebida da agressão.

b. Preditor: Infrahumanização (léxica).

c. Preditor: Gravidade percebida da agressão.

* *p-value* <,05 (,012). ***p-value* <,001

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,122 ^a	,015	,013	1,942

a. Predictors: (Constant), Gravidade do crime

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	24,242	1	24,242	6,426	,012 ^b
	Residual	1610,910	427	3,773		
	Total	1635,152	428			

a. Dependent Variable: Gravidade percebida da agressão

b. Predictors: (Constant), Gravidade do crime

Coefficients^a

		Unstandardized Coefficients	Standardized Coefficients	95.0% Confidence Interval for B			
		B	Std. Error	Beta	t	Sig.	
Model							
1	(Constant)	8,004	,214		37,348	<,001	
	Gravidade do crime	-,140	,055	-,122	-2,535	,012	

a. Dependent Variable: Gravidade percebida da agressão

Anexo III-I.2:*Regressão linear – Modelo parcial (gravidade do crime X infrahumanização)**Model Summary*

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,357 ^a	,127	,125	5,030

a. Predictors: (Constant), Gravidade do crime

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1582,675	1	1582,675	62,546	<,001 ^b
	Residual	10855,562	429	25,304		
	Total	12438,237	430			

a. Dependent Variable: Infrahumanização (léxica)

b. Predictors: (Constant), Gravidade do crime

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		95.0% Confidence Interval for B	
		B	Std. Error	Beta	t	Sig.	
1	(Constant)	9,861	,554		17,794	<,001	8,772 10,950
	Gravidade do crime	1,128	,143	,357	7,909	<,001	,848 1,408

a. Dependent Variable: Infrahumanização (léxica)

Anexo III-I.3:*Regressão linear – Modelo parcial (infrachumanização X gravidade percebida da agressão)**Model Summary*

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,312 ^a	,097	,096	1,860

a. Predictors: (Constant), Infrachumanização (léxica)

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	158,872	1	158,872	45,913	<,001 ^b
	Residual	1474,070	426	3,640		
	Total	1632,942	427			

a. Dependent Variable: Gravidade percebida da agressão

b. Predictors: (Constant), Infrachumanização (léxica)

Coefficients^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		Sig.	95.0% Confidence Interval for B	
	B	Std. Error	Beta	t		Lower Bound	Upper Bound
1 (Constant)	9,072	,247		36,691	<,001	8,586	9,558
Infrachumanização	-,113	,017	-,312	-6,776	<,001	-,146	-,080

a. Dependent Variable: Gravidade percebida da agressão

Anexo III-I.4:

Regressão linear – Modelo de Mediação (gravidade do crime x infrahumanização x gravidade percebida da agressão)

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	,122 ^a	,015	,013	1,943	,015	6,478	1	426	,011
2	,312 ^b	,097	,093	1,862	,082	38,831	1	425	<,001

a. Predictors: (Constant), Gravidade percebida da agressão

b. Predictors: (Constant), Gravidade percebida da agressão, Infrahumanização (léxica)

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	24,460	1	24,460	6,478	,011 ^b
	Residual	1608,482	426	3,776		
	Total	1632,942	427			
2	Regression	159,118	2	79,559	22,942	<,001 ^c
	Residual	1473,824	425	3,468		
	Total	1632,942	427			

a. Dependent Variable: Gravidade percebida da agressão

b. Predictors: (Constant), Gravidade percebida da agressão

c. Predictors: (Constant), Gravidade percebida da agressão, Infrahumanização (léxica)

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		Sig.	95.0% Confidence Interval for B	
		B	Std. Error	Beta	t		Lower Bound	Upper Bound
1	(Constant)	8,002	,214		37,324	<,001	7,581	8,424
	Apenas cenários de reclusos	-,141	,055	-,122	-2,545	,011	-,249	-,032
2	(Constant)	9,102	,271		33,607	<,001	8,569	9,634
	Apenas cenários de reclusos	-,015	,057	-,013	-,267	,790	-,126	,096
	INFRA_C	-,112	,018	-,307	-6,231	<,001	-,147	-,076

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

Anexo III-I.5:

Regressão linear – Modelo de Mediação com a macro PROCESS
(gravidade do crime x infrahumanização x gravidade percebida da agressão)

Run MATRIX procedure:

***** PROCESS Procedure for SPSS Version 4.1 *****

Written by Andrew F. Hayes, Ph.D. www.afhayes.com
Documentation available in Hayes (2022). www.guilford.com/p/hayes3

Model : 4

Y : Gravidade percebida da agressão

X : Gravidade do crime

M : Infrahumanização

Sample

Size: 428

OUTCOME VARIABLE: Infrahumanização

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,3556	,1264	25,4229	61,6561	1,0000	426,0000	,0000

Model

	coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constante	,8606	,5563	17,7245	,0000	8,7671	10,9540
Gravidade do crime	1,1257	,1434	7,8521	,0000	,8439	1,4075

Standardized coefficients

	coeff
Gravidade do crime	,3556

OUTCOME VARIABLE: Gravidade da agressão

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,3122	,0974	3,4678	22,9421	2,0000	425,0000	,0000

Model

	coeff (B)	se	t	p	LLCI	ULCI
constante	9,1017	,2708	33,6065	,0000	8,5694	9,6341
Gravidade do crime	-,0151	,0567	-,2665	,7900	-,1264	,0963
Infrahumanização	-,1115	,0179	-6,2314	,0000	-,1467	-,0763

Standardized coefficients

	Coeff(β)
Gravidade do crime	-,0131
Infrahumanização	-,3072

Test(s) of X by M interaction:

F	df1	df2	p
,1040	1,0000	424,0000	,7472

***** TOTAL EFFECT MODEL *****

OUTCOME VARIABLE: Gravidade da agressão

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,1224	,0150	3,7758	6,4782	1,0000	426,0000	,0113

Model

	coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constante	8,0022	,2144	37,3243	,0000	7,5808	8,4236
Gravidade do crime	-,1406	,0552	-2,5452	,0113	-,2492	-,0320

Standardized coefficients

	coeff
Gravidade do crime	-,1224

***** CORRELATIONS BETWEEN MODEL RESIDUALS *****

	Infrahumanização	Gravidade da agressão
Infrahumanização	1,0000	,0000
Gravidade da agressão	,0000	1,0000

***** TOTAL, DIRECT, AND INDIRECT EFFECTS OF X ON Y *****

Total effect of X on Y

Effect	se	t	p	LLCI	ULCI	c_cs
-,1406	,0552	-2,5452	,0113	-,2492	-,0320	-,1224

Direct effect of X on Y

Effect	se	t	p	LLCI	ULCI	c'_cs
-,0151	,0567	-,2665	,7900	-,1264	,0963	-,0131

Indirect effect(s) of X on Y:

	Effect	BootSE	BootLLCI	BootULCI
Infrahumanização	-,1255	,0288	-,1862	-,0749

Completely standardized indirect effect(s) of X on Y:

	Effect	BootSE	BootLLCI	BootULCI
Infrahumanização	-,1092	,0246	-,1608	-,0661

***** BOOTSTRAP RESULTS FOR REGRESSION MODEL PARAMETERS *****

OUTCOME VARIABLE: Infrahumanização

	Coeff	BootMean	BootSE	BootLLCI	BootULCI
constante	9,8606	9,8491	,5433	8,8003	10,9154
Gravidade do crime	1,1257	1,1292	,1476	,8412	1,4134

OUTCOME VARIABLE: Gravidade

	Coeff	BootMean	BootSE	BootLLCI	BootULCI
constant	9,1017	9,1021	,2635	8,5807	9,6117
Gravidade do crime	-,0151	-,0136	,0585	-,1274	,1051
Infrahumanização	-,1115	-,1119	,0199	-,1512	-,0740

***** ANALYSIS NOTES AND ERRORS *****

Level of confidence for all confidence intervals in output:

95,0000

Number of bootstrap samples for percentile bootstrap confidence intervals:

5000

WARNING: Variables names longer than eight characters can produce incorrect output when some variables in the data file have the same first eight characters. Shorter variable names are recommended. By using this output, you are accepting all risk and consequences of interpreting or reporting results that may be incorrect.

----- END MATRIX -----

Anexo III-J: Regressão linear para análise do efeito moderador da SDO sobre a gravidade percebida do crime (Hipótese 2-e)

Model Summary^c

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	,311 ^a	,097	,093	1,862	,097	22,862	2	426	<,001
2	,316 ^b	,100	,093	1,861	,003	1,243	1	425	,266

a. Predictors: (Constant), Valores de SDO-Total apenas para reclusos, Apenas cenários de reclusos

b. Predictors: (Constant), Valores de SDO-Total apenas para reclusos, Apenas cenários de reclusos, Termo interação CenRec X SDO

c. Dependent Variable: valores de gravidade apenas para cenários de reclusos

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	158,497	2	79,249	22,862	<,001 ^b
	Residual	1476,654	426	3,466		
	Total	1635,152	428			
2	Regression	162,803	3	54,268	15,665	<,001 ^c
	Residual	1472,349	425	3,464		
	Total	1635,152	428			

a. Dependent Variable: valores de gravidade apenas para cenários de reclusos

b. Predictors: (Constant), Valores de SDO-Total apenas para reclusos, Apenas cenários de reclusos

c. Predictors: (Constant), Valores de SDO-Total apenas para reclusos, Apenas cenários de reclusos, Termo interação CenRec X SDO

Coefficients^a

Model		Unstandardized	Standardized	t	Sig.	95.0% Confidence	
		Coefficients	Coefficients			Interval for B	
		B	Std. Error			Lower Bound	Upper Bound
1	(Constant)	9,404	,305	30,863	<,001	8,805	10,003
	Apenas cenários de reclusos	-,149	,053	-2,821	,005	-,253	-,045
	Valores de SDO-Total apenas para reclusos	-,037	,006	-6,223	<,001	-,049	-,025
2	(Constant)	9,868	,515	19,149	<,001	8,855	10,880
	Apenas cenários de reclusos	-,285	,133	-2,149	,032	-,546	-,024
	Valores de SDO-Total apenas para reclusos	-,050	,013	-3,892	<,001	-,075	-,025
	Termo interação CenRec X SDO	,004	,003	1,115	,266	-,003	,010

a. Dependent Variable: valores de gravidade apenas para cenários de reclusos

Run MATRIX procedure:

***** PROCESS Procedure for SPSS Version 4.1 *****

Written by Andrew F. Hayes, Ph.D. www.afhayes.com
Documentation available in Hayes (2022). www.guilford.com/p/hayes3

Model : 1

Y : Gravidade → Gravidade percebida da agressão

X : CenRecl → Gravidade percebida do crime (apenas computados os cenários de reclusos)

W : SDOTotal → Medidas de SDO

Sample

Size: 429

OUTCOME VARIABLE:

Gravidade

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,3155	,0996	3,4644	15,6646	3,0000	425,0000	,0000

Model

	coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constant	9,8675	,5153	19,1494	,0000	8,8547	10,8804
CenRecl	-,2850	,1326	-2,1486	,0322	-,5456	-,0243
SDOTotal	-,0496	,0127	-3,8917	,0001	-,0746	-,0245
Int_1	,0037	,0033	1,1148	,2656	-,0028	,0102

Product terms key:

Int_1 : CenRecl x SDOTotal

Covariance matrix of regression parameter estimates:

	constant	CenRecl	SDOTotal	Int_1
constant	,2655	-,0606	-,0060	,0014
CenRecl	-,0606	,0176	,0014	-,0004
SDOTotal	-,0060	,0014	,0002	,0000
Int_1	,0014	-,0004	,0000	,0000

Test(s) of highest order unconditional interaction(s):

	R2-chng	F	df1	df2	p
X*W	,0026	1,2427	1,0000	425,0000	,2656

***** ANALYSIS NOTES AND ERRORS *****

Level of confidence for all confidence intervals in output:

95,0000

WARNING: Variables names longer than eight characters can produce incorrect output when some variables in the data file have the same first eight characters. Shorter variable names are recommended. By using this output, you are accepting all risk and consequences of interpreting or reporting results that may be incorrect.

----- END MATRIX -----

Anexo III-K: Regressão linear para análise do efeito moderador da SDO sobre a relação entre infrahumanização e gravidade da agressão contra o recluso (Hipótese 2-e)

Model Summary^c

Mode	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	,392 ^a	,154	,150	1,803	,154	38,580	2	425	<,001
2	,392 ^b	,154	,148	1,805	,000	,022	1	424	,882

a. Predictors: (Constant), Valores de SDO-Total apenas para reclusos, Medidas de INFRA-C apenas para reclusos

b. Predictors: (Constant), Valores de SDO-Total apenas para reclusos, Medidas de INFRA-C apenas para reclusos, Termo interação InfraCrec X SDO

c. Dependent Variable: valores de gravidade apenas para cenários de reclusos

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	250,912	2	125,456	38,580	<,001 ^b
	Residual	1382,030	425	3,252		
	Total	1632,942	427			
2	Regression	250,984	3	83,661	25,668	<,001 ^c
	Residual	1381,957	424	3,259		
	Total	1632,942	427			

a. Dependent Variable: valores de gravidade apenas para cenários de reclusos

b. Predictors: (Constant), Valores de SDO-Total apenas para reclusos, Medidas de INFRA-C apenas para reclusos

c. Predictors: (Constant), Valores de SDO-Total apenas para reclusos, Medidas de INFRA-C apenas para reclusos, Termo interação InfraCrec X SDO

Coefficients^a

		Unstandardized		Standardized		95.0% Confidence				
		Coefficients			t	Sig.	Interval for B		Correlations	
Model		B	Std. Error	Beta			Lower Bound	Upper Bound	Zero-order	Partial
1	(Constant)	10,013	,298		33,619	<,001	9,427	10,598		
	Medidas de INFRA-C apenas para reclusos	-,098	,016	-,269	-5,933	<,001	-,130	-,065	-,312	-,277
	Valores de SDO-Total apenas para reclusos	-,031	,006	-,241	-5,320	<,001	-,043	-,020	-,289	-,250
2	(Constant)	9,925	,662		14,981	<,001	8,623	11,227		
	Medidas de INFRA-C apenas para reclusos	-,091	,045	-,252	-2,021	,044	-,180	-,003	-,312	-,098
	Valores de SDO-Total apenas para reclusos	-,029	,018	-,222	-1,585	,114	-,064	,007	-,289	-,077
	Termo interação InfraCrec X SDO	,000	,001	-,029	-,149	,882	-,003	,002	-,381	-,007

a. Dependent Variable: valores de gravidade apenas para cenários de reclusos

Run MATRIX procedure:

***** PROCESS Procedure for SPSS Version 4.1 *****

Written by Andrew F. Hayes, Ph.D. www.afhayes.com
Documentation available in Hayes (2022). www.guilford.com/p/hayes3

Model : 1

Y : Gravidade → Gravidade percebida da agressão

X : InfraC_r → Infracriminalização (medidas para cenários de reclusos)

W : SDOTotal → Medidas de SDO

Sample

Size: 428

OUTCOME VARIABLE:

Gravidade

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,3920	,1537	3,2593	25,6683	3,0000	424,0000	,0000

Model

	coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constant	9,9247	,6625	14,9813	,0000	8,6226	11,2268
InfraC_r	-,0914	,0452	-2,0214	,0439	-,1802	-,0025
SDOTotal	-,0288	,0182	-1,5850	,1137	-,0645	,0069
Int_1	-,0002	,0012	-,1491	,8816	-,0025	,0022

Product terms key:

Int_1 : InfraC_r x SDOTotal

Covariance matrix of regression parameter estimates:

	constant	InfraC_r	SDOTotal	Int_1
constant	,4389	-,0280	-,0112	,0007
InfraC_r	-,0280	,0020	,0007	-,0001
SDOTotal	-,0112	,0007	,0003	,0000
Int_1	,0007	-,0001	,0000	,0000

Test(s) of highest order unconditional interaction(s):

	R2-chng	F	df1	df2	p
X*W	,0000	,0222	1,0000	424,0000	,8816

***** ANALYSIS NOTES AND ERRORS *****

Level of confidence for all confidence intervals in output:

95,0000

WARNING: Variables names longer than eight characters can produce incorrect output when some variables in the data file have the same first eight characters. Shorter variable names are recommended. By using this output, you are accepting all risk and consequences of interpreting or reporting results that may be incorrect.

----- END MATRIX -----

ANEXO IV – TABELAS: ANÁLISES EXPLORATÓRIAS

Anexo IV-A: Teste-T para amostras independentes entre gênero e medidas de Infrahumanização

Group Statistics

	Gênero	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
INFRA_C	Feminino	330	12,5939	5,45320	,30019
	Masculino	168	14,4940	5,13762	,39638

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means							
						Significance		Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
		F	Sig.	t	df	One-Sided p	Two-Sided p			Lower	Upper
INFRA_C	Equal variances assumed	,312	,577	-3,748	496	<,001	<,001	-1,90011	,50696	-2,89617	-,90405
	Equal variances not assumed			-3,821	354,336	<,001	<,001	-1,90011	,49722	-2,87798	-,92224

Independent Samples Effect Sizes

		Standardizer ^a	Point Estimate	95% Confidence Interval	
				Lower	Upper
INFRA_C	Cohen's d	5,34902	-,355	-,542	-,168
	Hedges' correction	5,35713	-,355	-,541	-,168
	Glass's delta	5,13762	-,370	-,559	-,179

a. The denominator used in estimating the effect sizes.

Cohen's d uses the pooled standard deviation.

Hedges' correction uses the pooled standard deviation, plus a correction factor.

Glass's delta uses the sample standard deviation of the control group.

Anexo IV-B: Teste-T para amostras independentes entre gênero e medidas de SDO

Group Statistics

	Gênero	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
sdo	Feminino	340	2,1867	,88220	,04784
	Masculino	172	2,6711	1,01688	,07754

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means							
						Significance		Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
		F	Sig.	t	df	One-Sided p	Two-Sided p			Lower	Upper
sdo	Equal variances assumed	7,908	,005	-5,569	510	<,001	<,001	-,48440	,08698	-,65527	-,31352
	Equal variances not assumed			-5,317	303,791	<,001	<,001	-,48440	,09111	-,66368	-,30511

Independent Samples Effect Sizes

			95% Confidence Interval	
			Lower	Upper
	Standardizer ^a	Point Estimate		
sdo	Cohen's d	,92954	-,521	-,335
	Hedges' correction	,93090	-,520	-,334
	Glass's delta	1,01688	-,476	-,285

a. The denominator used in estimating the effect sizes.

Cohen's d uses the pooled standard deviation.

Hedges' correction uses the pooled standard deviation, plus a correction factor.

Glass's delta uses the sample standard deviation of the control group.

Anexo IV-C: Teste-T para amostras independentes entre gênero e gravidade percebida do crime

Group Statistics

	Gênero	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Gravidade percebida	Feminino	331	7,83	1,714	,094
	Masculino	165	7,10	2,136	,166

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means							
						Significance		Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
		F	Sig.	t	df	One-Sided p	Two-Sided p			Lower	Upper
Gravidade percebida	Equal variances assumed	11,391	<,001	4,113	494	<,001	<,001	,731	,178	,382	1,080
	Equal variances not assumed			3,824	272,179	<,001	<,001	,731	,191	,355	1,107

Independent Samples Effect Sizes

Independent Samples Effect Sizes			95% Confidence Interval		
		Standardizer ^a	Point Estimate	Lower	Upper
Gravidade percebida	Cohen's d	1,865	,392	,203	,580
	Hedges' correction	1,868	,391	,203	,579
	Glass's delta	2,136	,342	,151	,532

a. The denominator used in estimating the effect sizes.

Cohen's d uses the pooled standard deviation.

Hedges' correction uses the pooled standard deviation, plus a correction factor.

Glass's delta uses the sample standard deviation of the control group.

Anexo IV-D: Análise de variância das medidas de SDO em função da área de conhecimento correspondente ao curso frequentado pelos participantes

Descriptives

	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Min.	Max.
					Lower Bound	Upper Bound		
Humanas	170	2,1236	,90754	,06960	1,9862	2,2610	1,00	5,13
Exatas	105	2,8484	1,06632	,10406	2,6421	3,0548	1,00	6,00
Biomédicas	181	2,3418	,86639	,06440	2,2148	2,4689	1,00	4,88
Criminologia	65	2,0934	,80398	,09972	1,8942	2,2926	1,00	4,06
Total	521	2,3417	,95372	,04178	2,2596	2,4238	1,00	6,00

ANOVA

			Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	(Combined)		39,054	3	13,018	15,510	<,001
	Linear Term	Unweighted	1,727	1	1,727	2,058	,152
		Weighted	,041	1	,041	,048	,826
		Deviation	39,014	2	19,507	23,241	<,001
Within Groups			433,927	517	,839		
Total			472,981	520			

Multiple Comparisons

Dependent Variable: SDO

	(I) Área de conhecimento	(J) Área de conhecimento	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Bonferroni	Humanas	Exatas	-,72482*	,11371	<,001	-1,0260	-,4237
		Biomédicas	-,21824	,09785	,157	-,4774	,0409
		Criminologia	,03020	,13360	1,000	-,3236	,3840
	Exatas	Humanas	,72482*	,11371	<,001	,4237	1,0260
		Biomédicas	,50658*	,11239	<,001	,2089	,8042
		Criminologia	,75502*	,14459	<,001	,3721	1,1380
	Biomédicas	Humanas	,21824	,09785	,157	-,0409	,4774
		Exatas	-,50658*	,11239	<,001	-,8042	-,2089
		Criminologia	,24844	,13248	,368	-,1024	,5993
	Criminologia	Humanas	-,03020	,13360	1,000	-,3840	,3236
		Exatas	-,75502*	,14459	<,001	-1,1380	-,3721
		Biomédicas	-,24844	,13248	,368	-,5993	,1024

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

Anexo IV-E: Análise de variância das medidas de Infrahumanização em função da área de conhecimento correspondente ao curso frequentado pelos participantes

Descriptives

	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Min.	Max.
					Lower Bound	Upper Bound		
Humanas	166	12,5663	5,67118	,44017	11,6972	13,4354	3,00	30,00
Exatas	101	13,6436	5,09428	,50690	12,6379	14,6492	3,00	27,00
Biomédicas	176	14,2386	5,62544	,42403	13,4018	15,0755	6,00	30,00
Criminologia	64	11,3594	4,09943	,51243	10,3354	12,3834	6,00	24,00
Total	507	13,2091	5,44317	,24174	12,7341	13,6840	3,00	30,00

ANOVA

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	(Combined)	493,187	3	164,396	5,703	<,001
	Linear Term	43,504	1	43,504	1,509	,220
	Unweighted					
	Weighted	4,668	1	4,668	,162	,688
	Deviation	488,519	2	244,260	8,474	<,001
Within Groups		14498,651	503	28,824		
Total		14991,838	506			

Multiple Comparisons

Dependent Variable: INFRA C

		(J) Área de conhecimento	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
(I) Área de conhecimento						Lower Bound	Upper Bound
Bonferroni	Humanas	Biomédicas	-2,87926*	,78368	,002	-4,8993	-,8592
		Exatas	-1,07730	,67752	,675	-2,8719	,7173
		Biomédicas	-1,67237*	,58087	,025	-3,2110	-,1338
		Criminologia	1,20689	,78995	,763	-,8855	3,2993
	Exatas	Humanas	1,07730	,67752	,675	-,7173	2,8719
		Biomédicas	-,59507	,67020	1,000	-2,3702	1,1801
		Criminologia	2,28419*	,85777	,048	,0122	4,5562
	Biomédicas	Humanas	1,67237*	,58087	,025	,1338	3,2110
		Exatas	,59507	,67020	1,000	-1,1801	2,3702
		Criminologia	2,87926*	,78368	,002	,8035	4,9550
	Criminologia	Humanas	-1,20689	,78995	,763	-3,2993	,8855
		Exatas	-2,28419*	,85777	,048	-4,5562	-,0122
		Biomédicas	-2,87926*	,78368	,002	-4,9550	-,8035

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

Anexo IV-F: Análise de variância da gravidade percebida da agressão em função da área de conhecimento correspondente ao curso frequentado pelos participantes

Descriptives

Gravidade percebida

	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Min.	Max.
					Lower Bound	Upper Bound		
Humanas	164	7,57	1,969	,154	7,26	7,87	1	9
Exatas	101	7,51	1,988	,198	7,12	7,91	1	9
Biomédicas	176	7,44	1,896	,143	7,16	7,72	1	9
Criminologia	64	8,19	1,344	,168	7,85	8,52	2	9
Total	505	7,59	1,889	,084	7,42	7,76	1	9

ANOVA

Gravidade percebida

			Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	(Combined)		27,598	3	9,199	2,603	,051
	Linear Term	Unweighted	15,076	1	15,076	4,266	,039
		Weighted	5,115	1	5,115	1,447	,230
		Deviation	22,483	2	11,241	3,181	,042
Within Groups			1770,552	501	3,534		
Total			1798,150	504			

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Gravidade percebida

	(I) Área de conhecimento	(J) Área de conhecimento	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Bonferroni	Humanas	Exatas	,052	,238	1,000	-,58	,68
		Biomédicas	,130	,204	1,000	-,41	,67
		Criminologia	-,620	,277	,153	-1,35	,11
	Exatas	Humanas	-,052	,238	1,000	-,68	,58
		Biomédicas	,077	,235	1,000	-,54	,70
		Criminologia	-,673	,300	,153	-1,47	,12
	Biomédicas	Humanas	-,130	,204	1,000	-,67	,41
		Exatas	-,077	,235	1,000	-,70	,54
		Criminologia	-,750*	,274	,039	-1,48	-,02
	Criminologia	Humanas	,620	,277	,153	-,11	1,35
		Exatas	,673	,300	,153	-,12	1,47
		Biomédicas	,750*	,274	,039	,02	1,48

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

Anexo IV-G: Regressão linear para análise do efeito mediador da Infracriminalização sobre a relação entre medidas de SDO e a gravidade percebida da agressão.

Anexo IV-G.1: Regressão linear – modelo parcial (SDO X gravidade percebida da agressão)

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,281 ^a	,079	,077	1,815

a. Predictors: (Constant), Scores totais de SDO

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	141,930	1	141,930	43,105	<,001 ^b
	Residual	1656,221	503	3,293		
	Total	1798,150	504			

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

b. Predictors: (Constant), Scores totais de SDO

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	95.0% Confidence Interval for B	
		B	Std. Error	Beta			Lower Bound	Upper Bound
1	(Constant)	8,893	,214		41,513	<,001	8,472	9,314
	Scores totais de SDO	-,035	,005	-,281	-6,565	<,001	-,046	-,025

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

Anexo IV-G.2: Regressão linear – modelo parcial (SDO X Infrac humanização)

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,188 ^a	,036	,034	5,351

a. Predictors: (Constant), Scores totais de SDO

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	532,317	1	532,317	18,591	<,001 ^b
	Residual	14459,521	505	28,633		
	Total	14991,838	506			

a. Dependent Variable: INFRA_C

b. Predictors: (Constant), Scores totais de SDO

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	95.0% Confidence Interval for B	
		B	Std. Error	Beta			Lower Bound	Upper Bound
1	(Constant)	10,686	,632		16,917	<,001	9,445	11,927
	Scores totais de SDO	,068	,016	,188	4,312	<,001	,037	,099

a. Dependent Variable: INFRA_C

Anexo IV-G.3: Regressão linear – modelo parcial (Infrahumanização X gravidade percebida da agressão)

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,318 ^a	,101	,099	1,794

a. Predictors: (Constant), INFRA_C

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	181,311	1	181,311	56,363	<,001 ^b
	Residual	1614,848	502	3,217		
	Total	1796,159	503			

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

b. Predictors: (Constant), INFRA_C

Coefficients^a

		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	95.0% Confidence Interval for B	
Model		B	Std. Error	Beta			Lower Bound	Upper Bound
1	(Constant)	9,041	,209		43,172	<,001	8,629	9,452
	INFRA_C	-,110	,015	-,318	-7,508	<,001	-,139	-,081

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

Anexo IV-G.4: Regressão linear – Modelo de Mediação

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	,286 ^a	,082	,080	1,812	,082	44,756	1	502	<,001
2	,393 ^b	,155	,151	1,741	,073	43,070	1	501	<,001

a. Predictors: (Constant), Scores totais de SDO

b. Predictors: (Constant), Scores totais de SDO, INFRA_C

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	147,028	1	147,028	44,756	<,001 ^b
	Residual	1649,131	502	3,285		
	Total	1796,159	503			
2	Regression	277,578	2	138,789	45,788	<,001 ^c
	Residual	1518,580	501	3,031		
	Total	1796,159	503			

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

b. Predictors: (Constant), Scores totais de SDO

c. Predictors: (Constant), Scores totais de SDO, INFRA_C

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		95.0% Confidence Interval for B	
		B	Std. Error	Beta	t	Sig.	
1	(Constant)	8,918	,215		41,546	<,001	Lower Bound: 8,496 Upper Bound: 9,340
	Scores totais de SDO	-,036	,005	-,286	-6,690	<,001	Lower Bound: -,047 Upper Bound: -,025
2	(Constant)	9,937	,258		38,494	<,001	Lower Bound: 9,430 Upper Bound: 10,445
	Scores totais de SDO	-,030	,005	-,236	-5,636	<,001	Lower Bound: -,040 Upper Bound: -,019
	INFRA_C	-,095	,014	-,274	-6,563	<,001	Lower Bound: -,124 Upper Bound: -,067

a. Dependent Variable: Gravidade percebida

Anexo IV-G.5: Modelo de mediação —PROCESS

Run MATRIX procedure:

***** PROCESS Procedure for SPSS Version 4.1 *****

Written by Andrew F. Hayes, Ph.D. www.afhayes.com
Documentation available in Hayes (2022). www.guilford.com/p/hayes3

Model : 4
Y : Gravidad
X : SDO_Tota
M : INFRA_C

Sample
Size: 504

OUTCOME VARIABLE:
INFRA_C

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,184	,034	28,754	17,657	1,000	502,000	,000

Model

	coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constant	10,720	,635	16,881	,000	9,472	11,968
SDO_Tota	,067	,016	4,202	,000	,036	,098

Standardized coefficients

coeff
SDO_Tota ,184

OUTCOME VARIABLE:
Gravidad

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,393	,155	3,031	45,788	2,000	501,000	,000

Model

	coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constant	9,937	,258	38,494	,000	9,430	10,445
SDO_Tota	-,030	,005	-5,636	,000	-,040	-,019
INFRA_C	-,095	,014	-6,563	,000	-,124	-,067

Standardized coefficients

coeff
SDO_Tota -,236
INFRA_C -,274

Test(s) of X by M interaction:

F	df1	df2	p
,408	1,000	500,000	,523

***** TOTAL EFFECT MODEL *****

OUTCOME VARIABLE:

Gravidade

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,286	,082	3,285	44,756	1,000	502,000	,000

Model

	coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constant		8,918	,215	41,546	,000	8,496 9,340
SDO_Tota	-,036	,005	-6,690	,000	-,047	-,025

Standardized coefficients

	coeff
SDO_Tota	-,286

***** TOTAL, DIRECT, AND INDIRECT EFFECTS OF X ON Y *****

Total effect of X on Y

Effect	se	t	p	LLCI	ULCI	c_cs
-,036	,005	-6,690	,000	-,047	-,025	-,286

Direct effect of X on Y

Effect	se	t	p	LLCI	ULCI	c'_cs
-,030	,005	-5,636	,000	-,040	-,019	-,236

Indirect effect(s) of X on Y:

	Effect	BootSE	BootLLCI	BootULCI
INFRA_C	-,006	,002	-,010	-,003

Completely standardized indirect effect(s) of X on Y:

	Effect	BootSE	BootLLCI	BootULCI
INFRA_C	-,051	,014	-,079	-,026

***** ANALYSIS NOTES AND ERRORS *****

Level of confidence for all confidence intervals in output:

95,0000

Number of bootstrap samples for percentile bootstrap confidence intervals:

5000

WARNING: Variables names longer than eight characters can produce incorrect output when some variables in the data file have the same first eight characters. Shorter variable names are recommended. By using this output, you are accepting all risk and consequences of interpreting or reporting results that may be incorrect.

----- END MATRIX -----

FACULDADE DE DIREITO

